

Jurisprudência do STJ ao seu Alcance

Módulo 1 - Conceitos Básicos



Superior Tribunal de Justiça
2018

Índice

1. Organização da Base.	4
1.1. Acórdãos principais e sucessivos	7
1.2. Classificação dos acórdãos principais	14
1.2.1. Vide ementa	15
1.2.2. Triagem diferenciada	15
1.2.3. Informações adicionais	15
1.3. Estrutura do Espelho do Acórdão	15
1.3.1 Campos do Espelho	17
1.3.2. Links do espelho	19
2. Página de Pesquisa	20
2.1. Base do TFR	21
2.2. Base do STJ	22
2.2.1. Comandos iniciais	23
2.2.1.1. Ativar Explicações	23
2.2.1.2. Mostrar lista resumida	23
2.2.1.3. Pesquisar sinônimos	25
2.2.1.4. Operador padrão	27
Conclusão	30

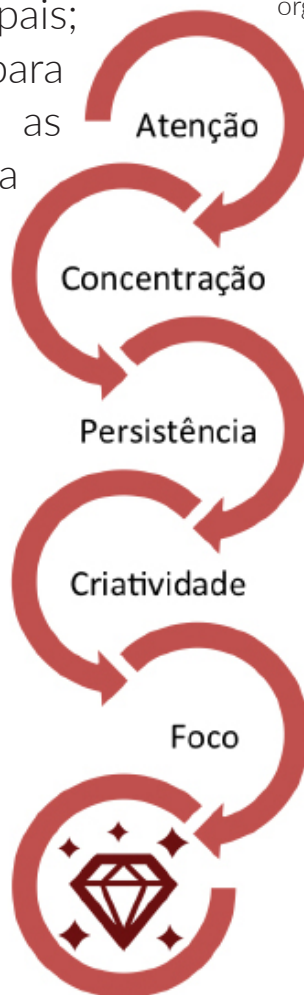
Módulo I - Conceitos básicos

Aqui, serão apresentados a você a estruturação do banco de dados jurisprudenciais; o tratamento documentário que é dado aos acórdãos classificados como principais; o **espelho do acórdão**; e, para finalizar, falaremos sobre as configurações iniciais da ferramenta de pesquisa.

Agora, seremos cientistas dos nossos próprios conhecimentos...

Espelho do acórdão

O Espelho do Acórdão é o documento elaborado pela Secretaria de Jurisprudência, consistente na indicação de informações que identifiquem o acórdão analisado ou, ainda, a questão/tese jurídica resolvida/firmada no inteiro teor do acórdão. Trata-se, de fato, de espécie de “fichamento” do documento pesquisado, demonstrando os elementos essenciais do mesmo, organizada em Campos, conteúdo que será mais aprofundado a partir do Módulo III.



habilidades de um pesquisador

1. Organização da Base

O número de documentos disponíveis para consulta na base de acórdãos da página de pesquisa de jurisprudência do STJ é de cerca de 579.106, em 14 de março, às 9h18. Nossa! São muitos, não é mesmo? Mas isso não significa que o Tribunal realizou 500 mil julgamentos colegiados desde a sua instalação. Ah, esse número é muito maior! Contudo, nem todos os acórdãos publicados são diretamente acessíveis na pesquisa de jurisprudência, sabe por quê? Porque há um grande número de julgados praticamente idênticos. A disponibilização de todos deixaria nossa consulta lenta e pouco eficiente. E, claro!, não é o que queremos!

A sistematização da base de dados não gera perda de informações jurisprudenciais, pois todos os acórdãos publicados têm pelo menos um ponto de acesso na base de pesquisa. Aguarde! Veremos todos!

Imagine se, para cada recurso de embargos de declaração rejeitado, fosse criado um documento novo na base de pesquisa. Não seria interessante! Sabe por quê? Porque geraria um grande número de documentos que não trataria de nenhuma tese jurídica de peso. Apenas dificultaria e desestimularia o uso da ferramenta de pesquisa.

Para contornar esse problema, foi criada a metodologia de categorização dos acórdãos em principais e sucessivos na base de pesquisa de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Vamos ver como isso funciona?!

Fique atento! Essa parte é bem interessante!

A base de pesquisa do Superior Tribunal de Justiça é constituída de

quatro grandes grupos representativos da jurisprudência do Tribunal:

Acórdãos

Decisão de órgão colegiado do Tribunal

Súmulas

Interpretação pacífica ou majoritária adotada por um Tribunal a respeito de um tema, representada por um verbete.

Decisões Monocráticas

Decisão proferida por um único magistrado, de qualquer instância ou tribunal.

Informativos de Jurisprudência

Publicação quinzenal que traz informações de julgados do STJ selecionados.


No sistema:

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

☒ Ativar explicações
☐ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj



Pesquisa por campos específicos:
Número:
Ministro(a):

Selecione...

Data: a Julgamento
Órgão Julgador:

Selecione...

Ementa/Indexação:
Legislação:

Norma
Número
ART PAR INC

Notas:

Selecione...

☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☒ Decisões Monocráticas ☒ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Pesquisar

Limpar

Percebeu que, ao consultar a base de pesquisa, há várias maneiras de acesso à sua disposição? São os grupos dos acórdãos, das súmulas, das decisões monocráticas e dos informativos de jurisprudência. Tudo isso para que você possa delimitar o âmbito de sua pesquisa de forma conjunta ou separada.

Ao selecionar qualquer um dos grupos e conjugá-lo a determinado critério de pesquisa, você terá acesso ao respectivo documento. E, no caso dos acórdãos e súmulas, terá o acesso ao espelho, que será detalhado no momento oportuno.

Antes de tratarmos especificamente da estrutura do espelho do acórdão, é importante explicitar a metodologia de categorização dos acórdãos em principais e sucessivos. Vamos lá?

1.1. Acórdãos principais e sucessivos

Vimos que a base de pesquisa de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é formada por acórdãos catalogados como principais e sucessivos.

Os **acórdãos principais** são os documentos visualizados em uma pesquisa de jurisprudência. Esses acórdãos são submetidos a tratamento documentário que resulta no Espelho do Acórdão.

Os **acórdãos sucessivos** são os julgados com o mesmo conteúdo decisório do principal e são identificados apenas pela sigla de classe, número de classe, unidade da federação, número de registro, data de decisão e data de publicação. A identificação e acesso aos sucessivos são realizados em campo específico no espelho do acórdão principal.

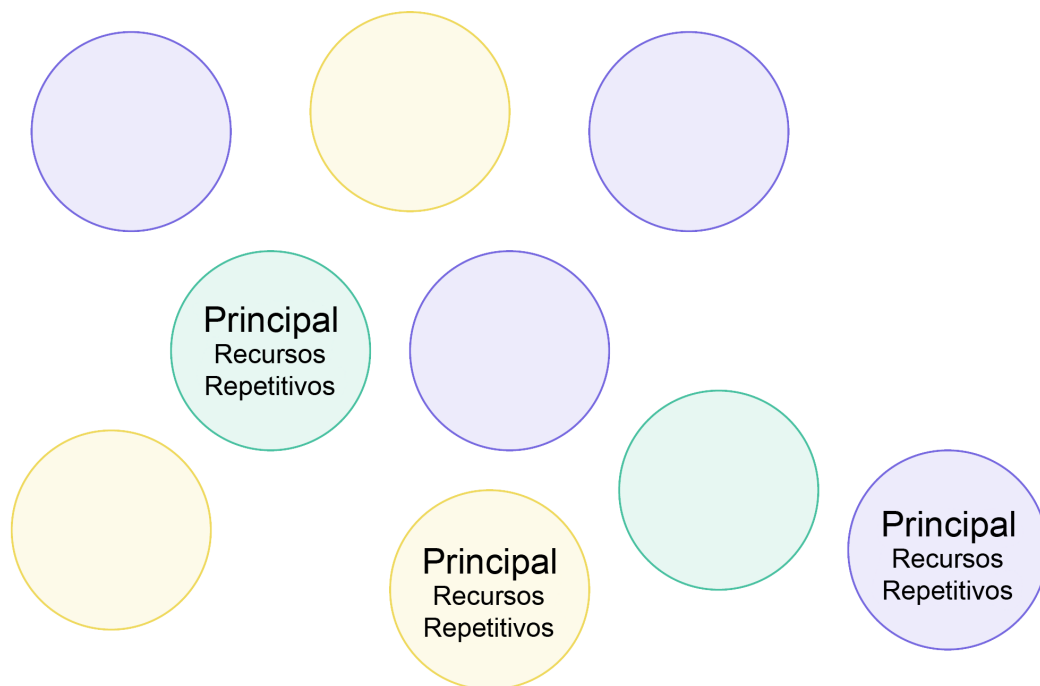
Sabe por que esses documentos foram organizados dessa maneira? Para superar o problema da repetição de informações sem perder dados jurisprudenciais. Se por um lado não seria possível, nem desejável, a presença de todos os acórdãos publicados na base de pesquisa, por outro é indiscutível a importância de cada tese firmada (ou confirmada) em acórdão de órgão colegiado do STJ.

Com o objetivo de manter uma base de dados concisa e sem correr o risco de perder informação jurisprudencial dos órgãos julgadores do Tribunal, criou-se um critério rígido para a separação entre acórdãos principais e sucessivos.

Como assim, professor? Vou explicar detalhadamente para você!

Os acórdãos publicados passam por dois filtros.

No primeiro filtro, separam-se como principais todos os acórdãos de Recursos Repetitivos, Incidentes de Assunção de Competência, propostas de afetação (ProAfR), Embargos de Declaração providos com efeitos modificativos, Embargos de Divergência procedentes e Ações Rescisórias procedentes.



O segundo filtro consiste na identificação de acórdãos que tenham identidade nos seguintes pontos: ministro relator, órgão julgador, classe processual, ementa, decisão. Essa seleção localiza os documentos que são, de fato, idênticos, repetidos. E apenas um deles permanecerá na base de dados para pesquisa.

Arts. 1.036 a 1.041 do Código de Processo Civil

Art. 1.036. Sempre que houver multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais com fundamento em idêntica questão de direito, haverá afetação para julgamento de acordo com as disposições desta Subseção, observado o disposto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no do Superior Tribunal de Justiça.

§ 1º O presidente ou o vice-presidente de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal selecionará 2 (dois) ou mais recursos representativos da controvérsia, que serão encaminhados ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça para fins de afetação, determinando a suspensão do trâmite de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitem no Estado ou na região, conforme o caso.

§ 2º O interessado pode requerer, ao presidente ou ao vice-presidente, que exclua da decisão de sobrestamento e inadmita o recurso especial ou o recurso extraordinário que tenha sido interposto intempestivamente, tendo o recorrente o prazo de 5 (cinco) dias para manifestar-se sobre esse requerimento.

§ 3º Da decisão que indeferir o requerimento referido no § 2º caberá apenas agravo interno.

§ 4º A escolha feita pelo presidente ou vice-presidente do tribunal de justiça ou do tribunal regional federal não vinculará o relator no tribunal superior, que poderá selecionar outros recursos representativos da controvérsia.

§ 5º O relator em tribunal superior também poderá selecionar 2 (dois) ou mais recursos representativos da controvérsia para julgamento da questão de direito independentemente da iniciativa do presidente ou do vice-presidente do tribunal de origem.

§ 6º Somente podem ser selecionados recursos admissíveis que contenham abrangente argumentação e discussão a respeito da questão a ser decidida.

Art. 1.037. Selecionados os recursos, o relator, no tribunal superior, constatando a presença do pressuposto do caput do art. 1.036, proferirá decisão de afetação, na qual:

I - identificará com precisão a questão a ser submetida a julgamento;

II - determinará a suspensão do processamento de todos os processos

pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional;

III - poderá requisitar aos presidentes ou aos vice-presidentes dos tribunais de justiça ou dos tribunais regionais federais a remessa de um recurso representativo da controvérsia.

§ 1º Se, após receber os recursos selecionados pelo presidente ou pelo vice-presidente de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal, não se proceder à afetação, o relator, no tribunal superior, comunicará o fato ao presidente ou ao vice-presidente que os houver enviado, para que seja revogada a decisão de suspensão referida no art. 1.036, § 1º.

§ 2º <revogado>

§ 3º Havendo mais de uma afetação, será prevento o relator que primeiro tiver proferido a decisão a que se refere o inciso I do caput.

§ 4º Os recursos afetados deverão ser julgados no prazo de 1 (um) ano e terão preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus.

§ 5º <revogado>

§ 6º Ocorrendo a hipótese do § 5º, é permitido a outro relator do respectivo tribunal superior afetar 2 (dois) ou mais recursos representativos da controvérsia na forma do art. 1.036.

§ 7º Quando os recursos requisitados na forma do inciso III do caput contiverem outras questões além daquela que é objeto da afetação, caberá ao tribunal decidir esta em primeiro lugar e depois as demais, em acórdão específico para cada processo.

§ 8º As partes deverão ser intimadas da decisão de suspensão de seu processo, a ser proferida pelo respectivo juiz ou relator quando informado da decisão a que se refere o inciso II do caput.

§ 9º Demonstrando distinção entre a questão a ser decidida no processo e aquela a ser julgada no recurso especial ou extraordinário afetado, a parte poderá requerer o prosseguimento do seu processo.

§ 10. O requerimento a que se refere o § 9º será dirigido:

I - ao juiz, se o processo sobrestado estiver em primeiro grau;

II - ao relator, se o processo sobrestado estiver no tribunal de origem;

III - ao relator do acórdão recorrido, se for sobrestado recurso especial ou recurso extraordinário no tribunal de origem;

IV - ao relator, no tribunal superior, de recurso especial ou de recurso extraordinário cujo processamento houver sido sobrestado.

§ 11. A outra parte deverá ser ouvida sobre o requerimento a que se refere o § 9º, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 12. Reconhecida a distinção no caso:

I - dos incisos I, II e IV do § 10, o próprio juiz ou relator dará prosseguimento ao processo;

II - do inciso III do § 10, o relator comunicará a decisão ao presidente ou ao vice-presidente que houver determinado o sobrestamento, para que o recurso especial ou o recurso extraordinário seja encaminhado ao respectivo tribunal superior, na forma do art. 1.030, parágrafo único.

§ 13. Da decisão que resolver o requerimento a que se refere o § 9º caberá:

I - agravo de instrumento, se o processo estiver em primeiro grau;

II - agravo interno, se a decisão for de relator.

Art. 1.038. O relator poderá:

I - solicitar ou admitir manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia, considerando a relevância da matéria e consoante dispuser o regimento interno;

II - fixar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e conhecimento na matéria, com a finalidade de instruir o procedimento;

III - requisitar informações aos tribunais inferiores a respeito da controvérsia e, cumprida a diligência, intimará o Ministério Público para manifestar-se.

§ 1º No caso do inciso III, os prazos respectivos são de 15 (quinze) dias, e os atos serão praticados, sempre que possível, por meio eletrônico.

§ 2º Transcorrido o prazo para o Ministério Público e remetida cópia do relatório aos demais ministros, haverá inclusão em pauta, devendo ocorrer o julgamento com preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus.

§ 3º O conteúdo do acórdão abrangerá a análise dos fundamentos relevantes da tese jurídica discutida.

Art. 1.039. Decididos os recursos afetados, os órgãos colegiados declararão prejudicados os demais recursos versando sobre idêntica controvérsia ou os decidirão aplicando a tese firmada.

Parágrafo único. Negada a existência de repercussão geral no recurso extraordinário afetado, serão considerados automaticamente inadmitidos os recursos extraordinários cujo processamento tenha sido sobrestado.

Art. 1.040. Publicado o acórdão paradigma:

I - o presidente ou o vice-presidente do tribunal de origem negará seguimento aos recursos especiais ou extraordinários sobrestados na origem, se o acórdão recorrido coincidir com a orientação do tribunal superior;

II - o órgão que proferiu o acórdão recorrido, na origem, reexaminará o processo de competência originária, a remessa necessária ou o recurso anteriormente julgado, se o acórdão recorrido contrariar a orientação do tribunal superior;

III - os processos suspensos em primeiro e segundo graus de jurisdição retomarão o curso para julgamento e aplicação da tese firmada pelo tribunal superior;

IV - se os recursos versarem sobre questão relativa a prestação de serviço público objeto de concessão, permissão ou autorização, o resultado do julgamento será comunicado ao órgão, ao ente ou à agência reguladora competente para fiscalização da efetiva aplicação, por parte dos entes sujeitos a regulação, da tese adotada.

§ 1º A parte poderá desistir da ação em curso no primeiro grau de jurisdição, antes de proferida a sentença, se a questão nela discutida for idêntica à resolvida pelo recurso representativo da controvérsia.

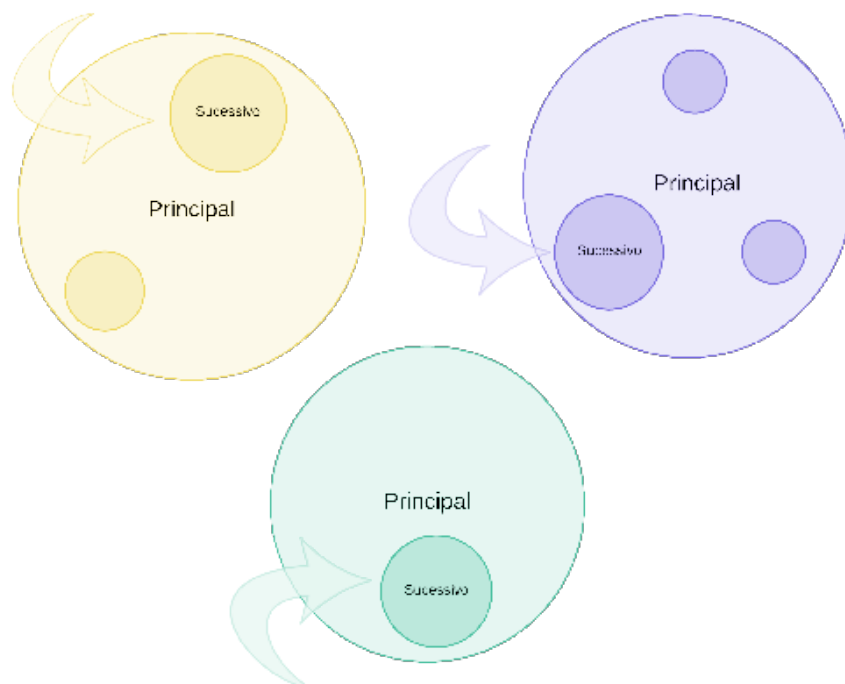
§ 2º Se a desistência ocorrer antes de oferecida contestação, a parte ficará isenta do pagamento de custas e de honorários de sucumbência.

§ 3º A desistência apresentada nos termos do § 1º independe de consentimento do réu, ainda que apresentada contestação.

Art. 1.041. Mantido o acórdão divergente pelo tribunal de origem, o recurso especial ou extraordinário será remetido ao respectivo tribunal superior, na forma do art. 1.036, § 1º.

§ 1º Realizado o juízo de retratação, com alteração do acórdão divergente, o tribunal de origem, se for o caso, decidirá as demais questões ainda não decididas cujo enfrentamento se tornou necessário em decorrência da alteração.

§ 2º Quando ocorrer a hipótese do inciso II do caput do art. 1.040 e o recurso versar sobre outras questões, caberá ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, depois do reexame pelo órgão de origem e independentemente de ratificação do recurso, sendo positivo o juízo de admissibilidade, determinar a remessa do recurso ao tribunal superior para julgamento das demais questões.



Perceba que, após a realização do segundo filtro, finalizou-se a seleção dos acórdãos em principais e sucessivos. Então, vamos passar à classificação dos acórdãos principais.

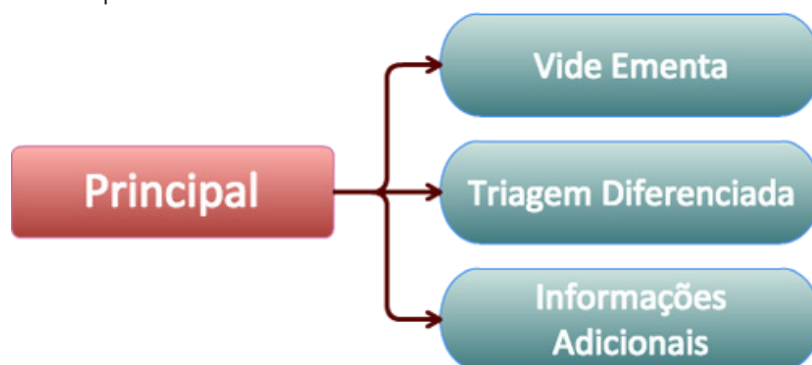
1.2. Classificação dos Acórdãos Principais

São três tipos de classificação a que se submetem os acórdãos:

1º vide ementa;

2º triagem diferenciada;

3º informações adicionais.



1.2.1. Vide Ementa

Você sabe o que significa **vide ementa**? Vou explicar! Vide ementa é a classificação dada aos acórdãos cuja ementa é satisfativa, ou seja, contém todas as informações do inteiro teor do acórdão. Isso quer dizer que não há necessidade de preenchimento de nenhum outro campo do Espelho do Acórdão.

1.2.2. Triagem diferenciada

Já a **triagem diferenciada** é a classificação dada aos acórdãos que possuem ementa completa, com todas as teses decididas pelo órgão colegiado. Alimentam-se apenas campos do Espelho dos Acórdãos para criar pontos de resgate (referência legislativa, palavras de resgate, notas, por exemplo). Interessante, não é mesmo?!

1.2.3. Informações adicionais

Você sabe o que significa **informações adicionais**? É a classificação dada aos documentos em que, a partir da leitura do inteiro teor, se constatou que pelo menos uma tese decidida pelo órgão julgador não foi registrada na ementa do acórdão. Assim, para que a tese firmada não seja perdida, elabora-se um enunciado ou extrai-se um excerto do inteiro teor do acórdão sobre a tese não constante da ementa para que possa ser realizado o resgate. Além do enunciado, são preenchidos outros campos do Espelho do Acórdão para criar pontos de resgate.

1.3. Estrutura do Espelho do Acórdão

Aqui você poderá visualizar um espelho de um acórdão. As informações

identificam o acórdão analisado ou, ainda, a questão ou a tese jurídica resolvida ou firmada no inteiro teor do acórdão.

Íntegra do Acórdão	Acompanhamento Processual	Resultado sem Formatação	Imprimir/Salvar
Processo			
AgRg no HC 347556 / MS AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS 2016/0016845-5			
Relator(a)			
Ministro NEFI CORDEIRO (1159)			
Órgão Julgador			
T6 - SEXTA TURMA			
Data do Julgamento			
16/02/2017			
Data da Publicação/Fonte			
DJe 24/02/2017			
Ementa			
<p>PROCESSO PENAL E PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. INCIDÊNCIA DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO NEGADA. ALEGAÇÃO DE PEQUENA QUANTIDADE DE DROGA. INSUBSISTENTE. 23KG DE MACONHA. FUNDAMENTAÇÃO VÁLIDA PARA NÃO APLICAÇÃO. BIS IN IDEM POR CONSIDERAÇÃO DE MESMA CIRCUNSTÂNCIAS NA 1º E 3º FASES DA DOSIMETRIA. NÃO OCORRÊNCIA. VALORAÇÃO APENAS PARA NEGAR A REDUTORA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.</p> <p>1. Está devidamente fundamentado a negativa da benesse prevista no §4º do art. 33, da Lei de Drogas, com fulcro no art. 42 do Diploma Antidrogas, em razão de expressiva quantidade de droga. Precedentes.</p> <p>2. Não caracteriza bis in idem a utilização das circunstâncias da quantidade ou natureza da droga na primeira e terceira fase, quando nesta última examinada apenas a não aplicação da causa de diminuição da pena prevista no art. 33, §4º, Lei de Drogas, tal óbice ocorrendo apenas consideradas as mesmas circunstâncias para menor diminuição da pena. Precedentes.</p> <p>3. Agravo regimental improvido.</p>			
Acórdão			
<p>Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Maria Thereza de Assis Moura, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.</p>			
Notas			
Quantidade de droga apreendida: 23 kg de maconha.			
Referência Legislativa			
<p>LEG:FED DEL:002848 ANO:1940 ***** CP-40 CÓDIGO PENAL ART:00059 ART:00068</p> <p>LEG:FED LEI:011343 ANO:2006 ***** LDR-06 LEI DE DROGAS ART:00033 PAR:00004 ART:00042</p>			
Veja			
<p>(DIMINUIÇÃO DA PENA - QUANTIDADE E NATUREZA DA DROGA APREENDIDA) STJ - HC 340540-SP, AgRg no REsp 1383773-DF</p>			

Lembra um “fichamento” do documento pesquisado, não é mesmo?! Observe que estão em evidência os elementos essenciais do acórdão. Tudo organizado em campos.

1.3.1 Campos do Espelho

Não se preocupe! Estudaremos detalhadamente no módulo III os campos do Espelho do Acórdão. O importante agora é saber que os campos do Espelho do Acórdão são espaços que fornecem informações tanto de identificação quanto de conteúdo da decisão do órgão julgador

Os campos relativos ao Processo, Relator(a), Órgão Julgador, Data do Julgamento, Data da Publicação/Fonte fornecem informações processuais sobre o acórdão e permitem a seleção de dados referentes ao processo.

Notou como está ficando fácil?!

Se você quiser encontrar informações específicas sobre o resultado de julgamento, basta olhar os campos referentes à Ementa e ao Acórdão.

Há, também, vários outros campos: Notas, Informações Adicionais, Palavras de Resgate, Referência Legislativa, Veja e Sucessivos. Todos eles são alimentados pela Secretaria de Jurisprudência, após o devido tratamento documentário. Ufa!!! Quanta informação, não é mesmo?! Força e foco!!!

Jurisprudência do STJ ao seu Alcance - Módulo I - Conceitos básicos

Processo traz informações que identificam o precedente pela classe, número, unidade da federação e número de registro.

Órgão Julgador informa em qual colegiado a decisão foi proferida.

Data da Publicação/Fonte informa a data em que o acórdão foi publicado, bem como sua publicação em repositório oficial.

Acórdão apresenta o resultado do julgamento, tal como registrado na Certidão de Julgamento.

Palavras de resgate traz palavras ou expressões vinculadas ao vocabulário jurídico do STJ (Tesauro Jurídico) que não constam na Ementa ou no campo Informações Adicionais.

Veja indica julgados, repositórios e informativos de jurisprudência citados no inteiro teor dos acórdãos e que embasam o fundamento do precedente

Documento 1

Íntegra do Acórdão

Acompanhamento Processual

Resultado sem Formatação

Imprimir/Salvar

Processo

AgRg no Resp 1334498 / RS
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL
2012/0153880-4

Relator(a)

Ministra REGINA HELENA COSTA (1157)

Órgão Julgador

TS - QUINTA TURMA

Data do Julgamento

17/12/2013

Data da Publicação/Fonte

DJe 06/02/2014

Ementa

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DESCAMINHO. HABITUALIDADE NA PRÁTICA DA CONDUTA CRIMINOSA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE.
I- Inaplicável o princípio da insignificância quando configurada a habitualidade na conduta criminosa. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e desta Corte.
II- Agravo Regimental improvido.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da QUINTA Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental. Os Srs. Ministros Laurita Vaz, Jorge Mussi, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Notas

Princípio da insignificância: não aplicado ao crime de descaminho em que o tributo elidido é inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Palavras de Resgate

PRINCÍPIO DA BAGATELA.

Informações Adicionais

Não é possível aplicar o princípio da insignificância ao crime de descaminho, ainda que o valor do débito tributário não ultrapasse o teto de dez mil reais, fixado no art. 20 da Lei 10.522/2002, na hipótese em que o réu é reincidente e responde a outros procedimentos administrativos pela prática do mesmo crime. Isso porque, conforme entendimento do STF e do STJ, ante o elevado grau de reprovabilidade da conduta de agentes que, reiteradamente, praticam crimes da mesma natureza, bem como para os delinquentes habituais, não há como afastar a periculosidade da ação, a fim de reconhecer a atipicidade material da conduta pela aplicação do princípio da insignificância.

Referência Legislativa

LEG:FED LEI:010522 ANO:2002
ART:00020

LEG:FED DEL:002848 ANO:1940
***** CP-40 CÓDIGO PENAL
ART:00334 PAR:00001 LET:C

Veja

(DESCAMINHO - DÉBITO TRIBUTÁRIO INFERIOR A DEZ MIL REAIS - TIPICIDADE FORMAL)
STJ - Resp 1112748-TO (RECURSO REPETITIVO)
(DESCAMINHO - DÉBITO TRIBUTÁRIO INFERIOR A DEZ MIL REAIS - CONTUMÁCIA - PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA)
STJ - AgRg no Resp 1318669-PR, AgRg no AREsp 331827-PR, AgRg no Resp 1347579-PR, AgRg no AREsp 332960-PR
STF - HC 114548, HC 102088-RS, HC 115154, HC 113441

Sucessivos

AgRg no Resp 1302790 PR 2012/0020914-7 Decisão:06/02/2014
DJe DATA:13/02/2014

Íntegra do Acórdão

Acompanhamento Processual

AgRg no Resp 1400944 RS 2013/0303246-5 Decisão:06/02/2014
DJe DATA:13/02/2014

Íntegra do Acórdão

Acompanhamento Processual

Relator(a) informa o ministro(a) responsável pela relatoria (art. 34 RISTJ).

Data do Julgamento informa a data da sessão de julgamento em que a decisão foi proferida.

Ementa é o resumo das teses contidas no acórdão.

Notas traz informações específicas do inteiro teor do acórdão para casos notórios ou de grande repercussão, bem como de matérias jurídicas de especial interesse para comunidade jurídica, formando dentro da base de acórdãos um índice temático.

Referências legislativas informa a legislação (lato sensu) utilizada na fundamentação do voto.

Sucessivos traz a identificação de acórdãos sucessivos a um documento classificado como principal.

Processo traz informações que identificam o precedente pela classe, número, unidade da federação e número de registro.

Órgão Julgador informa em qual colegiado a decisão foi proferida.

Data da Publicação/Fonte informa a data em que o acórdão foi publicado, bem como sua publicação em repositório oficial.

Acórdão apresenta o resultado do julgamento, tal como registrado na Certidão de Julgamento.

Palavras de resgate traz palavras ou expressões vinculadas ao vocabulário jurídico do STJ (Tesauro Jurídico) que não constam na Ementa ou no campo Informações Adicionais.

Veja indica julgados, repositórios e informativos de jurisprudência citados no inteiro teor dos acórdãos e que embasam o fundamento do precedente

Relator(a) informa o ministro(a) responsável pela relatoria (art. 34 RISTJ).

Data do Julgamento informa a data da sessão de julgamento em que a decisão foi proferida.

Ementa é o resumo das teses contidas no acórdão.

Notas traz informações específicas do inteiro teor do acórdão para casos notórios ou de grande repercussão, bem como de matérias jurídicas de especial interesse para comunidade jurídica, formando dentro da base de acórdãos um índice temático.

Referências legislativas informa a legislação (*lato sensu*) utilizada na fundamentação do voto.

Sucessivos traz a identificação de acórdãos sucessivos a um documento classificado como principal.

1.3.2. Links do Espelho

Então, já apresentamos os campos do espelho. Agora vamos conhecer seus *links*?

Íntegra do acórdão:
link que permite exibição do inteiro do acórdão pesquisado

Acompanhamento Processual: *link* que direciona para página de andamento processual com informações acerca do andamento do processo

Resultado sem formatação: *link* que permite a exibição da ementa do documento para copiar e colar.

Imprimir ou salvar: *link* que permite a exibição do espelho do documento para impressão ou salvar em arquivo próprio.

Tarja vermelha para os Recursos Repetitivos: *link* que permite o acesso ao índice-remissivo de repetitivos, bem como a página de consulta dos processos submetidos ao rito dos Recursos Repetitivos, que aguardam julgamento ou com afetação cancelada.

Íntegra do Acórdão	Acompanhamento Processual	Informativo de Jurisprudência nº 588	Resultado sem Formatação	Imprimir/Salvar	
RECURSO REPETITIVO					
Pesquisa de Temas Repetitivos: Tema 952 Pesquisa de Repetitivos por Assunto					
Processo					
REsp 1568244 / RJ RECURSO ESPECIAL 2015/0297278-0					
Relator(a)					
Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA (1147)					
Órgão Julgador					

Pesquisa de Repetitivos por Assunto: *link* que direciona para o assunto correspondente no produto Repetitivos Organizados por Assunto.

Tema 952: *link* que direciona para a página de Repetitivos e IAC par a consulta pelo número do tema.

Observe que os *links* relativos à Íntegra do Acórdão, Acompanhamento Processual, Resultado Sem Formatação e Imprimir ou Salvar estão localizados em aba no início do documento.

2. Página de Pesquisa

Vamos avançar! A página de pesquisa de jurisprudência do STJ permite a consulta a todos os acórdãos e súmulas do Tribunal desde a sua instalação, bem como a decisões monocráticas publicadas desde janeiro de 1999, além de informativos de jurisprudência cuja publicação começou em 1998.

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

☒ Ativar explicações
☐ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Data: a

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:

ART PAR INC

Notas:

☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☒ Decisões Monocráticas ☒ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Amigo, fique calmo! Compreendo sua ansiedade, mas, a partir do Módulo II, veremos detalhadamente a utilização de todos os recursos dessa página, com direito à utilização da pesquisa textual e da pesquisa por campos específicos. Juntos ampliaremos nosso conhecimento!

2.1. Base do TFR

Você se lembra do antigo Tribunal Federal de Recursos – TFR? A página de pesquisa de jurisprudência do extinto TFR disponibiliza a consulta a acórdãos e súmulas do Tribunal. Interessante, não é mesmo?! Apesar dessa base jurisprudencial não ser composta por todos os documentos do TFR, serve como uma importante base histórica da época em que não existiam os Tribunais Regionais Federais e o Superior Tribunal de Justiça.



Antiga sede do Tribunal Federal de Recursos, no Rio de Janeiro

2.2. Base do STJ

Pois bem... Já falamos sobre a página de jurisprudência do STJ. Já sabemos que ela permite a consulta a acórdãos, súmulas, decisões monocráticas e informativos de jurisprudência. Nessa página, podemos realizar pesquisa textual ou, com refinamento por consulta, a campos específicos do espelho. Uh, vamos estudar essas duas possibilidades de pesquisa nos módulos II e III. Fique tranquilo! Há muito trabalho ainda!

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

☒ Ativar explicações
☐ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Data: a Julgamento

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:

Número

ART PAR INC

Notas:

☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☒ Decisões Monocráticas ☒ Informativos ☐ Todas de Jurisprudência

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

2.2.1. Comandos iniciais

Percebeu como está ficando fácil?! Vou explicar bem detalhado para

você! Observe os comandos iniciais. Você poderá obter um resultado de pesquisa mais específico e satisfativo com esses comandos. Eles são opções de configuração da página. Você poderá, então, ajustar da forma mais adequada ao seu interesse.

Vamos colocar em prática?! Preste atenção!!!

2.2.1.1. Ativar Explicações

Você irá perceber que a opção *Ativar Explicações* faz com que textos explicativos (*hints*) apareçam quando o cursor do *mouse* parar em um botão ou termo destacado na página.

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a): +

Data: a Julgamento:

Órgão Julg.:

Ementa/Index:

Legisl:

N:

☒ **Acórdãos**

Data:

Para recuperar documentos publicados ou julgados em determinado período, preencha as duas caixas com o intervalo pretendido. É possível preencher apenas uma das caixas, informando a data inicial ou a data final do período desejado.

Data: a

☒ **Ativar explicações**

☐ Mostrar lista resumida

☒ Pesquisar sinônimos

☒ Pesquisar plurais

Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Dicas

Jurisprudência

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Pesquisar **Limpar**

Agora, se você desativar a opção, os *hints* automaticamente deixarão de aparecer.

2.2.1.2. Mostrar Lista Resumida

Vamos avançar... Na opção *Mostrar Lista Resumida*, você poderá fazer

com que apenas a identificação do precedente e as quatro primeiras linhas da ementa sejam exibidas como resultado da pesquisa.

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

☒ Ativar explicações
☒ **Mostrar lista resumida**
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
 Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Data: a Julgamento:

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:

Número:

ART: PAR: INC:

Notas:

☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☒ Decisões Monocráticas ☒ Informativos ☐ Todas de Jurisprudência

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Acórdãos		
1	AgInt no AREsp 1005551 (ACÓRDÃO) Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES DJe 01/03/2017 Decisão: 21/02/2017	PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. FGTS. DISCUSSÃO ACERCA DA COMPROVAÇÃO RELATIVA AO PAGAMENTO DOS JUROS PROGRESSIVOS. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. ÔBICE DA SÚMULA 7/STJ. ...
2	AgInt no AREsp 1023927 (ACÓRDÃO) Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES DJe 01/03/2017 Decisão: 21/02/2017	PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. QUALIDADE DE SEGURADO. INCAPACIDADE PREENSISTENTE. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. ...
3	AgInt no REsp 1547732 (ACÓRDÃO) Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES DJe 01/03/2017 Decisão: 21/02/2017	PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. ICMS. TELEFONIA FIXA. ASSINATURA MENSAL. FRANQUIA DE MINUTOS. PREMISSA FÁTICA DO ACÓRDÃO RECORRIDO. ...
4	AgInt no REsp 1618510 (ACÓRDÃO) Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES DJe 01/03/2017 Decisão: 21/02/2017	PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DESTINADA A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA. TEMA QUE NÃO SE REFERE A DIREITO/FUNÇÃO INSTITUCIONAL ...

E se você desativar essa ferramenta? Bom!, o resultado da consulta será exibido de dez em dez Espelhos de Acórdão.

2.2.1.3. Pesquisar Sinônimos

Ok! Vejamos!!! No caso da opção Pesquisar Sinônimos, temos uma ferramenta de pesquisa que automaticamente busca no Tesouro Jurídico outros termos de pesquisa que não foram informados pelo usuário.

Vale destacar que, caso queira pesquisar sinônimos de termos compostos, estes deverão ser destacados por aspas.

O Vocabulário Jurídico controlado pela Secretaria de Jurisprudência do STJ (Tesouro Jurídico) é composto por termos que visam facilitar o controle e o resgate de informações jurisprudenciais, a partir da padronização do vocabulário utilizado.

O Tesouro também pode ser utilizado como referência para elaboração de termos de pesquisa que possam ajudar o usuário na realização de busca mais objetiva e direta.

Mas não se preocupe!!! Veremos cuidadosamente essa ferramenta no módulo V.

Quer desabilitar a opção pesquisa por sinônimos, ótimo! Também é possível! Se você não deseja pesquisar por termos presentes no Tesouro Jurídico, deixados fora do argumento de pesquisa informado, basta desabilitar essa opção.

Jurisprudência do STJ ao seu Alcance - Módulo I - Conceitos básicos

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

astreintes

e ou adj não prox mesmo com \$

☒ Ativar explicações
☒ Mostrar lista resumida
☒ **Pesquisar sinônimos**
☒ Pesquisar plurais

Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a): +

Data: a Julgamento

Órgão Julgador: +

Ementa/Indexação:

Legislação: ?

Número

ART PAR INC +

Notas:

☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☒ Decisões Monocráticas ☒ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Pesquisar **Limpar**

Resultado da pesquisa por meio de sinônimos:

Acórdãos de Repetitivos	3 documento(s) encontrado(s)
Súmulas	Nenhum documento encontrado.
Acórdãos	2171 documento(s) encontrado(s)
Decisões de Afetação (Recursos Repetitivos)	5 documento(s) encontrado(s)
Decisões Monocráticas	38988 documento(s) encontrado(s)
Informativos de Jurisprudência	87 documento(s) encontrado(s)

Resultado da pesquisa, sem a utilização dos sinônimos:

Acórdãos de Repetitivos	3 documento(s) encontrado(s)
Súmulas	Nenhum documento encontrado.
Acórdãos	1517 documento(s) encontrado(s)
Decisões de Afetação (Recursos Repetitivos)	2 documento(s) encontrado(s)
Decisões Monocráticas	19637 documento(s) encontrado(s)
Informativos de Jurisprudência	35 documento(s) encontrado(s)

2.2.1.4. Operador Padrão

A ferramenta de busca estabelece a relação entre os argumentos de acordo com os operadores indicados. O argumento de pesquisa exige a conexão dos termos por operadores. Imagine a seguinte situação... Na página de pesquisa, é possível definir tanto o **E** quanto o **ADJ(1)** como operadores padrão. Se você quiser pesquisar por dois ou mais argumentos sem digitar um operador entre eles, basta escolher o operador que será inserido automaticamente pelo sistema.

Mas preste atenção! Se você digitar processo civil, o sistema poderá entender o argumento de duas formas: processo E civil, processo ADJ(1) civil. Nossa!!!, esses resultados são completamente distintos! Então, todo cuidado é pouco ao escolher o operador padrão!

*Resultado da pesquisa com operador **e**:

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

processo civil

e ou adj não prox mesmo com \$

☒ Ativar explicações
☐ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☐ Pesquisar plurais

Dicas

Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Q Nova pesquisa

Acórdãos de Repetitivos	603 documento(s) encontrado(s)
Súmulas	236 documento(s) encontrado(s)
Acórdãos	174694 documento(s) encontrado(s)
Decisões de Afetação (Recursos Repetitivos)	387 documento(s) encontrado(s)
Decisões Monocráticas	2147478 documento(s) encontrado(s)
Informativos de Jurisprudência	535 documento(s) encontrado(s)

Ementa

PROCESSUAL **CIVIL**. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. EXTINÇÃO DO **PROCESSO** PELA PRESCRIÇÃO. IMPRESCRITIBILIDADE. PRECEDENTES DA CORTE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Conquanto a discussão acerca da imprescritibilidade das ações de improbidade administrativa, que versem sobre ressarcimento ao erário, esteja pendente de exame pelo STF, no RE 690.069 (Tema 666), submetido a procedimento de repercussão geral, a jurisprudência desta Corte dá pela imprescritibilidade, em reiterados precedentes. (Cf. REsp 1.303.030/AL, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 30/06/2015; AgRg no AREsp 663.951/MG, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 20.4.2015; AgRg no AREsp 488.608/RN, Rel. Ministra Marga Tessler (Juíza Federal Convocada do TRF 4ª Região), Primeira Turma, DJe 19.12.2014; AgRg no REsp 1.427.640/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 27.6.2014; REsp 1.289.609/DF, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção. DJe 2.2.2015; REsp 1.405.346/SP, Rel. Ministro

*Resultado da pesquisa com o operador **ADJ**:

Q Nova pesquisa

Acórdãos de Repetitivos	603 documento(s) encontrado(s)
Súmulas	234 documento(s) encontrado(s)
Acórdãos	161219 documento(s) encontrado(s)
Decisões de Afetação (Recursos Repetitivos)	355 documento(s) encontrado(s)
Decisões Monocráticas	1862830 documento(s) encontrado(s)
Informativos de Jurisprudência	68 documento(s) encontrado(s)

Ementa

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL
INTEMPESTIVIDADE DO INCONFORMISMO PRIMEVO.

1. O prazo para interposição de agravo previsto no art. 28 da Lei n. 8.038/1990 é de 5 dias.

2. Hipótese em que, mesmo após a alteração promovida pela Lei n. 12.322/2010 no art. 544 do Código de **Processo Civil**, o prazo para a interposição do agravo, em matéria penal, permanece de 5 dias, conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal na Questão de Ordem no AgR-ARE n. 639.846/SP, sendo mantido o disposto na Súmula 699 do STF.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

Aqui, preciso passar algumas informações importantes para você. Quanta informação, não é mesmo?! Vamos lá... O sistema de pesquisa não faz diferença entre letras maiúsculas e minúsculas. Também não há necessidade de registrar os acentos e a cedilha. Eles são desconsiderados pelo sistema. E, por fim, a ferramenta já está programada para também pesquisar palavras no plural.

Lembro, também, que, apesar de os Atos n. 135, de 1º de junho de 2004, e n. 172, de 30 de junho de 2004, possibilitarem a divulgação de votos antes da publicação, a base de dados de acórdão contém apenas documentos publicados no DJe. Vale esclarecer que o resultado da pesquisa, em qualquer base pesquisada, trará sempre o mais recente primeiro.

Conclusão

Antes de passar para os exercícios, lembro que, no conto **O Rubi**, o geólogo iniciava sua jornada logo cedo. Também escolhia o local apropriado a sua busca. Após alguns dias de esforço, o geólogo, finalmente, encontra o rubi. Quantas vezes, em nossa vida, escutamos a respeito de busca de tesouros? Alguns os encontram, não é mesmo?! Temos os mesmos direitos? Não, uma vez que não fomos agraciados pela mesma igualdade, pelos mesmos atributos. Traçamos sempre caminhos diferentes. Lutemos! O conhecimento é uma das pedras mais preciosas à nossa disposição! E, para sermos ricos em conhecimento, precisamos buscar logo e sempre, além de traçar o melhor caminho.

Estou com você na busca desse tesouro!!! Vamos exercitar!!!

Jurisprudência do STJ ao seu Alcance

Módulo 2 - Pesquisa Textual



Superior Tribunal de Justiça
2018

Índice

3. Operadores	4
3.1. Operadores Lógicos	4
3.1.1. E	4
3.1.2. OU	5
3.1.3. NÃO	6
3.2. Operadores de proximidade	7
3.2.1. MESMO	8
3.2.2. COM	9
3.2.3. PROX(n)	11
3.2.4. ADJ(n)	12
3.3. Símbolos auxiliares	14
3.3.1. Cifrão (\$)	14
3.3.2. Interrogação (?)	15
3.3.3. Parênteses ()	16
3.3.4. Aspas “ ”	20
3.4. Pesquisa de legislação do texto	23
Conclusão	25

Módulo 2 - Pesquisa Textual

Olá, pessoal! Nesse módulo estudaremos a pesquisa dentro da página de jurisprudência do STJ e utilizaremos argumentos de pesquisa que contenham apenas texto (palavras, termos, expressões).

Nós veremos como são utilizados os operadores lógicos e de proximidade, além dos símbolos auxiliares. Essas ferramentas são essenciais para que você realize a pesquisa de jurisprudência de forma mais assertiva.

3. Operadores

O que são operadores?

Operadores são termos que você pode usar para determinar ao sistema qual a relação entre as palavras digitadas. Eles podem ser lógicos ou de proximidade.

3.1. Operadores Lógicos

3.1.1. Operador E

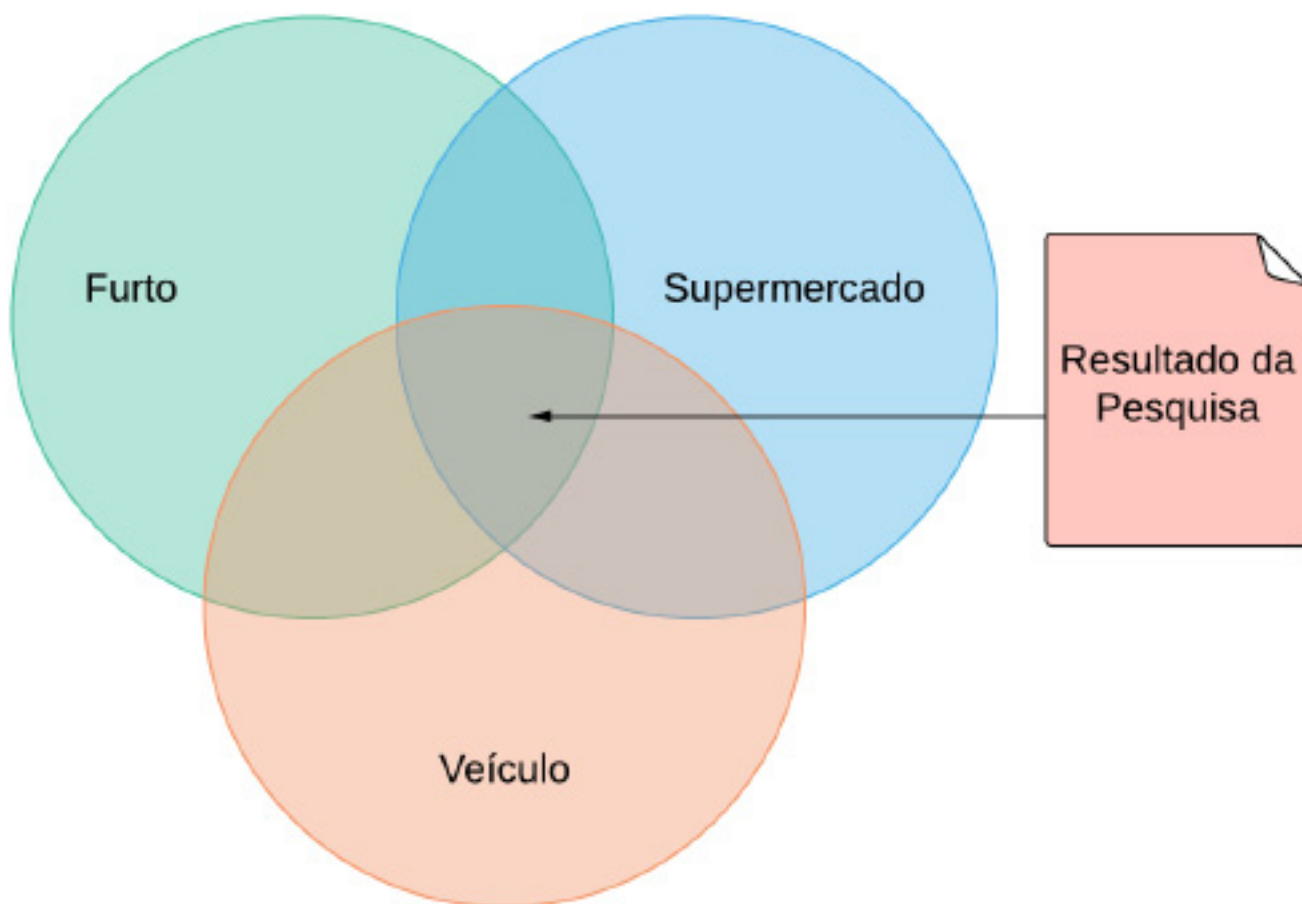
O operador E determina que todos os termos digitados, e por ele separados, estejam em quaisquer dos campos do documento e em qualquer ordem de apresentação.

Essa é a busca mais ampla que você pode fazer, pois, de fato, não há distância definida entre os termos pesquisados. Como visto no Módulo 1, o operador **E** é o operador padrão da ferramenta de pesquisa.

Ao utilizá-lo, você realizará uma operação de intersecção entre os conjuntos representados pelos termos textuais de pesquisa.

Veja o exemplo da figura a seguir:

supermercado **e** furto **e** veículo



3.1.2. Operador **OU**

Ao usar o operador **OU**, você orientará o sistema na localização de um e/ou outro termo no documento, em qualquer ordem. Assim, você realiza uma operação de união entre os conjuntos representados pelos termos.

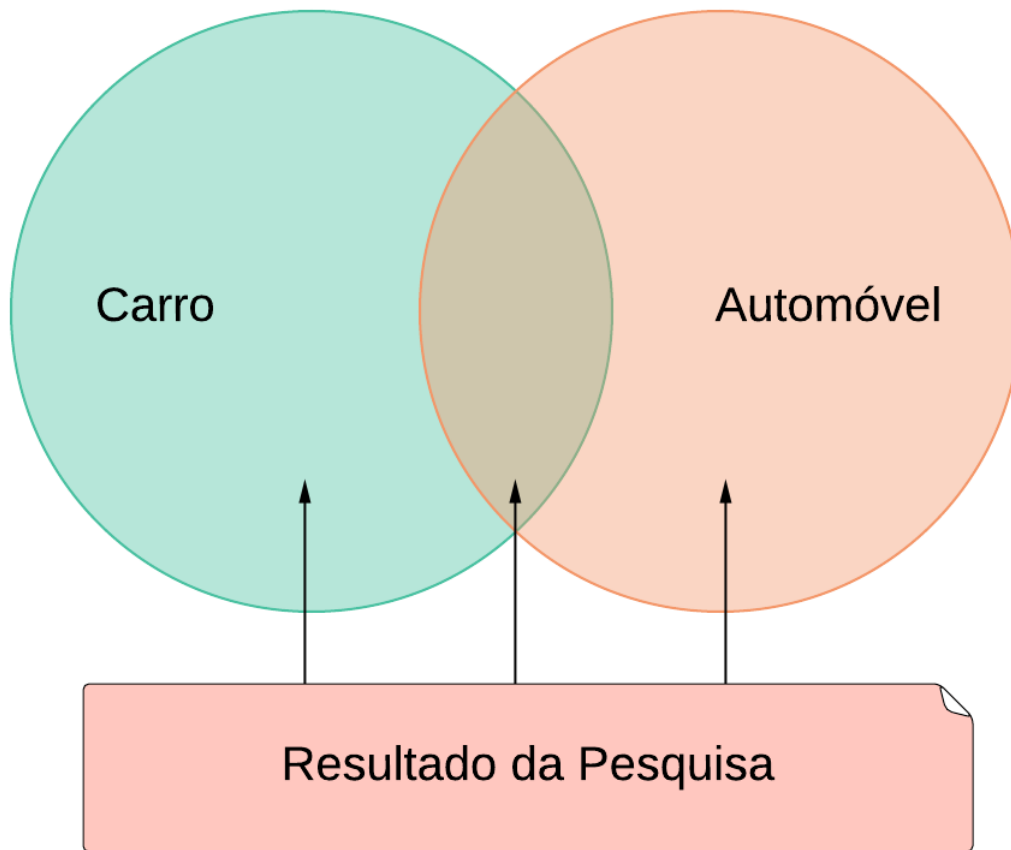
Assista ao vídeo sobre o operador **OU** no link:



Mas, atenção!, os termos ligados por **OU** devem vir sempre entre parênteses. Explico. Para que o operador funcione corretamente, buscando de maneira alternativa apenas os termos desejados, o uso dos parênteses limita o alcance do operador.

Observou?! Agora, veja a representação gráfica dessa funcionalidade:

(carro **ou** automóvel)



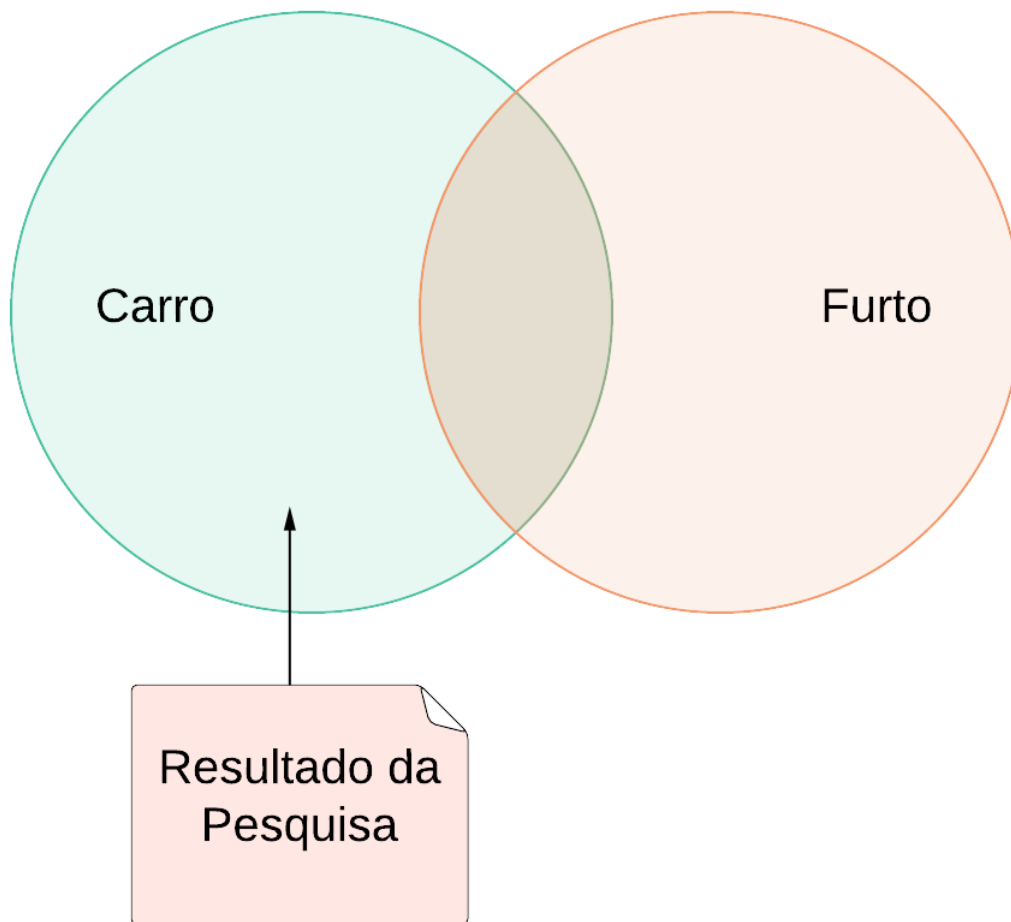
3.1.3 Não

Caso você queira excluir um termo ou uma expressão do resultado da sua busca, é só usar o operador **NÃO**.

Esse operador, lembrando da teoria dos conjuntos, realiza uma operação de diferença entre os conjuntos representados pelos termos.

Para facilitar a compreensão, observe a representação gráfica do uso do operador **NÃO**:

carro **não** furto



3.2. Operadores de proximidade

Os operadores de proximidade permitem que você determine a distância máxima entre as palavras ou expressões no documento resgatado. Isso permite uma pesquisa muito mais objetiva. Muito bom, não?

Os operadores de proximidade são: **MESMO**, **COM**, **PROX(n)** e **ADJ(n)**. Vamos ver como funcionam?

3.2.1. Mesmo

A seguir, você encontrará explicações sobre o operador **MESMO**. Não se assuste! Os operadores servem para nos auxiliar. Verá que é bem fácil!

Ao utilizar o operador **MESMO**, as palavras serão buscadas em todo o documento. O detalhe é que elas estarão num mesmo campo, não importando a ordem em que aparecerão.

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

☒ Ativar explicações
☒ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
 Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:
 Número:
 Ministro(a):
 Data: a
 Órgão Julgador:
 Ementa/Indexação:
 Legislação:
 Número
 ART PAR INC
 Notas:

☒ Acórdãos
 ☒ Súmulas
 ☒ Decisões Monocráticas
 ☒ Informativos de Jurisprudência
 ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Informações Adicionais

Não é possível, em **recurso** especial, alterar as conclusões do tribunal a quo referente à responsabilidade de hospital por **furto** de **veículo** ocorrido no interior de seu estacionamento. Isso porque rever tais conclusões demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de **recurso** especial, nos termos da Súmula 7 do **STJ**.

Relembrando o conteúdo visto no Módulo I, o termo stj resgata o nome do Tribunal por extenso porque a opção de pesquisa por sinônimos estava ativada.

Ementa

PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE **RECURSO** ESPECIAL, ORDINÁRIO OU DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO CABIMENTO. **FURTO** QUALIFICADO. **VEÍCULO** AUTOMOTOR PARA OUTRO ESTADO. DOSIMETRIA. PENA-BASE. EXASPERAÇÃO. CONCURSO DE AGENTES. LEGALIDADE. MAJORAÇÃO EM 3 MESES. RAZOABILIDADE.

1. Ressalvada pessoal compreensão diversa, uniformizou o **Superior Tribunal de Justiça** ser inadequado o writ em substituição a recursos especial e ordinário, ou de revisão criminal, admitindo-se, de ofício, a concessão da ordem ante a constatação de ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia.

Veja

(PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - APLICAÇÃO DO DIREITO CABÍVEL À ESPÉCIE - MOTIVAÇÃO SUFICIENTE)

STJ - AgRg no AREsp 199535-RS

(**RECURSO** ESPECIAL - PREQUESTIONAMENTO)

STJ - AgRg no Ag 1295469-GO

(**RECURSO** ESPECIAL - REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA)

STJ - AgRg no AREsp 189905-SP, AgRg no Ag 489545-RJ

(**FURTO** DE **VEÍCULO** EM ESTACIONAMENTO - RESPONSABILIDADE DA EMPRESA)

3.2.2. Com

Agora, se usar o operador **COM**, você determinará que a ferramenta recupere documentos em que os termos apareçam no mesmo parágrafo, em qualquer ordem.

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

recurso com stj com furto com veículo

e ou adj não prox mesmo com \$

- ☒ Ativar explicações
 - ☐ Mostrar lista resumida
 - ☒ Pesquisar sinônimos
 - ☒ Pesquisar plurais
- Operador padrão: ☒ e ☐ adj

?
Dicas

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Data: a Julgamento

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:

ART PAR INC

Notas:

- ☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☒ Decisões Monocráticas ☒ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Ementa

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. **RECURSO ESPECIAL. FURTO VEÍCULO** EM ESTACIONAMENTO DE SUPERMERCADO. CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL. REEXAME DE PROVA. INVIABILIDADE. SÚMULA 07-STJ. VALOR. RAZOABILIDADE.

I. Reconhecida pelas instâncias ordinárias ocorrência de dano moral pelo furto de veículo de pessoa idosa no estacionamento do estabelecimento comercial, a revisão do tema recai no óbice da Súmula n. 7 do STJ.

II. Não se tem, na espécie, a errônea valoração da prova, pois esta pressupõe apenas contrariedade a um princípio ou a uma regra jurídica no campo probatório, que não é o caso sub judice, no qual se pretende, na realidade, que se colha das provas produzidas nova conclusão, incabível na via eleita.

Veja

(HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE **RECURSO** ORDINÁRIO - IMPOSSIBILIDADE)

STJ - HC 267006-SP, HC 218537-SP, HC 188989-PI

(**FURTO** QUALIFICADO PELO ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO - VIDRO DE **VEÍCULO** AUTOMOTOR - CONFIGURAÇÃO DA QUALIFICADORA)

STJ - AgRg no REsp 1364606-DF, HC 185817-SP, EREsp 1079847-SP

3.2.3. PROX(n)

Você pode usar esse operador para localizar termos **PRÓX**imos, em qualquer ordem. Essa proximidade é definida de forma numérica (de 2 a 99), representando a distância máxima (contada em número de palavras) entre um termo e outro. Caso não seja informado o valor numérico, a ferramenta de pesquisa assumirá o padrão 1.

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

veiculo prox6 furto

e ou adj não prox mesmo com \$

- ☒ Ativar explicações
 - ☒ Mostrar lista resumida
 - ☒ Pesquisar sinônimos
 - ☒ Pesquisar plurais
- Operador padrão: ☒ e ☐ adj



Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Data: a Julgamento

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:

Número

ART PAR INC

Notas:

- ☒ Acórdãos
- ☒ Súmulas
- ☒ Decisões Monocráticas
- ☒ Informativos de Jurisprudência
- ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Ementa

DIREITO CIVIL. SEGURO DE ¹VEÍCULO. ²COBERTURA PARA ³FURTO E ROUBO. PERDA DO BEM MEDIANTE APROPRIAÇÃO INDÉBITA. INDENIZAÇÃO NÃO DEVIDA. RESSALVA DE ENTENDIMENTO DO RELATOR.

1. Se o contrato de seguro de ¹veículo prevê ²cobertura ³securitária ⁴apenas para ⁵furto ⁶e roubo, descabe a ampliação para cobrir a perda do veículo por apropriação indébita (REsp 1.177.479/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2012, DJe 19/06/2012).

3.2.4. ADJ(n)

A função desse operador é determinar a localização de termos **ADJ**acentes. Os termos serão procurados na ordem em que forem digitados por você. Da mesma forma que para o operador **prox**, você pode limitar a distância entre os termos utilizando parâmetros numéricos de 2 a 99. Caso você não informe o valor numérico, a ferramenta de pesquisa assumirá o padrão 1.

Atenção! Lembre-se do que foi visto no Módulo 1, quando falamos da possibilidade de utilização do **ADJ** como operador padrão. Caso essa seja a sua escolha, não se esqueça de que a ferramenta incluirá um **adj1** em cada espaço entre os termos pesquisados, se não houver um operador informado.

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

recurso adj especial

e ou adj não prox mesmo com \$

- ☒ Ativar explicações
 - ☒ Mostrar lista resumida
 - ☒ Pesquisar sinônimos
 - ☒ Pesquisar plurais
- Operador padrão: ☒ e ☐ adj



Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Data: a

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:

Ementa

DIREITO AUTORAL. FOTOGRAFIA ESTAMPADA EM MATÉRIA DE PERIÓDICO DISTRIBUÍDO A INTEGRANTES DE ASSOCIAÇÃO. FALTA DE AUTORIZAÇÃO DO FOTÓGRAFO E DE INDICAÇÃO DE SEU NOME COMO AUTOR DA OBRA. ARBITRAMENTO DOS DANOS MATERIAIS. LEI 5.988/73, ART. 122, PARÁGRAFO ÚNICO.

1. Sentença, transitada em julgado, condenatória ao pagamento de indenização, nos termos do art. 122, parágrafo único, da Lei 5.988/73, por reprodução não autorizada de obra fotográfica, em periódico de circulação restrita de associação, sem valor comercial.
2. Indenização, fixada na fase de liquidação, equivalente ao valor apurado em laudo pericial para a fotografia indevidamente reproduzida somado ao custo de confecção de dois mil exemplares. Inexistência de ofensa ao art. 122, parágrafo único, da Lei 5.988/73.
3. **Recurso especial** a que se nega provimento.

Acórdão

A Quarta Turma, por unanimidade, negou provimento ao **recurso especial**, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi, Luis Felipe Salomão e Raul Araújo votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Informações Adicionais

"[...] alegação de eventual contrariedade a artigo da Constituição não enseja **recurso especial**, devendo ser formulada em recurso apropriado para tanto".

Não é possível o conhecimento do **recurso especial** em que se objetiva a revisão do valor indenizatório apurado pelo Tribunal a quo, a título de dano material, pela publicação de foto de autoria do recorrente sem a devida autorização. Isso porque seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada em **recurso especial**, a teor da Súmula 7 do STJ.

Mas quanta informação! Não se preocupe, teremos tempo suficiente para exercitar e fixar as regras de uso dos operadores lógicos e de proximidade.

Assista ao vídeo sobre os operadores **MESMO, COM, PROX(n) e ADJ(n)** no link:



3.3. Símbolos auxiliares

Depois de termos visto todos os operadores (lógicos e de proximidade), ainda falta estudar os símbolos auxiliares. Vamos lá?

Os símbolos auxiliares são caracteres anexados às palavras digitadas no argumento de pesquisa, expandindo ou restringindo as possibilidades de busca. Vamos compreender melhor esse conceito a partir da explicação de como cada um deles funciona.

3.3.1. Cifrão (\$)

Com o uso do \$, você realiza pesquisas a partir de um segmento de determinada palavra. Assim, você localizará palavras dele derivadas. O \$ pode ser utilizado no início, meio e/ou fim do argumento de pesquisa.

Atenção! O \$ substitui qualquer quantidade de caracteres, entretanto é possível limitar o número máximo de caracteres utilizando valores numéricos imediatamente ao lado desse símbolo auxiliar.

Vou te ajudar a entender melhor. Observe no quadro abaixo como o \$ pode se comportar.

Argumento	Resultado
constitui\$	constitui constitu ir constitu ído Constitui ção
\$classificado	classificado re classificado des classificado não -classificado
des\$cao	des er ção des cri ção des igna ção
p\$3o	po pio pato ponto

3.3.2. Interrogação (?)

Você pode substituir um único caractere que necessariamente deverá constar na palavra pesquisada. A **?** pode ser utilizada no início, meio e/ou fim da palavra. Vale destacar que uma **?** corresponde a um único caractere.

Não entendi nada, professor? Calma!!! Vou te ajudar. Com o quadro abaixo, ficará bem fácil!

Argumento	Resultado
adotiv?	adotivo adotiva
d?scriminar	des cr iminar discriminar
d?sc?r??	disc or da disc or do descarte descarga disc ur so discorre

3.3.3. Parênteses ()

Antes de mais nada, atenção! Lembre-se de que os () também são utilizados obrigatoriamente para agrupar os termos pesquisados com o operador **OU**.

Muito bem! Sabemos que, para cada novo termo de pesquisa, você precisa informar qual o operador será utilizado ou o sistema o fará por você (operador padrão).

E se você quiser que um operador aja sobre uma expressão inteira ou parte de um argumento de pesquisa mais complexo?

Sabe o que fazer para usar operador entre segmentos do argumento de pesquisa?

Use os ()!! Essa é a segunda utilidade desse símbolo auxiliar.

Mostrarei a você como isso funciona.

((menor **ou** criança) **e** infrator) **com** pena

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:
 ((menor ou criança) e infrator) com pena
 e ou adj não prox mesmo com \$

☒ Ativar explicações
☐ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
 Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:

Número:
 Ministro(a): +
 Data: a Julgamento
 Órgão Julgador: +
 Ementa/Indexação:
 Legislação: ?
 Número
 ART PAR INC +
 Notas:

☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☒ Decisões Monocráticas ☒ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Pesquisar Limpar

Q Nova pesquisa	
Acórdãos de Repetitivos	Nenhum documento encontrado.
Súmulas	Nenhum documento encontrado.
Acórdãos	16 documento(s) encontrado(s)
Decisões de Afetação (Recursos Repetitivos)	Nenhum documento encontrado.
Decisões Monocráticas	460 documento(s) encontrado(s)
Informativos de Jurisprudência	1 documento(s) encontrado(s)

Ementa

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO DELITO DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. REMISSÃO. CONCESSÃO SEM A PRÉVIA OITIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DO ADOLESCENTE. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A concessão da remissão pelo Magistrado deve ser precedida da oitiva do **menor infrator** e do Ministério Público, sob **pena** de nulidade. Precedentes.
2. Agravo Regimental desprovido.

(menor **ou** criança) e infrator **com** pena

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

(menor ou criança) e infrator com pena

e ou adj não prox mesmo com \$

- ☒ Ativar explicações
 - ☐ Mostrar lista resumida
 - ☒ Pesquisar sinônimos
 - ☒ Pesquisar plurais
- Operador padrão: ☒ e ☐ adj

?
Dicas

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Data: a Julgamento

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:

Número

ART PAR INC

Notas:

- ☒ Acórdãos
- ☒ Súmulas
- ☒ Decisões Monocráticas
- ☒ Informativos de Jurisprudência
- ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou clique aqui.

Pesquisar

Limpar

Jurisprudência do STJ

Q Nova pesquisa

Acórdãos de Repetitivos	Nenhum documento encontrado.
Súmulas	Nenhum documento encontrado.
Acórdãos	34 documento(s) encontrado(s)
Decisões de Afetação (Recursos Repetitivos)	Nenhum documento encontrado.
Decisões Monocráticas	759 documento(s) encontrado(s)
Informativos de Jurisprudência	4 documento(s) encontrado(s)

Ementa

HABEAS CORPUS. DESCUMPRIMENTO DA MEDIDA DE LIBERDADE ASSISTIDA. REGRESSÃO PARA A MEDIDA DE INTERNAÇÃO POR PRAZO INDETERMINADO. AUSÊNCIA DE PRÉVIA OITIVA DO **MENOR**. SÚMULA 265 DO STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

1. É obrigatória a oitiva prévia do adolescente **infrator** antes de se determinar a regressão da medida socioeducativa, sob **pena** de afronta aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, a teor do enunciado nº 265 da Súmula desta Corte.
2. O simples fato de o paciente ter sido advertido, no momento em que houve a progressão da medida socioeducativa, de que o seu descumprimento acarretaria o retorno à medida de internação, não afasta a obrigatoriedade do magistrado em proceder nova oitiva do adolescente antes de determinar sua regressão.
3. Habeas corpus concedido, em conformidade com o parecer ministerial, para cassar a decisão que determinou a regressão do paciente para a medida de internação, devendo outra ser proferida somente após a sua prévia oitiva, restabelecendo-se, enquanto isso, a medida socioeducativa da liberdade assistida.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, conceder a ordem de habeas corpus, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

A Sra. Ministra Maria Thereza de Assis Moura e o Sr. Ministro Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Celso Limongi (Desembargador convocado do TJ/SP).

Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Maria Thereza de Assis Moura.

Referência Legislativa

LEG:FED SUM:*****

***** SUM(STJ) SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SUM:000265

Veja

(OITIVA DO **MENOR** INFRATOR - REGRESSÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA)
STJ - RHC 21633-PR, HC 81692-SP, RHC 17229-SP

3.3.4. Aspas “ ”

Os operadores E, MESMO, COM, NÃO e OU são palavras que usamos cotidianamente. De que forma você poderia tornar um operador em um termo pesquisável? A resposta está nas “”.

Uma vez que você colocar o operador entre aspas, ele deixará de realizar a operação e passará a ser mais um termo pesquisável.

Para exemplificar, pense nos argumentos de pesquisa:

- Constitucional **não** recepcionado
- Constitucional “não” recepcionado.

Eles têm resultados completamente distintos. Entenderam? Ficou fácil, não é mesmo?

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:
Constitucional não recepcionado

☒ Ativar explicações
☐ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj

e ou adj não prox mesmo com \$

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a): +

Data: a Julgamento

Órgão Julgador: +

Ementa/Indexação:

Legislação: ?
Número
ART PAR INC +

Notas:

☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☒ Decisões Monocráticas ☒ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Pesquisar Limpar

Ementa

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A NORMA **CONSTITUCIONAL**. ACÓRDÃO QUE RECONHECE A ILEGITIMIDADE PASSIVA DA ANEEL E A LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICA. FUNDAMENTO LEGAL E **CONSTITUCIONAL**. NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 126/STJ.

1. O acórdão afastou a competência federal para o julgamento do feito por não reconhecer a legitimidade passiva da ANEEL, fazendo-o com arrimo em preceito legal e, também, **constitucional**, procedendo da mesma forma em relação à legitimidade ativa do Ministério Público para a causa.

2. Os recorrentes renovam as mesmas teses no recurso especial, alegando (também) violação a preceitos das Leis 9.427/1996 e 7.347/1985. Ainda que se pudesse acolher a tese de violação dos preceitos legais, o acórdão se sustentaria em razão dos seus fundamentos constitucionais, contra os quais não foi interposto recurso extraordinário, o que enseja a aplicação da Súmula 126 desta Corte ("É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos **constitucional** e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário").

3. Em sede de recurso especial, o exame de eventual violação a norma **constitucional** extrapola a esfera de atuação jurisdicional desta Corte, em face do art. 105, III, da Constituição.

4. Recurso especial não conhecido.

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

Constitucional "não" recepcionado

e ou adj não prox mesmo com \$

- ☒ Ativar explicações
 - ☐ Mostrar lista resumida
 - ☒ Pesquisar sinônimos
 - ☒ Pesquisar plurais
- Operador padrão: ☒ e ☐ adj

?
Dicas

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Data: a Julgamento

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:

ART PAR INC

Notas:

- ☒ Acórdãos
- ☒ Súmulas
- ☒ Decisões Monocráticas
- ☒ Informativos de Jurisprudência
- ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou clique aqui.

Pesquisar

Limpar

Ementa

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERAÇÃO. PRISÃO DECORRENTE DE SENTENÇA CONDENATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO. RECURSO DE APELAÇÃO **NÃO** RECEBIDA. ART. 594 DO CPP. RECOLHIMENTO À PRISÃO PARA APELAR. TEMPUS REGIT ACTUM. NORMA DE CUNHO PROCESSUAL. IRRETROATIVIDADE. ART. CONSIDERADO **NÃO RECEPCIONADO** POR DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECLUSÃO DA EVENTUAL NULIDADE QUESTIONADA MAIS DE 10 ANOS DEPOIS. PRECEDENTES DO STF. ORDEM DENEGADA.

I - A questão acerca da prisão preventiva está superada, porquanto a prisão que se impõe ao ora paciente decorre de sentença penal condenatória cuja definitividade já está consolidada.

II - Normas de cunho processual, sob a égide do princípio do tempus regit actum, **não** retroagem para alterar o curso dado ao processo penal à época em que estava em tramitação.

III - Nesse aspecto, no momento da interposição do recurso de apelação, em maio de 2004, em vigência o art. 594 do CPP (e ainda válida a Súmula 9/STJ ("A exigência da prisão provisória, para apelar, **não** ofende a garantia **constitucional** da presunção de inocência"), de modo que, **não** tendo se recolhido à prisão, correta a decisão que **não** conheceu da insurgência.

IV - **Não** se desconhece, contudo, decisão do Supremo Tribunal Federal que entendeu por **não** recepcionados os art. 594 e 595 do CPP (antigas redações). Contudo, firme o entendimento do próprio STF no sentido de que passado longo tempo para se apontar a eventual nulidade, preclusa se encontra em respeito ao princípio da segurança jurídica. Habeas corpus denegado.

3.4. Pesquisa de legislação no texto

Você sabia que existem técnicas específicas para pesquisa de legislação no texto?

As regras básicas para esse tipo de busca são as seguintes:

1. Digite o número da lei com ponto e sem ponto, entre aspas, e acrescente o **\$** fora das aspas. Isso permite que sejam localizadas várias formas de escrita do número da lei no texto (8112, 8112/90, 8.112, 8.112/90). **Ex.: (“8112”\$ ou “8.112”\$)**
2. Caso você deseje acrescentar o vocábulo lei, ou l\$, utilize o operador **ADJn**. Com isso, poderão ser localizadas várias formas de citação de uma lei no texto (Lei 8112 etc, Lei nº 8112 etc, Lei Federal nº 8112, etc). **Ex.: lei adj4 (“8112”\$ ou “8.112”\$)**
3. Para pesquisar dispositivos legais, pense na forma como eles podem ter sido digitados pelo redator do documento. A seguir, apresentamos como diferentes formas de citar dispositivos podem ser recuperadas por um único argumento de pesquisa:

Para	Utilize	Para localizar
Artigos	art\$	art art. arts. artigo artigos
Parágrafos	(par\$ ou § ou §§)	par par. parágrafo parágrafos § §§

Para	Utilize	Para localizar
Incisos	inc\$ seguido da(s) letra(s) correspondente ao número romano;	inc inc. incs incs. inciso incisos
	apenas as letras correspondentes aos números romanos.	i, v, x, l, c, m, etc.
Alíneas	alin\$ seguido da letra correspondente;	alin alin. alínea alíneas
	apenas a letra entre aspas.	"x"

Com essas dicas, você provavelmente encontrará o dispositivo legal desejado. Sabemos que é trabalhoso, mas vale a pena ter essas regras de cor.

A seguir, mostramos um exemplo da pesquisa de legislação no texto:

lei **adj4** ("9656"\$ ou "9.656"\$) **prox4** (art\$ **adj3** "12")

2. Diante do disposto no **artigo 12 da Lei 9.656/98**, é possível a estipulação contratual de prazo de carência, todavia o inciso V, alínea "c", do mesmo dispositivo estabelece o prazo máximo de vinte e quatro horas para cobertura dos casos de urgência e emergência.

Atenção! A pesquisa textual de legislação é especialmente útil em decisões monocráticas e notas do Informativo de Jurisprudência do STJ, já que o campo referência legislativa não está disponível nessas bases de pesquisa.

Conclusão

Você acabou de ter contato com a principal parte da pesquisa de jurisprudência: a pesquisa textual. Com o domínio dessa técnica, você já poderá realizar pesquisas muito mais rápidas e precisas.

A pesquisa de legislação no texto, mesmo trabalhosa, é extremamente importante para um bom pesquisador. Vale a pena treinar essa técnica até ficar bastante familiarizado com ela.

Depois de termos visto a organização da base de dados jurisprudenciais no Módulo 1, começamos a ver como resgatar essas informações. Calma, isso é apenas o início do conhecimento sobre pesquisa. No próximo módulo vamos orientar a pesquisa textual por campos específicos. Começaremos pela base de acórdãos. Esse conhecimento vai permitir que você ganhe ainda mais tempo nas suas consultas e consiga realizar pesquisas extremamente precisas na base de acórdãos. Esperamos vocês!

Agora, aos exercícios!

Jurisprudência do STJ ao seu Alcance

Módulo 3 - Pesquisa por Campos



Superior Tribunal de Justiça
2018

Índice

4. Pesquisa por campos na base Acórdãos	5
4.1. Classe (.clas., .clap. e .dcla.)	5
4.2. Número e Registro (.num., .reg.)	9
4.3. Unidade da Federação (.uf.)	12
4.4. Ministro (.rela., .raco. e .revi.)	13
4.5. Data de Julgamento/Publicação e Fonte de Publicação (.font.)	19
4.6. Órgão Julgador	22
4.7. Ementa	25
4.8. Acórdão (.acor.)	28
4.9. Notas	29
4.10. Informações Adicionais	32
4.11. Palavras de Resgate	34
4.12. Referência Legislativa	35
4.13. Doutrina (.dout.)	39
4.14. Veja (.veja.)	41
4.15. Sucessivos	43
Conclusão	45

Módulo 3 - Pesquisa por Campos

Olá pessoal, vimos no módulo anterior como é realizada a pesquisa textual. O conhecimento que você adquiriu até agora representa a parte fundamental da pesquisa de jurisprudência. Compare como você fazia pesquisas antes do curso e como está fazendo agora. Mudou bastante, não?

Vamos aprofundar mais o nosso conhecimento?

Bem, a partir de agora vamos entender como realizar pesquisa textual com orientação para os campos do Espelho do Acórdão. Nessa etapa, além de informar à ferramenta de pesquisa qual o texto que você quer encontrar, você poderá também indicar onde ele aparecerá dentro do espelho. Isso vai garantir resultados muito mais objetivos.

Atenção! Antes de iniciarmos, é necessário que você tenha sempre em mente a seguinte informação: a sigla de indicação de qual campo o termo de pesquisa deverá aparecer é composta por duas, três ou quatro letras; esse argumento deve vir “grudado” no termo pesquisado e grafado com um ponto final antes e outro depois. Pense no seguinte exemplo: você quer fazer uma pesquisa sobre dano e deseja que essa idéia esteja registrada exclusivamente no campo ementa. O argumento deverá ser alimentado na caixa Pesquisa Livre, acompanhado da sigla .emen., tal como na imagem abaixo:

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:
dano.emen. x

e ou adj não prox mesmo com \$

☒ Ativar explicações
☐ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☐ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Feita essa breve introdução, já podemos iniciar o estudo da pesquisa nos campos do Espelho do Acórdão. Vamos lá?

4. Pesquisa por campos na base Acórdãos

Vimos que o Espelho do Acórdão é composto por diversos campos pesquisáveis. Muitos desses campos do espelho contêm informações padronizadas, o que nos permite realizar pesquisas extremamente objetivas.

Vamos estudar cada um dos campos, seguindo a ordem em que são apresentados no espelho. De início, você perceberá que vamos repassar muita informação. Não se preocupe, teremos exercícios suficientes para mostrar que a quantidade de informação não significa, necessariamente, maior complicação!

4.1. Classe (.clas., .clap. e .dcla.)

Na parte “Processo” existem diversos campos pesquisáveis. O primeiro deles diz respeito à classe processual do julgado. Veja:

Processo

AgRg no REsp 1435489 / DF
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL
2014/0032955-0

Essa informação pode ser pesquisada com o uso de diversas siglas.

A primeira delas é baseada na **CLAS**se processual do julgado. Nessa forma de pesquisar você pode encontrar julgados usando as classes listadas no art. 67 do RISTJ.

Atenção! Para usar a sigla **.clas.**, a ferramenta só aceita a classe exatamente como prevista no RISTJ, ou seja, sem qualquer incidente processual posterior. Assim, você pesquisará apenas pela classe e nada mais além dela (agravos internos ou regimentais, embargos de declaração, por exemplo). Veja o resultado exibido em lista resumida:

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

resp.clas.

- ☐ Ativar explicações
- ☒ Mostrar lista resumida
- ☒ Pesquisar sinônimos
- ☐ Pesquisar plurais

?
Dicas

e ou adi não prox mesmo com \$

Acórdãos

- | | | |
|---|---|---|
| 1 | REsp 1123463
(ACÓRDÃO)
Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
DJe 14/03/2017
Decisão: 21/02/2017 | PROCESSUAL CIVIL. JUIZADO ESPECIAL. DECISÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. ACORDO DE REPARAÇÃO CIVIL ENTRE AS PARTES. POSSIBILIDADE. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. LEI Nº 9.099/95. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
... |
| 2 | REsp 1554361
(ACÓRDÃO)
Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO
DJe 15/03/2017
Decisão: 21/02/2017 | RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL E NULIDADE DE ESCRITURA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. OCORRÊNCIA. NULIDADE PROCESSUAL RECONHECIDA.
... |
| 3 | REsp 1219064
(ACÓRDÃO)
Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
DJe 13/03/2017
Decisão: 07/03/2017 | PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DE ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. REPERCUSSÃO GERAL. ACÓRDÃO SUBMETIDO A JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, DO CPC. RE N. 626.489/RG/SE. TEMA N. 313. APLICAÇÃO DO PRAZO DECADENCIAL DE 10 ANOS FIXADO PELA
... |
| 4 | REsp 1220741
(ACÓRDÃO)
Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
DJe 13/03/2017
Decisão: 07/03/2017 | PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DE ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. REPERCUSSÃO GERAL. ACÓRDÃO SUBMETIDO A JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, DO CPC. RE N. 626.489/RG/SE. TEMA N. 313. APLICAÇÃO DO PRAZO DECADENCIAL DE 10 ANOS FIXADO PELA
... |
| 5 | REsp 1138522
(ACÓRDÃO)
Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
DJe 13/03/2017
Decisão: 08/02/2017 | DIREITO PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE AUTORIA DE OBRA INTELECTUAL CUMULADO COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR SEU USO INDEVIDO. LEI 9.610/98.
1. A prolação de sentença de mérito pelo juízo considerado
... |

Outra forma que você pode pesquisar a classe processual é pela sigla da **CL**asse **P**adronizada. A pesquisa dessa forma, diferentemente do que ocorre com a sigla .clas., permite que você localize julgados que contenham a classe do termo de pesquisa.

Utilizaremos de novo uma lista resumida com o resultado da pesquisa com o uso da sigla .clap..

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

☐ Ativar explicações
☒ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☐ Pesquisar plurais

e ou adj não prox mesmo com \$

Acórdãos	
1 AgRg no REsp 1647940 (ACÓRDÃO) Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA DJe 17/03/2017 Decisão: 14/03/2017	PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. PENA INFERIOR A 4 ANOS. QUANTIDADE, NATUREZA E DIVERSIDADE DA SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE PARA A FIXAÇÃO DE REGIME PENAL MAIS GRAVOSO (SEMIABERTO). ...
2 AgInt no AgRg no REsp 1293998 (ACÓRDÃO) Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO DJe 15/03/2017 Decisão: 21/02/2017	TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO AO SESC, SENAC E SEBRAE. SOCIEDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO, COM A RESSALVA DO PONTO DE VISTA DO RELATOR. ...
3 REsp 1123463 (ACÓRDÃO) Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI DJe 14/03/2017 Decisão: 21/02/2017	PROCESSUAL CIVIL. JUIZADO ESPECIAL. DECISÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. ACORDO DE REPARAÇÃO CIVIL ENTRE AS PARTES. POSSIBILIDADE. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. LEI Nº 9.099/95. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. ...
4 REsp 1554361 (ACÓRDÃO) Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO DJe 15/03/2017 Decisão: 21/02/2017	RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL E NULIDADE DE ESCRITURA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. OCORRÊNCIA. NULIDADE PROCESSUAL RECONHECIDA. ...
5 REsp 1219064 (ACÓRDÃO) Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR DJe 13/03/2017	PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DE ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. REPERCUSSÃO GERAL. ACÓRDÃO SUBMETIDO A JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, DO CPC. RE N. 626.489/RG/SE. TEMA N. 313. APLICAÇÃO DO PRAZO DECADENCIAL DE 10 ANOS FIXADO PELA ...

A terceira forma de pesquisar a classe processual é pela sigla de Denominação da **CL**asse – (.dcla.).

Processo

AgRg no REsp 1435489 / DF

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL

2014/0032955-0

Você conhece as siglas de todas as classes processuais? Difícil, né? Ao optar pelo uso do .dcla., você pesquisa informando o nome por extenso da classe desejada. Da mesma forma que a sigla .clap., a .dcla. resgatará julgados que contenham o termo pretendido.

Assista ao vídeo sobre os operadores .CLAS., .CLAP. e .DCLA. no link:



Veja um exemplo do uso da sigla .dcla.:

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

'habeas corpus'.dcla.

- ☒ Ativar explicações
- ☐ Mostrar lista resumida
- ☒ Pesquisar sinônimos
- ☐ Pesquisar plurais

?
Dicas

Processo

AgRg no RHC 63290 / MG

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINARIO EM **HABEAS CORPUS**

2015/0214080-7

Processo

AgRg no HC 330466 / MS

AGRAVO REGIMENTAL NO **HABEAS CORPUS**

2015/0173105-2

4.2. Número e Registro (.num., .reg.)

Outro campo existente em “Processo” é o **NÚM**ero na classe processual, que é pesquisável pela sigla **.num.**.

Se você sabe o número do julgado que está procurando, basta preencher o número no local indicado na ferramenta de pesquisa.


Nessa mesma caixa, você pode pesquisar pelo número de registro.

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

☒ Ativar explicações
☒ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj



Pesquisa por campos específicos:

Número: 1334498

Ministro(a): Selecione... +

Data: a Julgamento ▼

Órgão Julgador: Selecione... +

Ementa/Indexação:

Legislação: Norma ▼ ?

Número

ART ▼ PAR ▼ INC ▼ +

Notas: Selecione... ▼

☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☒ Decisões Monocráticas ☒ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Pesquisar

Limpar

Processo

AgRg no REsp **1334498** / RS
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL
2012/0153880-4

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

- ☒ Ativar explicações
 - ☒ Mostrar lista resumida
 - ☒ Pesquisar sinônimos
 - ☒ Pesquisar plurais
- Operador padrão: ☒ e ☐ adj



Pesquisa por campos específicos:

Número: 201201538804

Ministro(a): Seleccione... +

Data: a Julgamento

Órgão Julgador: Seleccione... +

Ementa/Indexação:

Legislação: Norma ?

Número

ART PAR INC +

Notas: Seleccione...

- ☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☒ Decisões Monocráticas ☒ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Pesquisar

Limpar

Processo

AgRg no REsp 1334498 / RS
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL
2012/0153880-4

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

Pesquisa por campos específicos:

Número: 200701577306

Ministro(a): Selecione...

Data: a Julgamento: Julgamento

Órgão Julgador: Selecione...

Ementa/Indexação:

Legislação: Norma

Número

ART PAR INC

Notas: Selecione...

?

Dicas

- ☒ Ativar explicações
- ☒ Mostrar lista resumida
- ☒ Pesquisar sinônimos
- ☒ Pesquisar plurais

Operador padrão: ☒ e ☐ adj

☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☒ Decisões Monocráticas ☒ Informativos ☐ Todas de Jurisprudência

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou clique [aqui](#).

Sucessivos

REsp 930655 SP 2007/0039939-5 Decisão:20/05/2008
DJe DATA:11/06/2008

[Íntegra do Acórdão](#) [Acompanhamento Processual](#)

REsp 967348 SC **2007/0157730-6** Decisão:11/03/2008
DJe DATA:27/03/2008

[Íntegra do Acórdão](#) [Acompanhamento Processual](#)

REsp 936595 RJ 2007/0065553-3 Decisão:11/03/2008
DJe DATA:28/03/2008

[Íntegra do Acórdão](#) [Acompanhamento Processual](#)

4.3. Unidade da Federação (.uf.)

Você pode filtrar sua pesquisa pela **Unidade da Federação**. Para realizar esse tipo de pesquisa, basta digitar no campo Pesquisa Livre a sigla da unidade da federação desejada seguida da sigla **.uf.**

Vejamos um exemplo:

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:
df.uf.

e ou adj não prox mesmo com \$

☒ Ativar explicações
☒ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
 Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a): +

Data: a Julgamento

Órgão Julgador: +

Ementa/Indexação:

Legislação: ?

Número

ART PAR INC +

Notas:

☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☒ Decisões Monocráticas ☒ Informativos ☐ Todas de Jurisprudência

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Pesquisar Limpar

Processo

HC 269584 / **DF**
 HABEAS CORPUS
 2013/0131135-8

Nossa, até agora foi bastante informação. E isso apenas em “Processo”!

Não se sinta intimidado! O restante do Espelho do Acórdão não tem tantos campos agrupados como aqui.

Vamos seguir?

4.4. Ministro (.rela., .raco. e .revi.)

Uma das informações mais importantes dos julgados diz respeito justamente aos ministros que participaram do julgamento. Eles podem ter desempenhado diferentes papéis, seja na função de relator, revisor ou relator para o acórdão.

A primeira forma de refinar sua pesquisa pelo ministro é justamente pela indicação dele na própria ferramenta de pesquisa da internet:

A imagem mostra a interface de pesquisa do STJ, intitulada "Jurisprudência do STJ". A interface é dividida em seções para pesquisa livre e por campos específicos. O campo "Ministro(a)" na seção "Pesquisa por campos específicos" está destacado com um retângulo vermelho e contém o nome "ROGERIO SCHIETTI CRUZ".

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

☒ Ativar explicações
☒ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Data: a Julgamento

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:

Número

ART PAR INC

Notas:

☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☒ Decisões Monocráticas ☒ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Relator(a)

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ** (1158)

Revisor(a)

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ** (1158)

Relator(a) p/ Acórdão

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ** (1158)

Perceba que a ferramenta de pesquisa não fez distinção quanto à função desempenhada pelo ministro.

Mas posso fazer pesquisas indicando qual a função do ministro no julgamento? Claro que pode!

Para isso, basta lembrar de algumas siglas e alimentá-las na Pesquisa Livre.

Se você quiser julgados em que o ministro desempenhou exclusivamente o papel de **RELA**tor, use a sigla **.rela..** Veja o exemplo:

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

"nancy andrighi".rela.

e

ou

adj

não

prox

mesmo

com

\$

☒ Ativar explicações

☒ Mostrar lista resumida

☒ Pesquisar sinônimos

☒ Pesquisar plurais

Operador padrão: ☒ e ☐ adj

?

Dicas

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Selecione...

+

Data:

a

Julgamento

Órgão Julgador:

Selecione...

+

Ementa/Indexação:

Legislação:

Norma

?

Processo
EResp 1192281 / SP EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL 2011/0116080-1
Relator(a)
Ministra NANCY ANDRIGHI (1118)

Processo
EResp 1264894 / PR EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL 2011/0244020-6
Relator(a)
Ministra NANCY ANDRIGHI (1118)

Noutra situação, suponha que você sabe quem foi o ministro que iniciou a divergência que prevaleceu em relação ao voto relator originário. Nesse caso, você pode direcionar sua pesquisa procurando informação referente ao **Relator** para o **ACÓrdão**. Para usar essa facilidade, você deverá informar na Pesquisa Livre o nome do ministro, seguido da sigla **.raco..**

Olhe um exemplo:

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

Pesquisa por campos específicos:
Número:
Ministro(a): +
Data: a +
Órgão Julgador: +

☒ Ativar explicações
☒ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj

?
Dicas

Processo
EDcl no AgRg no REsp 1415895 / DF EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2013/0365524-7
Relator(a)
Ministro HUMBERTO MARTINS (1130)
Relator(a) p/ Acórdão
Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES (1141)

Processo
EDcl no REsp 1447705 / RS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL 2014/0071923-2
Relator(a)
Ministro OG FERNANDES (1139)
Relator(a) p/ Acórdão
Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES (1141)

Segundo o art. 35 do RISTJ, sujeitam-se a revisão a ação rescisória, a ação penal originária e a revisão criminal. Caso a pesquisa que você queira fazer diz respeito a um julgado no qual o ministro atuou como revisor, basta utilizar a sigla **.revi.** na Pesquisa Livre. Veja o exemplo:

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

☐ Ativar explicações
☒ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
 Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:

Número:
 Ministro(a):
 Data: a

Processo

APn 331 / PI
AÇÃO PENAL
2001/0006580-5

Relator(a)

Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR (1110)

Revisor(a)

Ministro GILSON **DIPP** (1111)

Processo

AR 2280 / PR
AÇÃO RESCISÓRIA
2002/0038343-0

Relator(a)

Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA (1106)

Relator(a) p/ Acórdão

Ministro GILSON DIPP (1111)

Revisor(a)

Ministro GILSON **DIPP** (1111)

Processo


RvCr 717 / SP
REVISÃO CRIMINAL
2003/0181582-9

Relator(a)

Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA (1106)

Revisor(a)

Ministro GILSON **DIPP** (1111)

É possível pesquisar por mais de um ministro, clicando no botão  que aparece ao lado da respectiva caixa de combinação. Veja o exemplo:

Assista ao vídeo sobre os operadores **.RELA.**, **.RACO.** e **.REVI.** no link:

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Data: a Julgamento

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

☒ Ativar explicações
☒ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj



 Conjugue mais de um ministro

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

SÉRGIO KUKINA

Data: a Julgamento

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:

Número

ART PAR INC

Notas:

☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☒ Decisões Monocráticas ☒ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou clique [aqui](#).

Processo
REsp 1296267 / RS RECURSO ESPECIAL 2011/0295088-5
Relator(a)
Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO (1133)

4.5. Data de Julgamento/Publicação e Fonte de Publicação (.font.)

Você pode delimitar sua pesquisa pela data de julgamento ou pela data de publicação dos julgados. Basta preencher o período nas respectivas caixas, e selecionar a opção da data, conforme o exemplo:

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e
ou
adj
não
prox
mesmo
com
\$

☒ Ativar explicações
☒ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:
Número:
Ministro(a): +

Data: 01/01/2010 a 15/12/2015

Julgamento
Julgamento
Publicação

Órgão Julgador: +
Ementa/Indexação:
Legislação: ?
Número

ART
PAR
INC

+
Notas:

☒ Acórdãos
☒ Súmulas
☒ Decisões Monocráticas
☒ Informativos de Jurisprudência
☐ Todas

Processo
RHC 55377 / MG RECURSO ORDINARIO EM HABEAS CORPUS 2014/0290942-9
Relator(a)
Ministro NEFI CORDEIRO (1159)
Órgão Julgador
T6 - SEXTA TURMA
Data do Julgamento
05/11/2015

Processo
AgRg nos EDcl no REsp 986378 / RJ AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL 2007/0215230-0
Relator(a)
Ministro BENEDITO GONÇALVES (1142)
Órgão Julgador
T1 - PRIMEIRA TURMA
Data do Julgamento
04/02/2010

Muitas decisões do STJ são publicadas em revistas especializadas. A publicação em repositório oficial fica registrada no campo **FONT**e e pode ser pesquisada por você.

Assim, se você estiver lendo um texto e encontrar a referência RSTJ 235/519, por exemplo, você pode encontrar a decisão a que se refere digitando na “Pesquisa Livre” o seguinte argumento:

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

☒ Ativar explicações
☒ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj

?

Dicas

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Selecione...

▼

+

Data: a

Julgamento

▼

Órgão Julgador:

Selecione...

▼

+

Ementa/Indexação:

Legislação:

Norma

▼

?

Número

ART

▼

PAR

▼

INC

▼

+

Notas:

Selecione...

▼

☒ Acórdãos

☒ Súmulas

☒ Decisões Monocráticas

☒ Informativos de Jurisprudência

☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Pesquisar

Limpar

Observe que a regra é a indicação do volume (**vol**) acompanhado do número de edição com cinco algarismos, mais a indicação da página (**pg**) também com cinco algarismos.

21

Processo
REsp 1354672 / DF RECURSO ESPECIAL 2012/0244282-5
Relator(a)
Ministra LAURITA VAZ (1120)
Órgão Julgador
T5 - QUINTA TURMA
Data do Julgamento
12/08/2014
Data da Publicação/Fonte
DJe 25/08/2014 RSTJ vol. 235 p. 519

4.6. Órgão Julgador

Você pode refinar sua pesquisa escolhendo o órgão julgador onde a decisão foi tomada. Essa escolha é facilmente feita na página de pesquisa.

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

☒ Ativar explicações
☒ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a): +


Data: a Julgamento

Órgão Julgador: +

Ementa/Indexação:

Legislação: ?

Processo
HC 288456 / PE HABEAS CORPUS 2014/0030179-0
Relator(a)
Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA (1170)
Órgão Julgador
T5 - QUINTA TURMA

Caso você queira pesquisar por mais de um órgão julgador, por exemplo, quinta e sexta turmas além da terceira seção, isso pode ser feito facilmente com o uso do botão  , localizado à direita da respectiva caixa de combinação.

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Data: a Julgamento:

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:

Notas:

☒ Acórdãos
 ☒

Processo

HC 288456 / PE
HABEAS CORPUS
2014/0030179-0

Relator(a)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA (1170)

Órgão Julgador

T5 - **QUINTA TURMA**

Processo

RHC 55377 / MG
RECURSO ORDINARIO EM HABEAS CORPUS
2014/0290942-9

Relator(a)

Ministro NEFI CORDEIRO (1159)

Órgão Julgador

T6 - **SEXTA TURMA**

4.7. Ementa (.emen.)

Como posso fazer para buscar informação direto na ementa do acórdão?

Isso é simples. Para elaboração de argumento de pesquisa orientado para esse campo, basta preencher a caixa “Ementa/Indexação” na ferramenta de pesquisa, conforme exemplo a seguir:

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

☒ Ativar explicações
☒ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj

? Dicas

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a): +

Data: a Julgamento

Órgão Julgador: +

Ementa/Indexação:

Legislação: ?

ART PAR INC +

Notas:

☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☒ Decisões Monocráticas ☒ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Pesquisar Limpar

Ementa

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA COM PEDIDO CUMULADO COM O DE **INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE**. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 83 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Não merece reparos a decisão hostilizada, pois o acórdão recorrido julgou em harmonia com a jurisprudência consolidada no STJ e da Súmula 301 desta Corte Superior no sentido de que a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção juris tantum de paternidade. No caso concreto, as razões recursais encontram óbice na Súmula 83 do STJ.
2. Para alcançar conclusão diversa daquela a que chegou o Tribunal de origem, seria imprescindível o reexame de prova, o que é inviável na instância especial pelo teor da Súmula 7 do STJ.
3. Agravo regimental não provido.

Lembre-se de que tudo o que foi estudado por nós em relação ao uso de operadores e símbolos auxiliares pode ser usado dentro da caixa ementa/indexação .

Assista ao vídeo sobre a pesquisa por ementa/indexação no link:



Observe, ainda, que a caixa usada nessa pesquisa faz menção à indexação. Isso significa que o argumento de pesquisa informado será também pesquisado no campo alimentado pela Secretaria de Jurisprudência com teses extraídas do inteiro teor do acórdão e que não estejam descritas na ementa. Isso será visto detalhadamente a seguir quando tratarmos das Informações Adicionais.

E se você quiser pesquisar exclusivamente no campo Ementa?

A ferramenta de pesquisa permite a elaboração de argumento na caixa Pesquisa Livre para resgatar a informação exclusivamente nesse campo. Veja os exemplos a seguir:

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

(declaracao ou aclaratorio).emen.

e ou adj não prox mesmo com \$

- ☒ Ativar explicações
 - ☒ Mostrar lista resumida
 - ☒ Pesquisar sinônimos
 - ☒ Pesquisar plurais
- Operador padrão: ☒ e ☐ adj



Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Data: a

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:

Notas:

- ☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☒ Decisões Monocráticas ☒ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Pesquisar

Limpar

Ementa

EMBARGOS DE **DECLARAÇÃO** NOS EMBARGOS DE **DECLARAÇÃO** NOS EMBARGOS DE **DECLARAÇÃO** NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO MONITÓRIA - ACÓRDÃO DESSE ÓRGÃO FRACIONÁRIO REJEITANDO OS ANTERIORES **ACLARATÓRIOS** COM APLICAÇÃO DE MULTA. IRRESIGNAÇÃO DA RÉ.

1. Hipótese em que, sob o pretexto da obscuridade, a embargante se utiliza do recurso **aclaratório** para aviar mero inconformismo com a decisão que, reconhecendo o caráter protelatório dos anteriores embargos de **declaração**, aplicou a multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 538, parágrafo único, do CPC. Impossibilidade.
2. A obscuridade é a qualidade daquilo que é de difícil ou impossível compreensão, não se verificando naquelas hipóteses em que o acórdão fundamenta de forma coerente e clara todos os pontos que o levaram a determinada conclusão.
3. A mera insatisfação da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os embargos de **declaração**, que servem ao seu aprimoramento, e não à sua modificação.
4. Embargos de **declaração** rejeitados, com elevação da multa e o condicionamento da interposição de qualquer outro recurso ao depósito do valor respectivo, nos termos do art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

4.8. Acórdão (.acor.)


Você sabia que existe um campo específico para registrar informações como o resultado do julgamento e da votação no órgão julgador, além dos ministros que participaram da decisão, impedimentos de magistrados, ou a realização de sustentação oral?

Esse campo é o campo **ACÓR**dão. Para realizar pesquisa sobre essas informações, você deve preencher o campo Pesquisa Livre com argumento acompanhado da sigla **.acor.** Veja um exemplo:

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

☒ Ativar explicações
☒ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
 Operador padrão: ☒ e ☐ adj



Pesquisa por campos específicos:
 Número:
 Ministro(a):
 Data: a
 Órgão Julgador:
 Ementa/Indexação:
 Legislação:

 ART PAR INC
 Notas:

☒ **Acórdãos**
☒ **Súmulas**
☒ **Decisões Monocráticas**
☒ **Informativos de Jurisprudência**
☐ **Todas**

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por **unanimidade**, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator, com ressalva de entendimento da Sra. Ministra Maria Thereza de Assis Moura e do Sr. Ministro Sebastião Reis Júnior. Os Srs. Ministros Ericson Marinho (Desembargador convocado do TJ/SP), Maria Thereza de Assis Moura, Sebastião Reis

4.9. Notas

Existem casos específicos em que uma peculiaridade do caso merece ser destacada. A Secretaria de Jurisprudência trabalha com algumas dessas situações para gerar uma coletânea temática dentro da própria base de acórdãos. O campo que é usado para isso é o **notas**.

Por intermédio desse campo, você poderá filtrar sua pesquisa pelas seguintes circunstâncias:

Ações Rescisórias procedentes, Embargos de Declaração acolhidos com efeitos modificativos e Embargos de Divergência providos:

Tem como objetivo indicar ao usuário que o documento que ele está vendo na tela foi alterado posteriormente.

Casos notórios:

Direciona a pesquisa àqueles processos que ficaram conhecidos pela opinião popular por terem grande repercussão na mídia e receberem designações especiais ou “apelidos”.

Direito Ambiental:

Resgata todos os acórdãos que tenham tratado de assuntos referentes a esse ramo do Direito.

Indenização por dano moral, estético ou coletivo:

Informa o quantum da indenização. É possível verificar o parâmetro dos valores considerados pelos Ministros.

Valor da multa diária – astreintes:

Hipótese prevista quando houver fixação do valor de multa diária por descumprimento de ordem judicial.

(Im)penhorabilidade de bens móveis:

Nessa hipótese são especificados os objetos que foram ou não passíveis de penhora.

Princípio da insignificância:

Informa em que hipótese é aplicável ou não tal princípio.

Quantidade de droga apreendida:

Informa a quantidade e o tipo da droga quando essas informações sejam relevantes para o entendimento adotado pelo órgão julgador.

Decisões de afetação:

Todas as decisões monocráticas de afetação são destacadas por esse filtro.

Recursos Repetitivos:

Todos os recursos julgados nos moldes previstos no art. 543-C do CPC e publicados no DJe são destacados em nossa base de pesquisa de jurisprudência.

Outras hipóteses:

Existem outros termos relevantes para resgate sem índice de critério genérico. Para realizar a pesquisa devem ser utilizadas palavras que se relacionem com:

- produtos passíveis de isenção tributária (bacalhau, merluza, fertilizante etc);
- porta de segurança nas agências bancárias;
- cobrança de direito autoral pelo ECAD na hipótese do hotel manter aparelho de rádio nos quartos.
- presença de discussão doutrinária no acórdão analisado.

Para pesquisar pelo campo notas, você deve escolher o assunto na respectiva caixa de combinação. Você pode refinar a pesquisa conjugando com outros campos, tal como no exemplo a seguir:

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

☒ Ativar explicações
☒ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj

?

Dicas

Pesquisa por campos específicos:
Número:
Ministro(a):

Selecione... +

Data: a

Julgamento ▼

Órgão Julgador:

Selecione... +

Ementa/Indexação:
Legislação:

Norma ▼ ?

Número

ART ▼ PAR ▼ INC ▼ +

Notas:

Princípio da insignificância ▼

☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☒ Decisões Monocráticas ☒ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Pesquisar

Limpar

31

Notas

Princípio da **insignificância**: não aplicado ao crime de **descaminho** devido à conduta reiterada.

4.10. Informações Adicionais

Conforme já vimos, existem espelhos de acórdãos nos quais a Secretaria de Jurisprudência extrai do inteiro teor teses que não estão registradas na ementa. A pesquisa por esse campo pode ser feita na caixa de combinação “Ementa/Indexação”, conforme foi visto anteriormente.

Mas se você quiser realizar uma busca só nas informações adicionais?

Isso é possível. Para tanto, use o argumento acompanhado pela sigla **.inde.** e terá acesso a todos os espelhos de acórdão que tratam do tema e que não tenham sido classificados como Vide Ementa e Triagem Diferenciada.

Veja alguns exemplos de resultados de pesquisas feitas exclusivamente pela tese extraída pela Secretaria de Jurisprudência.

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

☒ Ativar explicações
☒ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:

Número:
Ministro(a): +
Data: a Julgamento
Órgão Julgador: +
Ementa/Indexação:

Informações Adicionais

"[...] cumpre asseverar que eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional".

Deve-se manter a prisão preventiva de acusado que confessou a prática de outros crimes e confirmou em seu depoimento que já fora preso anteriormente por **homicídio**, roubo e uso de entorpecentes. Isso porque a prisão se justifica para garantia da ordem pública, nos termos do artigo 312 do CPP.

Informações Complementares

DESCABIMENTO, REVOGAÇÃO, PRISÃO PREVENTIVA, DECRETAÇÃO, APÓS, RECEBIMENTO, DENÚNCIA / IRRELEVÂNCIA, ACUSADO, PELO, CRIME, TENTATIVA, **HOMICÍDIO**, REPRESENTAÇÃO JUDICIAL, POR, ADVOGADO CONSTITUÍDO, SEM, INSCRIÇÃO, OAB, APÓS, EXCLUSÃO, ENTIDADE DE CLASSE, POR, APRESENTAÇÃO, DIPLOMA FALSO, BACHAREL EM DIREITO / DECORRÊNCIA, PRISÃO PREVENTIVA, FUNDAMENTAÇÃO, NECESSIDADE, GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, E, EXISTÊNCIA, RISCO, NÃO, APLICAÇÃO DA LEI, MOTIVO, RÉU FORAGIDO; NECESSIDADE, DEMONSTRAÇÃO, OCORRÊNCIA, PREJUÍZO, ACUSADO.

DESCABIMENTO, ANULAÇÃO, PROCESSO PENAL, A PARTIR, INTERROGATÓRIO / HIPÓTESE, ADVOGADO, EXCLUSÃO, OAB, POR, APRESENTAÇÃO, DIPLOMA FALSO, BACHAREL EM DIREITO, REPRESENTAÇÃO JUDICIAL, RÉU, POLICIAL MILITAR, ACUSADO, PELO, CRIME, TENTATIVA, **HOMICÍDIO** / DECORRÊNCIA, NECESSIDADE, DEMONSTRAÇÃO, OCORRÊNCIA, PREJUÍZO, OFERECIMENTO, DEFESA PRÉVIA, ACUSADO; OBSERVÂNCIA, JURISPRUDÊNCIA, STJ.

Resumo Estruturado

IMPOSSIBILIDADE, CONCESSÃO, COMUTAÇÃO DA PENA, PREVISÃO, DECRETO, 1998 / HIPÓTESE, CONDENADO, POR, CRIME HEDIONDO, **HOMICÍDIO** QUALIFICADO, APESAR, EXECUÇÃO DO CRIME, OCORRÊNCIA, ANTES, PROMULGAÇÃO, LEI DOS CRIMES HEDIONDOS / EXISTÊNCIA, PROIBIÇÃO, EM, ARTIGO, LEI DOS CRIMES HEDIONDOS, E, DECRETO, 1988; OBSERVÂNCIA, JURISPRUDÊNCIA, STF, E, STJ.

(VOTO VENCIDO) (MIN. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA)

POSSIBILIDADE, CONCESSÃO, COMUTAÇÃO DA PENA, PREVISÃO, DECRETO, 1998 / HIPÓTESE, CONDENADO, POR, CRIME, **HOMICÍDIO** QUALIFICADO, EXECUÇÃO DO CRIME, ANTES, VIGÊNCIA, LEI DOS CRIMES HEDIONDOS / IMPOSSIBILIDADE, QUALIFICAÇÃO, DELITO, COMO, CRIME HEDIONDO, MOTIVO, OCORRÊNCIA, EXECUÇÃO DO CRIME, ANTES, EXISTÊNCIA, PREVISÃO LEGAL, CRIME HEDIONDO; INEXISTÊNCIA, PROIBIÇÃO, COMUTAÇÃO DA PENA, ÂMBITO, DECRETO, 1998; OBSERVÂNCIA, PRECEDENTE, SEXTA TURMA, STJ;

4.11. Palavras de Resgate (.rsgt.)

No campo palavras de resgate são incluídas as palavras mais comumente usadas para localizar documentos relativos a temas específicos.

Este campo não se destina a representar entendimento de determinada questão jurídica. Ele é destinado apenas a facilitar o resgate da tese retratada na ementa ou campo “Informações Adicionais”.

Você pode fazer busca pela palavra de resgate informando o argumento diretamente na caixa “Ementa/Indexação” ou, ainda, na caixa “Pesquisa Livre”. Na segunda forma, o argumento de pesquisa deve ser acompanhado da sigla **.rsgt.**. Veja:

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

☒ Ativar explicações
☒ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
 Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:
 Número:
 Ministro(a):
 Data: a
 Órgão Julgador:
 Ementa/Indexação:

Palavras de Resgate
TRÁFICO DE ENTORPECENTES.

4.12. Referência Legislativa

Você pode pesquisar pela legislação utilizada na fundamentação do acórdão.

A ferramenta de pesquisa tem caixa “Legislação”, que é específica para informar esse tipo de argumento. Nela, você pode escolher o diploma legal cuja aplicação quer pesquisar. As siglas para definir o dispositivo de lei são **ART** (artigo), **PAR** (parágrafo), **INC** (inciso). As alíneas são denominadas letras e têm a sigla **LET**.

Atenção! A pesquisa por dispositivos que sejam numéricos deve ser feita exclusivamente em algarismos arábicos. Isso é aplicável, inclusive, aos incisos, que são listados em algarismos romanos nos diplomas legais. Assim, para pesquisar pelo art. 105, III, da CF/1998, o argumento deverá ser alimentado da seguinte forma:

Pesquisa Livre:

☒ Ativar explicações
☐ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
 Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Data: a

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:

Número

Notas:

☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☒ Decisões Monocráticas ☒ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas


Os números dos diplomas legais pesquisados podem ser precedidos de siglas para tornar a pesquisa mais precisa, tais como **LEI** (leis ordinárias), **LCP** (leis complementares), **DEL** (decretos-leis), **PRT** (portarias), dentre outras. A lista completa está disponível no portal da jurisprudência, na área destinada a pesquisa por campos específicos:




Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:



e ou adj não prox mesmo com \$

☒ Ativar explicações
☒ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj



Pesquisa por campos específicos:
Número:
Ministro(a): 
Data: a
Órgão Julgador: 
Ementa/Indexação:
Legislação: 

Notas:
☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☒ Decisões Monocráticas ☒ Informativos ☐ Todas de Jurisprudência

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Selecione a Legislação:					X
ACO	ACORDO				
ACC	ACORDO COMERCIAL				
ACE	ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA				
ACBP	ACORDO DE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL, CIENTÍFICA E CULTURAL BRASIL-PARAGUAI	ACO	1973		
ACJ	ACORDO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA				
ACT	ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA				
GATT	ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO	ACO	1947		
ASR	ASSENTO REGIMENTAL				
ATO	ATO				
ACP	ATO COMPLEMENTAR				
ADCT-46	ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	FED CFB	1946		
ADCT-67	ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	FED CFB	1967		
ADCT-88	ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	FED CFB	1988		
ADCT-BA	ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DA BA	EST CES	1989		
ADCT-PB	ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DA PB	EST CES	1989		
ADCT-AL	ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DE AL	EST CES	1989		
ADCT-GO	ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DE GO	EST CES	1989		
ADCT-MG	ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DE MG	EST CES	1989		
ADCT-PE	ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DE PE	EST CES	1989		
ADCT-RO	ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DE RO	EST CES	1989		
ADCT-SC	ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DE SC	EST CES	1989		
ADCT-SE	ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DE SE	EST CES	1989		
ADCT-SP	ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DE SP	EST CES	1989		
ADCT-AC	ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DO AC	EST CES	1989		
ADCT-AM	ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DO AM	EST CES	1989		
ADCT-AP	ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DO AP	EST CES	1989		
ADCT-CE	ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DO CE	EST CES	1989		
ADCT-ES	ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DO ES	EST CES	1989		
ADCT-MA	ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DO MA	EST CES	1989		
ADCT-MS	ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DO MS	EST CES	1989		

Nesse caso, deve-se informar o dispositivo de lei (artigo, parágrafo ou inciso) com cinco caracteres. Para pesquisar o número do diploma legal, esse deverá ser informado com seis algarismos. Veja:

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

(lei com 008213 com art com 0103a).ref.

e ou adj não prox mesmo com \$

- ☒ Ativar explicações
 - ☒ Mostrar lista resumida
 - ☒ Pesquisar sinônimos
 - ☒ Pesquisar plurais
- Operador padrão: ☒ e ☐ adj



Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Data: a

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:

Notas:

- ☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☒ Decisões Monocráticas ☒ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Pesquisar

Limpar

Referência Legislativa

LEG:FED **LEI:008213** ANO:1991

***** LBPS-91 **LEI** DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ART:0103A

(COM A REDAÇÃO DADA PELA MEDIDA PROVISÓRIA 138/2003)

4.13. Doutrina (.dout.)

Até 2009, a Secretaria de Jurisprudência registrava as indicações doutrinárias feitas no inteiro teor dos acórdãos.

Esse dado pode ser rastreado?

Sim! No campo **DOUT**rina você encontra registros de livros que foram citados pelos ministros. Essa informação é relevante para termos algum indicativo de qual base teórica foi adotada na decisão.

Para realizar buscas por esses registros, você deve informar o argumento de pesquisa na caixa “Pesquisa Livre” acompanhado da sigla **.dout.**

Vejamos dois exemplos:

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

☐ Ativar explicações
☒ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
 Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:

Número:
 Ministro(a):
 Data: a
 Órgão Julgador:
 Ementa/Indexação:
 Legislação:
 Número
 ART PAR INC
 Notas:

☒ Acórdãos
 ☒ Súmulas
 ☒ Decisões Monocráticas
 ☒ Informativos de
 ☐ Todas

Doutrina

OBRA : MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, 17ª ED., RIO DE JANEIRO, LUMEN JURIS, 2007, P. 143.

AUTOR : JOSÉ DOS SANTOS **CARVALHO FILHO**

OBRA : CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL, V. 1, 9ª ED., SALVADOR, PODIVM, 2008, P. 48.

AUTOR : FREDIE DIDIER JÚNIOR

OBRA : CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO, 22ª ED., SÃO PAULO, MALHEIROS, P. 114.

AUTOR : CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO

OBRA : COMENTÁRIOS À LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, 11ª ED., SÃO PAULO, DIALÉTICA, 2005, P. 466.

AUTOR : MARÇAL JUSTEN FILHO

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

"curso de direito administrativo".dout.

e ou adj não prox mesmo com \$

- ☒ Ativar explicações
 - ☒ Mostrar lista resumida
 - ☒ Pesquisar sinônimos
 - ☒ Pesquisar plurais
- Operador padrão: ☒ e ☐ adj

?
Dicas

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Data: a

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:

Notas:

- ☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☒ Decisões Monocráticas ☒ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Pesquisar

Limpar

Doutrina

OBRA : RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO, 3ª ED., 2007, P. 15.

AUTOR : YUSSEF SAID CAHALI

OBRA : **CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO**, 21ª ED., SÃO PAULO, P. 962.

AUTOR : CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO

Até aqui vimos uma grande quantidade de informações apenas sobre os espelhos dos acórdãos. Estamos quase acabando o estudo dos campos desse tipo de documento.

Os campos a seguir têm importância para pesquisa em relação à continuidade de uma tese no STJ. Vamos ver?


4.14. Veja (.veja.)

Você pode fazer uma pesquisa de jurisprudência em busca de acórdãos que tenham utilizado a fundamentação de outro acórdão do STJ ou do STF. Esses dados estão disponíveis no campo veja e para consultar essas informações, basta informar o argumento na caixa Pesquisa Livre acompanhado da sigla **.veja..**

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

☒ Ativar explicações
☒ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj


Dicas

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Data: a

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:

Notas:

☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☒ Decisões Monocráticas ☒ Informativos ☐ Todas de Jurisprudência

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Veja

STJ - AgRg nos EDcl no AREsp 434355-PR,
AgRg no AREsp 150947-RS
STF - [[ADI **3089**]]

Observações importantes:

- Caso o acórdão obtido tenha tratado mais de uma tese, os julgados citados são agrupados de acordo com o assunto;
- porta de segurança nas agências bancárias;
- cobrança de direito autoral pelo ECAD na hipótese do hotel manter aparelho de rádio nos quartos.
- presença de discussão doutrinária no acórdão analisado.

Todas essas informações podem ser pesquisadas na caixa Pesquisa Livre acompanhada da sigla .veja..

A título de exemplo, esses detalhes podem ser visualizados na imagem abaixo:

Veja

(PRINCÍPIO DA UNIDADE - MINISTÉRIO PÚBLICO - PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO OU ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL - VINCULAÇÃO DOS DEMAIS MEMBROS DA INSTITUIÇÃO)
STF - HC 68316-DF
(HABEAS CORPUS - TRANCAMENTO DE INQUÉRITO - REGRA DO ART. 28 DO CPP)
STJ - AgRg no REsp 1181536-PR
(PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - APLICAÇÃO - **DESCAMINHO** - VALOR - ART. 20 DA LEI 10.522/2002)
STJ - REsp 1112748-TO (RECURSO **REPETITIVO**)

Experimente pesquisar por um recurso repetitivo nesse campo e perceba como podemos identificar uma série de decisões a partir de um único julgado.

Esse tipo de pesquisa também é interessante para atualização de informações que você já tenha em mãos. Assim é possível que você sempre atualize seus documentos pelos precedentes citados. Boa dica, não?

4.15. Sucessivos

O último campo do espelho do acórdão é justamente o campo onde a Secretaria de Jurisprudência registra os documentos sucessivos, observadas as regras de manutenção da base de dados vistas no Módulo I.

Para pesquisar pelo número de classe ou de registro, digite-o na caixa Número.

Através da caixa de pesquisa livre, ainda podemos realizar as seguintes pesquisas:



data de decisão e de publicação, utilizando o seguinte formato: DD/MM/AAAA.SUCE.



classe do processo: 'AGRG NO RESP'.SUCE.

Muito bom, não é?

Sucessivos

AgRg nos EDcl no REsp 1539399 PR 2015/0148039-1
Decisão:01/12/2015
DJe DATA:17/12/2015

[Íntegra do
Acórdão](#)

[Acompanhamento
Processual](#)

Conclusão

Você agora já tem o conhecimento necessário para realizar pesquisas rápidas e eficientes na base de acórdãos do STJ. Compreender a pesquisa textual (Módulo 2) foi o primeiro passo. Orientar a ferramenta de pesquisa para que o texto seja procurado em campos específicos (Módulo 3) otimiza o resultado. Assim, você ganha tempo e segurança em suas consultas.

Refleta e perceba se a sua forma de consultar a nossa base de dados não mudou desde o início do curso. Acredito que, em analogia ao geólogo do texto O Rubi, você já tem maior certeza sobre o que procurar e como encontrar informações nos Espelhos dos Acórdãos. Assim, com o domínio do conhecimento, o que nos é importante e precioso deve estar cada vez mais ao nosso alcance.

A partir de agora vamos ver como a pesquisa textual orientada por campos pode ser aplicada nas demais bases de pesquisa: súmulas, decisões monocráticas e informativos de jurisprudência.

Antes disso, não podemos deixar de exercitar o que foi visto nesse Módulo!

Agora, vamos recordar as siglas que estudamos:

SIGLA PARA RESTRINGIR A BUSCA	USADO PARA
.CLAS.	localizar processos pela sigla da classe utilizada no BRS interno
.CLAP.	localizar processos pela sigla da classe padronizada (na base de acórdãos)
.DCLA.	localizar processos pelo nome por extenso (recurso especial)
.NUM.	localizar processos pelo número
.SUCE.	localizar, pelo número, um processo incluído como sucessivo
.UF.	localizar processos pela unidade da federação
.RELA.	localizar processos pelo nome do Ministro Relator
.RACO.	localizar processos pelo nome do Ministro Relator para Acórdão
.REVI.	localizar processos pelo nome do Ministro Revisor

SIGLA PARA RESTRINGIR A BUSCA	USADO PARA
.FONT.	localizar processo por outras fontes de publicação
.REF.	localizar, por palavras, legislação citada no acórdão
.EMEN.	localizar termos no campo ementa
.ACOR.	localizar termos no campo decisão/ acórdão
.NOTA.	localizar termos no campo notas
.INDE.	localizar termos no campo informações adicionais
.RSGT.	localizar palavras comumente usadas na identificação de documentos
.DOUT.	localizar publicações doutrinárias citadas no acórdão
.VEJA.	localizar precedentes jurisprudenciais citados no acórdão

Jurisprudência do STJ ao seu Alcance

Módulo 4 - Súmulas, Informativos e Decisões Monocráticas



Superior Tribunal de Justiça
2018

Índice

5. Pesquisa por campos nas Súmulas	4
5.1. Número e precedente	7
5.2. Órgão Julgador	10
5.3. Data	12
5.4. Enunciado	16
5.5. Legislação	17
6. Decisão Monocrática	19
6.1. Classe (.clas.)	21
6.2. Ministro	23
6.3. Data de publicação	25
7. Informativo de Jurisprudência	27
7.1. Número	28
7.2. Ministro	30
7.3. Data	32
7.4. Órgão Julgador	35
Conclusão	37

Módulo 4 - Súmulas, Informativos e Decisões Monocráticas

Olá, pessoal! Estamos bastante adiantados no conteúdo do curso. Já vimos como a base de jurisprudência está estruturada; conhecemos a página de pesquisa de jurisprudência; aprendemos como realizar a pesquisa textual e como orientar a ferramenta de pesquisa para encontrar nossos argumentos de busca em determinados campos do espelho do acórdão.

Nesse módulo, o nosso objetivo é compreender como estão estruturados os documentos das Súmulas, Decisões Monocráticas e Informativos de Jurisprudência.

5. Pesquisa por campos nas Súmulas

Inicialmente, você deve saber que as informações referentes às Súmulas do STJ também são estruturadas em campos específicos. Essas informações são pesquisáveis, aplicando as regras que passaremos a estudar a partir de agora.

Atenção! Vale lembrar que o raciocínio que utilizaremos é exatamente o mesmo que foi usado na pesquisa por campos específicos nos espelhos de acórdão.

Logo abaixo, você pode ver um exemplo de documento Súmula.

Resultado sem Formatação	Imprimir/Salvar
Súmula	
560	
Órgão Julgador	
S1 - PRIMEIRA SEÇÃO	
Data do Julgamento	
09/12/2015	
Data da Publicação/Fonte	
DJe 15/12/2015	
Enunciado	
<p>A decretação da indisponibilidade de bens e direitos, na forma do art. 185-A do CTN, pressupõe o exaurimento das diligências na busca por bens penhoráveis, o qual fica caracterizado quando infrutíferos o pedido de constrição sobre ativos financeiros e a expedição de ofícios aos registros públicos do domicílio do executado, ao Denatran ou Detran.</p>	
Precedentes	
<p>AgRg no Ag 1429330 BA 2011/0277052-3 Decisão:22/08/2012 DJe DATA:03/09/2012</p>	
Ementa	Íntegra do Acórdão
Acompanhamento Processual	
<p>AgRg no AREsp 343969 RS 2013/0149291-9 Decisão:26/11/2013 DJe DATA:03/12/2013</p>	
Ementa	Íntegra do Acórdão
Acompanhamento Processual	
<p>AgRg no AREsp 413209 BA 2013/0350014-2 Decisão:19/11/2013 DJe DATA:29/11/2013</p>	
Ementa	Íntegra do Acórdão
Acompanhamento Processual	
<p>AgRg no AREsp 485378 BA 2014/0048713-7 Decisão:12/05/2015 DJe DATA:19/05/2015</p>	
Ementa	Íntegra do Acórdão
Acompanhamento Processual	
<p>AgRg no AREsp 631815 MG 2014/0325853-0 Decisão:07/05/2015 DJe DATA:13/05/2015</p>	
Ementa	Íntegra do
Acompanhamento	

Ementa	Íntegra do Acórdão	Acompanhamento Processual
AgRg no AREsp 631815 MG 2014/0325853-0 DJe DATA:13/05/2015		Decisão:07/05/2015

Ementa	Íntegra do Acórdão	Acompanhamento Processual
AgRg no REsp 1202428 BA 2010/0135223-0 DJe DATA:10/04/2013		Decisão:04/04/2013

Ementa	Íntegra do Acórdão	Acompanhamento Processual
AgRg no REsp 1341860 SC 2012/0184123-3 DJe DATA:24/06/2013		Decisão:04/06/2013

Ementa	Íntegra do Acórdão	Acompanhamento Processual
AgRg no REsp 1409433 PE 2013/0340128-2 DJe DATA:18/12/2013		Decisão:03/12/2013

Ementa	Íntegra do Acórdão	Acompanhamento Processual
REsp 1377507 SP 2013/0118318-6 DJe DATA:02/12/2014 RDTAPET VOL.:00044 PG:00167 RSTJ VOL.:00236 PG:00137 RTFP VOL.:00120 PG:00352		Decisão:26/11/2014

Ementa	Íntegra do Acórdão	Acompanhamento Processual
REsp 1479979 RS 2014/0229559-0 DJe DATA:11/02/2015		Decisão:03/02/2015

Ementa	Íntegra do Acórdão	Acompanhamento Processual

5.1. Número e precedente

A primeira opção disponível é a pesquisa pelo número do enunciado. Caso você queira pesquisar diretamente por essa informação, basta preencher a caixa “Número”.


Sim, é simples assim mesmo!

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

☒ Ativar explicações
☐ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj



Pesquisa por campos específicos:

Número: 560

Ministro(a):

Selecione...

+

Data: a

Julgamento

Órgão Julgador:

Selecione...

+

Ementa/Indexação:

Legislação:

Norma

?

Número

ART PAR INC

+

Notas:

Selecione...

☐ Acórdãos ☒ **Súmulas** ☐ Decisões Monocráticas ☐ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para buscar os Recursos Repetitivos aguardando julgamento ou com afetação cancelada, [clique aqui](#)

7

Súmula
560
Órgão Julgador
S1 - PRIMEIRA SEÇÃO
Data do Julgamento
09/12/2015
Data da Publicação/Fonte
DJe 15/12/2015
Enunciado
A decretação da indisponibilidade de bens e direitos, na forma do art. 185-A do CTN, pressupõe o exaurimento das diligências na busca por bens penhoráveis, o qual fica caracterizado quando infrutíferos o pedido de constrição sobre ativos financeiros e a expedição de ofícios aos registros públicos do domicílio do executado, ao Denatran ou Detran.

Outra opção a partir da caixa “Número” é a pesquisa pelo número dos precedentes que deram origem à Súmula.

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

☐ Ativar explicações
☐ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
 Operador padrão: ☒ e ☐ adj

?
Dicas

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Data: a Julgamento

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:

ART PAR INC

Notas:

☐ Acórdãos ☒ **Súmulas** ☐ Decisões Monocráticas ☐ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou clique aqui.

Súmula
584
Órgão Julgador
S1 - PRIMEIRA SEÇÃO
Data do Julgamento
14/12/2016
Data da Publicação/Fonte
DJe 01/02/2017
Enunciado
<p>As sociedades corretoras de seguros, que não se confundem com as sociedades de valores mobiliários ou com os agentes autônomos de seguro privado, estão fora do rol de entidades constantes do art. 22, § 1º, da Lei n. 8.212/1991, não se sujeitando à majoração da alíquota da Cofins prevista no art. 18 da Lei n. 10.684/2003.</p>

Precedentes				
AgRg no AREsp	327554	RS	2013/0093272-1	Decisão:10/11/2015
DJe	DATA:20/11/2015			
Ementa	Íntegra do Acórdão	Acompanhamento Processual		
AgRg no AREsp	402105	RS	2013/0329310-6	Decisão:20/10/2015
DJe	DATA:06/11/2015			
Ementa	Íntegra do Acórdão	Acompanhamento Processual		
AgRg no AREsp	403669	RS	2013/0332033-4	Decisão:19/05/2015
DJe	DATA:28/05/2015			
Ementa	Íntegra do Acórdão	Acompanhamento Processual		
EAREsp	329732	RS	2013/0400478-1	Decisão:13/05/2015
DJe	DATA:01/07/2015			
Ementa	Íntegra do Acórdão	Acompanhamento Processual		
EAREsp	342463	SC	2014/0101370-3	Decisão:27/05/2015
DJe	DATA:01/06/2015			
Ementa	Íntegra do Acórdão	Acompanhamento Processual		
REsp	1391092	SC	2013/0109503-3	Decisão:22/04/2015
DJe	DATA:10/02/2016			
Ementa	Íntegra do Acórdão	Acompanhamento Processual		
REsp	1400287	RS	2013/0191520-9	Decisão:22/04/2015
DJe	DATA:03/11/2015			
Ementa	Íntegra do Acórdão	Acompanhamento Processual		

5.2. Órgão Julgador

Da mesma forma como fazemos a pesquisa com os acórdãos, você pode pesquisar pelo órgão julgador que aprovou a edição do enunciado da súmula. Para tanto, informe, na caixa Órgão Julgador, quais os colegiados que serão buscados em sua pesquisa.


Caso queira pesquisar por mais de um colegiado, basta clicar no botão , localizado à direita da respectiva caixa.

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:


e ou adj não prox mesmo com \$

☒ Ativar explicações
☐ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj




Pesquisa por campos específicos:


Número:

Ministro(a): 


Data: a Julgamento

Órgão Julgador: 

Ementa/Indexação:

Legislação: 

Número

ART PAR INC 

Notas:

☐ Acórdãos ☒ **Súmulas** ☐ Decisões Monocráticas ☐ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para buscar os Recursos Repetitivos aguardando julgamento ou com afetação cancelada, clique [aqui](#)

Pesquisar

Limpar

Súmula
561
Órgão Julgador
S1 - PRIMEIRA SEÇÃO
Data do Julgamento
09/12/2015
Data da Publicação/Fonte
DJe 15/12/2015
Enunciado
Os Conselhos Regionais de Farmácia possuem atribuição para fiscalizar e autuar as farmácias e drogarias quanto ao cumprimento da exigência de manter profissional legalmente habilitado (farmacêutico) durante todo o período de funcionamento dos respectivos estabelecimentos.

5.3. Data

A data de publicação e de julgamento também são informações que podem servir de filtro para pesquisa na base de súmulas.

Da mesma forma que ocorre com os acórdãos, você pode pesquisar por uma data específica ou por um período. Na caixa Data, existem dois espaços. O primeiro indica a data de início; o segundo, a data final do período a ser pesquisado. Preenchendo apenas uma das datas, a ferramenta automaticamente indicará o que foi informado como data de início ou de fim do período desejado. Para pesquisar uma data específica, você precisa informar a mesma data nas duas caixas.

Para facilitar a compreensão, vamos ver como isso funciona?

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

☒ Ativar explicações
☐ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Data: a

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:

Número

ART PAR INC

Notas:

☐ Acórdãos ☒ **Súmulas** ☐ Decisões Monocráticas ☐ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para buscar os Recursos Repetitivos aguardando julgamento ou com afetação cancelada, [clique aqui](#)

Súmula
561
Órgão Julgador
S1 - PRIMEIRA SEÇÃO
Data do Julgamento
09/12/2015
Data da Publicação/Fonte
DJe 15/12/2015
Enunciado
Os Conselhos Regionais de Farmácia possuem atribuição para fiscalizar e autuar as farmácias e drogarias quanto ao cumprimento da exigência de manter profissional legalmente habilitado (farmacêutico) durante todo o período de funcionamento dos respectivos estabelecimentos.

Súmula
552
Órgão Julgador
CE - CORTE ESPECIAL
Data do Julgamento
04/11/2015
Data da Publicação/Fonte
DJe 09/11/2015
Enunciado
O portador de surdez unilateral não se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos.

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

- ☒ Ativar explicações
☐ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
 Operador padrão: ☒ e ☐ adj



Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Data: a 01/10/2015 Julgamento

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:

Número

Notas:

☐ Acórdãos ☒ **Súmulas** ☐ Decisões Monocráticas ☐ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para buscar os Recursos Repetitivos aguardando julgamento ou com afetação cancelada, [clique aqui](#)

Súmula

544

Órgão Julgador

S2 - SEGUNDA SEÇÃO

Data do Julgamento

26/08/2015

Data da Publicação/Fonte

DJe 31/08/2015

Enunciado

É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008.

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

☐ Ativar explicações
☐ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
 Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a): +

Data: a ▾

Órgão Julgador: +

Ementa/Indexação:

Legislação: ?

ART ▾ PAR ▾ INC ▾ +

Notas:

☐ Acórdãos ☒ Súmulas ☐ Decisões Monocráticas ☐ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para buscar os Recursos Repetitivos aguardando julgamento ou com afetação cancelada, clique aqui

Pesquisar Limpar

Súmula

532

Órgão Julgador

CE - CORTE ESPECIAL

Data do Julgamento

03/06/2015

Data da Publicação/Fonte

DJ 08/06/2015

Enunciado

Constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa.

5.4. Enunciado

Existem situações em que você pode se lembrar de trecho do enunciado da súmula, mas não tem o número e não faz ideia de quando ela foi publicada. Essa informação pode ser resgatada por você com o uso da caixa Ementa/Indexação, onde deverá ser informada a parte do texto que deseja encontrar.

Em outras palavras, dentro da base de súmulas, essa caixa tem por finalidade localizar informações constantes do próprio enunciado. Simples assim!

Suponha que você esteja procurando uma súmula que trate de envio de cartão de crédito por correio sem que exista essa solicitação pelo destinatário. O argumento pode ser a palavra cartão dentro da caixa Ementa/Indexação, com a seleção exclusiva da pesquisa na base de súmulas. Veja:

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

☒ Ativar explicações
☐ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
 Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a): +

Data: a Julgamento

Órgão Julgador: +

Ementa/Indexação:

Legislação: ?

Número

ART PAR INC +

Notas:

☐ Acórdãos ☒ **Súmulas** ☐ Decisões Monocráticas ☐ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para buscar os Recursos Repetitivos aguardando julgamento ou com afetação cancelada, [clique aqui](#)

Súmula
532
Órgão Julgador
CE - CORTE ESPECIAL
Data do Julgamento
03/06/2015
Data da Publicação/Fonte
DJe 08/06/2015
Enunciado
Constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa.

5.5. Legislação

O enunciado da súmula exprime um entendimento consolidado do STJ a respeito de determinado tema. Caso você queira pesquisar todos os enunciados que digam respeito a determinado diploma legal, isso é possível mediante consulta orientada pela caixa Legislação.

Assim, por exemplo, se você quiser pesquisar por todas os enunciados relacionados à aplicação do Código Tributário Nacional, esse levantamento poderá ser feito com a indicação do CTN na caixa de Legislação, combinado com a seleção da base Súmulas para pesquisa.

Pesquisa Livre:

e
ou
adj
não
prox
mesmo
com
\$

☒ Ativar explicações
☐ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj



Pesquisa por campos específicos:
Número:
Ministro(a):
Data: a Julgamento
Órgão Julgador:
Ementa/Indexação:

Legislação:
Número
ART PAR INC
Notas:

☐ Acórdãos
☒ **Súmulas**
☐ Decisões Monocráticas
☐ Informativos de Jurisprudência
☐ Todas

Para buscar os Recursos Repetitivos aguardando julgamento ou com afetação cancelada, [clique aqui](#)

Súmula
523
Órgão Julgador
S1 - PRIMEIRA SEÇÃO
Data do Julgamento
22/04/2015
Data da Publicação/Fonte
DJe 27/04/2015
Enunciado
A taxa de juros de mora incidente na repetição de indébito de tributos estaduais deve corresponder à utilizada para cobrança do tributo pago em atraso, sendo legítima a incidência da taxa Selic, em ambas as hipóteses, quando prevista na legislação local, vedada sua cumulação com quaisquer outros índices.
Referência Legislativa
LEG:FED LEI:005869 ANO:1973 ***** CPC-73 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 ART:0543C
LEG:FED LEI:005172 ANO:1966 ***** CTN-66 CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL ART:00161 PAR:00001
LEG:FED LEI:009250 ANO:1995 ART:00039 PAR:00004

6. Decisão Monocrática

As decisões monocráticas publicadas a partir de novembro de 2000 estão disponíveis para serem consultadas. Considerando-se a quantidade gigantesca de decisões monocráticas publicadas anualmente no STJ (em 2016, foram 387.297, segundo Relatório Estatístico do STJ), a Secretaria de Jurisprudência não consegue submetê-las ao mesmo tratamento documentário dado aos acórdãos (em 2016, foram publicados 83.425 acórdãos). Isso quer dizer que as decisões monocráticas são mantidas na base de dados da mesma forma como foram publicadas, sem adição de pontos de acesso sistematizados pela SJR.

Feitas essas considerações, veja a estrutura de uma decisão monocrática:

Processo
REsp 1568693
Relator(a)
Ministro SÉRGIO KUKINA
Data da Publicação
18/12/2015
Decisão
<p>RECURSO ESPECIAL Nº 1.568.693 - SP (2015/0296832-7)</p> <p>RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA</p> <p>RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL</p> <p>RECORRIDO : PLASGOL IND/ DE PLASTICOS LTDA</p> <p>RECORRIDO : JOSE CARLOS LIGERO</p> <p>ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</p> <p>DECISÃO</p> <p>Trata-se de recurso especial manejado pela FAZENDA NACIONAL com fundamento no art. 105, III, a, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fl. 93):</p> <p>AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DE BENS DO DEPOSITÁRIO INFIEL. IMPOSSIBILIDADE.</p> <p>1. O depositário, a teor do disposto no art. 629 do Código Civil, é obrigado a ter na guarda e conservação da coisa depositada o cuidado e diligência que costuma com o que lhe pertence, bem como a restituí-la, com todos os frutos acrescidos, quando o exija o depositante; por outro lado, a conduta do depositário também deve se pautar pelas disposições contidas no art. 14 do CPC, de proceder com lealdade e boa fé (inc. II) e cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final (inc. V).</p> <p>2. Entretanto, o depositário não é parte no processo e não é responsável pelo tributo.</p> <p>4. Dessa forma, mesmo na hipótese de violação de seus deveres, não é possível, nos autos da execução fiscal, determinar a penhora de bens pertencentes a ele.</p> <p>5. Agravo de instrumento improvido.</p> <p>Não foram opostos embargos declaratórios.</p> <p>A parte recorrente aponta violação dos artigos 652 do Código Civil, 14 e 906 do CPC. Sustenta que deveria ser decretada a penhora dos bens do depositário infiel para ressarcir os prejuízos decorrentes da não restituição do bem depositado quando exigido a tanto.</p> <p>É o relatório.</p> <p>No presente caso, não foi impugnado, no recurso especial fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, qual seja, de que o depositário infiel não é parte ou devedor do tributo devido, não podendo ter seus bens penhorados em sede de execução fiscal, esbarrando, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.". A respeito do tema: AgRg no REsp 1.326.913/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; EDcl no AREsp 36.318/PA, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.</p> <p>Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial.</p> <p>Publique-se.</p> <p>Brasília (DF), 15 de dezembro de 2015.</p> <p>MINISTRO SÉRGIO KUKINA</p> <p>Relator</p>

6.1. Classe (.clas.)

Assim como pesquisamos nos acórdãos, também podemos pesquisar as decisões monocráticas pela classe do processo, observando as siglas listadas no art. 67 do RISTJ. O argumento de pesquisa deve ser alimentado na caixa Pesquisa Livre acompanhado da sigla .clas. .

Assista ao vídeo sobre o operador **.clas.** no link:



Assim, por exemplo, se você estiver pesquisando informações sobre admissibilidade de recursos especiais, matéria muitas vezes tratada diretamente nas decisões monocráticas, uma boa sugestão é a pesquisa pela classe (filtro importante, considerando o número dessas decisões publicadas por ano) combinada com o tema desejado. O argumento de pesquisa poderia ser elaborado, então, da seguinte maneira: **(aresp ou resp).clas. e (tempestiv\$ ou intempestiv\$)**.

Atenção! Observe que o argumento sugerido tem o seguinte trecho: **(aresp ou resp).clas..** Esse argumento pode parecer estranho, mas o uso de parênteses acompanhado imediatamente da sigla informa onde as informações que estão dentro dos parênteses deverão ser procuradas pela ferramenta de pesquisa. No caso, a ferramenta procurará apenas AREsp (Agravo em Recurso Especial) e REsp (Recurso Especial) no campo processo. Uma boa dica para buscar várias informações em determinado campo do documento, não?

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

resp.clas.

e ou adj não prox mesmo com \$

- ☒ Ativar explicações
☐ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
 Operador padrão: ☒ e ☐ adj



Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Data: a Julgamento

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:
 Número
 ART PAR INC

Notas:

☐ Acórdãos ☐ Súmulas ☒ **Decisões Monocráticas** ☐ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para buscar os Recursos Repetitivos aguardando julgamento ou com afetação cancelada, [clique aqui](#)

Processo

REsp 1573080

Relator(a)

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Data da Publicação

18/12/2015

Decisão

RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.080 - RJ (2015/0311665-7)
 RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
 RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 RECORRIDO : P A DOS S E (MENOR)
 ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO ESPECIAL. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. OCULTAR. CRIME PERMANENTE. MANDADO JUDICIAL. DISPENSABILIDADE. ESTADO DE FLAGRÂNCIA. RECURSO PROVIDO.
 DECISÃO
 Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do referido Estado da Federação que, dando provimento à apelação do recorrido, o absolveu da prática de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas, em acórdão assim ementado:

6.2. Ministro

Outro campo pesquisável nas decisões monocráticas é o ministro relator. Ao selecionar a base de decisões monocráticas, o preenchimento da caixa Ministro(a) irá informar à ferramenta de pesquisa com o intuito de localizar apenas decisões dos ministros indicados.

Essa possibilidade permite a consulta a todas as decisões monocráticas de determinado ministro, o que pode ser uma alternativa muito importante se não estiver encontrando nenhum acórdão recente do relator desejado. Isso porque certas matérias são decididas monocraticamente logo após o relator ter submetido o seu entendimento ao colegiado.

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

☒ Ativar explicações
☐ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj



Pesquisa por campos específicos:
Número:

Ministro(a): PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Data: a Julgamento
Órgão Julgador:
Ementa/Indexação:
Legislação:
Número
ART PAR INC
Notas:

☐ Acórdãos ☐ Súmulas ☒ **Decisões Monocráticas** ☐ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para buscar os Recursos Repetitivos aguardando julgamento ou com afetação cancelada, [clique aqui](#)

Processo

REsp 1574023

Relator(a)

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**

Data da Publicação

18/12/2015

Decisão

RECURSO ESPECIAL Nº 1.574.023 - SP (2015/0304674-1)
RELATOR : MINISTRO RESPONSÁVEL PELO NURER DA 2ª SEÇÃO
RECORRENTE : ALICIO DOMINGUES
ADVOGADO : JAIR MOYZES FERREIRA JUNIOR E OUTRO(S)
RECORRIDO : BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADOS : PRISCILA KEI SATO
LUIZ RODRIGUES WAMBIER

6.3. Data de publicação

Nas decisões monocráticas, você poderá pesquisar pela data da publicação no Diário da Justiça. A pesquisa pode ser feita normalmente pela caixa Data, informando o período desejado. Estudamos isso na busca com os acórdãos e as súmulas. Usaremos aqui de maneira parecida.

Assista ao vídeo sobre a pesquisa por data no link:



Atenção! Na base de decisões monocráticas, você não poderá consultar pelo campo data de decisão. Isso porque essa informação aparece apenas como texto ao final do documento.

STJ Intranet Superior Tribunal de Justiça

INÍCIO BIBLIOTECA COMUNICAÇÃO SOCIAL GESTÃO DOCUMENTAL JURISPRUDÊNCIA PORTAL DO SERVIDOR PROCESSOS

Jurisprudência » Pesquisas » Jurisprudência do STJ

Pesquisas

- Jurisprudência do STJ
- Jurisprudência do TFR
- Jurisprudência em Teses
- Informativo de Jurisprudência
- Legislação Aplicada
- Pesquisa Pronta
- Recursos Repetitivos
- Súmulas Anotadas
- Vocabulário Jurídico (Tesouro)
- Publicações
- Súmulas
- Íntegra de Acórdãos
- Revista Eletrônica da Jurisprudência
- Pesquisas via e-mail
- Saiba Mais
- Acesso Interno

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Data:

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:

Número:

Notas:

☐ Acórdãos ☐ Súmulas ☒ **Decisões Monocráticas** ☐ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para buscar os Recursos Repetitivos aguardando julgamento ou com afetação cancelada, clique aqui

Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC 9393 - sac@stj.jus.br
Versão 1.0.94 de 22/01/2016 12:37:37 [3]

Processo
REsp 1579561
Relator(a)
Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Data da Publicação
DJ 01/02/2016
Decisão
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 449.984 - MS (2013/0410585-1) RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ AGRAVANTE : ANTÔNIO PAULO DE AMORIM ADVOGADO : GIVALDO AUGUSTO DOS SANTOS AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO I

7. Informativo de Jurisprudência

O Informativo de Jurisprudência do STJ é uma publicação quinzenal produzida pela Secretaria de Jurisprudência. Ele será apresentado de maneira mais aprofundada no Módulo V, ao tratarmos dos produtos e serviços da SJR. O que é importante que você saiba agora é que a base de dados desse produto é pesquisável na própria página de pesquisa de jurisprudência, podendo ser refinado por alguns campos.

Veja um exemplo de documento do Informativo de Jurisprudência:

Informativo de Jurisprudência

Informativo n. 0597
Publicação: 15 de março de 2017.

[Versão para impressão \(PDF\)](#)

Este periódico, elaborado pela Secretaria de Jurisprudência do STJ, destaca teses jurisprudenciais firmadas pelos órgãos julgadores do Tribunal nos acórdãos incluídos na Base de Jurisprudência do STJ, não consistindo em repositório oficial de jurisprudência.

PRIMEIRA SEÇÃO

PROCESSO	MS 14.731-DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, por unanimidade, julgado em 14/12/2016, DJe 2/2/2017.
RAMO DO DIREITO	DIREITO ADMINISTRATIVO
TEMA	Mandado de Segurança. Portaria Interministerial. Ato administrativo complexo. Revogação.

DESTAQUE

A portaria interministerial editada pelos Ministérios da Educação e do Planejamento demanda a manifestação das duas pastas para a sua revogação.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

Discute-se, em síntese, a possibilidade de Revogação da Portaria Interministerial 221/09, editada em conjunto pelos Ministérios da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão, por nova Portaria confeccionada somente pela primeira Pasta. A edição conjunta da Portaria Interministerial 221/09 por MEC e MPOG decorre do comando inserto no art. 7º do Decreto 6.253/07. Trata-se, portanto, de ato administrativo complexo que, para sua formação, faz-se necessária a manifestação de dois ou mais órgãos para dar existência ao ato. Exige-se, nesse contexto, a expressão de vontade de ambos os órgãos, sendo a ausência de um destes circunstância de invalidação do ato, por deficiência de formação ou, em outras palavras, por não se caracterizar como um ato completo/terminado. A revogação do ato administrativo é expressão do poder discricionário, atrelado à conveniência e à oportunidade da Administração, não podendo atingir os atos já exauridos ou aqueles em que o Poder Público está vinculado à prática. Ainda para os atos discricionários cujo exaurimento não é imediato, há limites dispostos de maneira implícita ou explícita na lei, tais como a competência/legitimidade para a revogação. Por regra de simetria, a revogação do ato, por conveniência e oportunidade, somente poderia advir de novo ato, agora desconstitutivo, produzido por ambas as Pastas. Ausente uma delas, não se considera completa a desconstituição.

7.1. Número

Você pode precisar localizar determinado julgado citado no Informativo de Jurisprudência. Para tanto, basta preencher o número de classe na caixa Número, tal como na imagem a seguir:

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

☐ Ativar explicações
☐ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
 Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:

Número: 1371271

Ministro(a): Seleccione...
+

Data: a Julgamento

Órgão Julgador: Seleccione...
+

Ementa/Indexação:

Legislação: Norma ?

Número

ART PAR INC +

Notas: Seleccione...

☐ Acórdãos
☐ Súmulas
☐ Decisões Monocráticas
☒ Informativos de Jurisprudência
☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou clique aqui.

Pesquisar
Limpar

Informativo nº 0597
Publicação: 15 de março de 2017.
TERCEIRA TURMA

Processo	REsp 1.371.271-RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, por unanimidade, julgado em 2/2/2017, DJe 10/2/2017.
Ramo do Direito	DIREITO CIVIL
Tema	Manutenção de plano de saúde coletivo. Trabalhador demitido sem justa causa. Relação empregatícia firmada após concessão de aposentadoria. Extensão do direito ao grupo familiar inscrito no contrato.

Destaque

Aplica-se o disposto no art. 31 da Lei n. 9.656/98 ao aposentado – e ao grupo familiar inscrito, na hipótese de seu falecimento – que é contratado por empresa e, posteriormente, demitido sem justa causa.

Informações do Inteiro Teor

Os contornos fáticos da ação de obrigação de fazer proposta em desfavor da seguradora dão conta que aposentado pelo INSS foi contratado por empresa e posteriormente demitido sem justa causa. Durante a vigência desse contrato de trabalho, o aposentado desfrutou de seguro de saúde coletivo custeado, em parte, por ele próprio e, em parte, pela empregadora. Nesse período, sua esposa fez uso do plano na condição de dependente. Após sua demissão, o contrato continuou vigendo mediante o pagamento de mensalidades integrais pelo segurado, que veio a falecer tempos depois. Nesse contexto, discutiu-se a correta aplicação da Lei n. 9.656/98. Com efeito, a referida legislação distingue o direito de manutenção no plano de saúde coletivo do trabalhador demitido sem justa causa e do aposentado – estendendo-se também ao grupo familiar inscrito –, consagrando em dispositivos legais distintos as suas condições e limitações (arts. 30, § 1º, e 31, caput e § 1º, respectivamente). Confrontando-se os artigos supracitados, verifica-se, quanto ao primeiro, que é assegurado ao empregado demitido sem justa causa o direito de permanecer, por um período determinado, como beneficiário do plano de saúde coletivo da empresa. Quanto ao segundo dispositivo legal, assegura-se ao empregado aposentado o direito de permanecer como beneficiário por tempo indeterminado ou determinado, a depender do tempo de contribuição para o plano. Extrai-se do art. 31 da Lei n. 9.656/98 que o texto legal não manifesta, de forma explícita, que a aposentadoria deve dar-se posteriormente à vigência do contrato de trabalho, limitando-se a indicar a figura do aposentado – sem fazer quaisquer ressalvas – que tenha contribuído para o plano de saúde, em decorrência do vínculo empregatício. Tal conclusão se evidencia porque deve-se atentar para o escopo primordial da referida legislação. É razoável admitir que a intenção da lei, ao permitir a manutenção do aposentado em plano de saúde, era de protegê-lo, já que, na maioria das situações, é pessoa idosa e encontra dificuldades em contratar novo plano – seja para ser aceito pelas operadoras de saúde, em razão da idade avançada, seja para conseguir arcar com a respectiva mensalidade, que, via de regra, impõe elevados valores, justamente levando em consideração a faixa etária do segurado. Por oportuno, convém relatar que o STJ – em julgamento de questão análoga – assim se manifestou acerca da interpretação do art. 31 da Lei n. 9.656/98: "(...) mesmo aqueles empregados que já tenham rompido o vínculo empregatício com a empresa estipulante podem, posteriormente, quando da obtenção da aposentadoria, requerer o benefício previsto no art. 31 da Lei n. 9.656/98" (REsp 1.431.723-SP, 3º Turma, DJe 9/6/2014). Ora, se é possível entender que, mesmo que tenha havido o rompimento do vínculo empregatício em momento anterior à concessão de aposentadoria, pode-se requerer o benefício previsto no art. 31 da Lei n. 9.656/98 quando, posteriormente, o empregador obtiver a aposentadoria; também pode-se entender que esse benefício deve ser estendido ao aposentado que é posteriormente contratado e, em razão de sua demissão, volta à inatividade. Dessarte, como se percebe, não exige a norma que a extinção do contrato de trabalho em razão da aposentadoria se dê no exato momento em que ocorra o pedido de manutenção das condições de cobertura assistencial. Ao revés, exige tão somente que, no momento de requerer o benefício, tenha preenchido as exigências legais, dentre as quais ter a condição de jubilado, independentemente de ser esse o motivo de desligamento da empresa (REsp 1.305.861-RS, 4ª Turma, DJe 17/3/2015).

Informativo nº 0597
Publicação: 15 de março de 2017.
TERCEIRA TURMA

Processo	REsp 1.371.271-RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, por unanimidade, julgado em 2/2/2017, DJe 10/2/2017.
Ramo do Direito	DIREITO CIVIL
Tema	Contrato de plano de saúde coletivo. Trabalhador demitido sem justa causa. Relação empregatícia firmada após concessão de aposentadoria. Manutenção contratual por tempo indefinido. Impossibilidade de cômputo do tempo de contribuição da viúva. Tempo mínimo exigido pela Lei n. 9.656/98.

Destaque

Para fins de extensão do benefício previsto no art. 31 da Lei n. 9.656/98, o cômputo do prazo mínimo de 10 (dez) anos não inclui o tempo de contribuição da viúva que, após o óbito do trabalhador aposentado, sucedeu ao contrato, assumindo os ônus financeiros correspondentes.

Informações do Inteiro Teor

Verifica-se que a lei somente assegura ao aposentado a sua manutenção como beneficiário, sem qualquer restrição temporal, quando houver contribuído para os planos de assistência à saúde pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos (art. 31, caput, da Lei n. 9.656/98). Desta forma, se o tempo total de contribuição ao plano, pelo aposentado, foi de 9 (nove) anos e 8 (oito) meses, mostra-se impossível a aplicação do citado dispositivo legal, que exige tempo de contribuição mínimo de 10 (dez) anos. A sucessão por parte da viúva no plano antes mantido em nome de seu falecido marido não lhe assegura permanecer indefinidamente na condição de segurada, nas mesmas bases contratuais que vinham sendo observadas, mediante a assunção dos ônus financeiros correspondentes. Isso porque a lei expressamente exige que o aposentado tenha contribuído por prazo mínimo de 10 (dez) anos. Assim, a manutenção do contrato de seguro à saúde para a viúva deve dar-se nos moldes do que dispõe o art. 31, § 1º, da Lei, que prevê que ao aposentado que contribuiu para planos coletivos de assistência à saúde por período inferior a 10 (dez) anos é assegurado o direito de manutenção como beneficiário à razão de um ano para cada ano de contribuição, desde que assumido o pagamento integral do mesmo.

7.2. Ministro

Você também pode fazer uma pesquisa pelo Ministro Relator ou pelo Ministro Relator para o Acórdão no Informativo de Jurisprudência. Para tanto, basta preencher a caixa Ministro na ferramenta da pesquisa. Veja como é simples:

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

☐ Ativar explicações
☐ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Data: a Julgamento

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:

Número

ART PAR INC

Notas:

☐ Acórdãos ☐ Súmulas ☐ Decisões Monocráticas ☒ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Pesquisar Limpar

Informativo nº 0597

Publicação: 15 de março de 2017.

QUINTA TURMA

Processo	HC 371.870-SP, Rel. Min. Felix Fischer, por unanimidade, julgado em 13/12/2016, DJe 1/2/2017.
Ramo do Direito	DIREITO PROCESSUAL PENAL
Tema	Condenação em segunda instância. Execução provisória da pena. Ausência de esgotamento da instância ordinária. Ilegalidade.

Destaque

Na hipótese em que ainda não houve a intimação da Defensoria Pública Estadual acerca de acórdão condenatório, mostra-se ilegal a imediata expedição de mandado de prisão.

Informações do Inteiro Teor

Insta destacar, sobre o tema, que a possibilidade de execução provisória da pena foi recentemente confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento das medidas cautelares nas ADCs 43 e 44. Em outras palavras, está autorizada a execução provisória da pena após o julgamento em segunda instância, ressalvadas as hipóteses em que seja possível a superação do entendimento pela existência de flagrante ilegalidade, seja por meio da concessão de *habeas corpus* ou atribuindo-se efeito suspensivo a eventual recurso especial ou extraordinário. Contudo, no presente *writ*, verificou-se que ainda não se encerrou a jurisdição em segunda instância, haja vista que o processo foi baixado à primeira instância para intimação da Defensoria Pública Estadual. Diante desse contexto, na hipótese, não se mostra possível, portanto, a execução provisória da pena, tal como já consignado pelo Supremo Tribunal Federal, sendo manifestamente ilegal a determinação de imediata expedição de mandado de prisão pelo Tribunal de origem.

7.3. Data

Na consulta ao Informativo de Jurisprudência você pode encontrar o precedente noticiado no periódico tanto pela data de julgamento quanto pela data de publicação. Basta que você preencha o respectivo campo na ferramenta da pesquisa:

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

☐ Ativar explicações
☐ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
 Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a):

Data: a
 Julgamento
 Publicação

Órgão Julgador:

Ementa/Indexação:

Legislação:
 Número
 ART PAR INC

Notas:

☐ Acórdãos ☐ Súmulas ☐ Decisões Monocráticas ☒ **Informativos de Jurisprudência** ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Você também pode consultar o Informativo pela data de publicação do periódico, basta preencher a data completa, ou parte da data no caixa Pesquisa Livre, acompanhada da sigla **.data..** Veja:

Informativo nº 0597

Publicação: 15 de março de 2017.

PRIMEIRA SEÇÃO

Processo	MS 14.731-DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, por unanimidade, julgado em 14/12/2016, DJe 2/2/2017.
Ramo do Direito	DIREITO ADMINISTRATIVO
Tema	Mandado de Segurança. Portaria Interministerial. Ato administrativo complexo. Revogação.

Destaque

A portaria interministerial editada pelos Ministérios da Educação e do Planejamento demanda a manifestação das duas pastas para a sua revogação.

Informações do Inteiro Teor

Discute-se, em síntese, a possibilidade de Revogação da Portaria Interministerial 221/09, editada em conjunto pelos Ministérios da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão, por nova Portaria confeccionada somente pela primeira Pasta. A edição conjunta da Portaria Interministerial 221/09 por MEC e MPOG decorre do comando inserto no art. 7º do Decreto 6.253/07. Trata-se, portanto, de ato administrativo complexo que, para sua formação, faz-se necessária a manifestação de dois ou mais órgãos para dar existência ao ato. Exige-se, nesse contexto, a expressão de vontade de ambos os órgãos, sendo a ausência de um destes circunstância de invalidação do ato, por deficiência de formação ou, em outras palavras, por não se caracterizar como um ato completo/terminado. A revogação do ato administrativo é expressão do poder discricionário, atrelado à conveniência e à oportunidade da Administração, não podendo atingir os atos já exauridos ou aqueles em que o Poder Público está vinculado à prática. Ainda para os atos discricionários cujo exaurimento não é imediato, há limites dispostos de maneira implícita ou explícita na lei, tais como a competência/legitimidade para a revogação. Por regra de simetria, a revogação do ato, por conveniência e oportunidade, somente poderia advir de novo ato, agora desconstitutivo, produzido por ambas as Pastas. Ausente uma delas, não se considera completa a desconstituição.

Informativo nº 0597

Publicação: 15 de março de 2017.

SEGUNDA SEÇÃO

Processo	REsp 1.559.264-RJ, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, por maioria, julgado em 8/2/2017, DJe 15/2/2017.
Ramo do Direito	DIREITO AUTURAL
Tema	Direito autoral. Internet. Disponibilização de obras musicais. Tecnologia <i>streaming</i> . <i>Simulcasting</i> e <i>webcasting</i> . Execução pública. Configuração. Cobrança de direitos autorais. ECAD. Possibilidade. <i>Simulcasting</i> . Meio autônomo de utilização de obras intelectuais. Cobrança de direitos autorais. Novo fato gerador.

Destaque

A transmissão de músicas por meio da rede mundial de computadores mediante o emprego da tecnologia *streaming* (*webcasting* e *simulcasting*) demanda autorização prévia e expressa pelo titular dos direitos de autor e caracteriza fato gerador de cobrança pelo ECAD relativa à exploração econômica desses direitos.

Informações do Inteiro Teor

Cinge-se a controvérsia a saber: (i) se é devida a cobrança de direitos autorais decorrentes de execução musical via internet de programação de rádio nas modalidades *webcasting* e *simulcasting* (tecnologia *streaming*); (ii) se tais transmissões configuram execução pública de obras musicais apta a gerar pagamento ao ECAD e (iii) se a transmissão de músicas por meio da rede mundial de computadores mediante o emprego da tecnologia *streaming* constitui meio autônomo de uso de obra intelectual, caracterizando novo fato gerador de cobrança de direitos autorais. Para tanto, inicialmente, deve-se analisar se o uso de obras musicais e fonogramas por meio da tecnologia *streaming* é alcançado pelo conceito de execução pública, à luz da Lei nº 9.610/1998. Assim, a partir das definições trazidas no art. 68, §§ 2º e 3º da referida norma, conclui-se que a transmissão digital via *streaming* é uma forma de execução pública, pois, nos termos da lei, considera-se execução pública a utilização de obra literomusical, em locais de frequência coletiva (internet), transmitidas por qualquer modalidade (ondas radioelétricas; sinais de satélite; fio, cabo ou outro condutor; meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético – art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.610/1998), o que, indubitavelmente, inclui a internet. Nessa linha de raciocínio, o fato de a obra intelectual estar à disposição, ao alcance do público, no ambiente coletivo da internet, por si só, torna a execução musical pública, sendo relevante, para o legislador, tão somente a utilização das obras por uma coletividade frequentadora do universo digital, que poderá quanto quiser acessar o acervo ali disponibilizado. Isso porque é a própria lei que define local de frequência coletiva como o ambiente em que a obra literomusical é transmitida, no qual ela é propagada; na hipótese, a internet é onde a criação musical é difundida. Logo, a configuração da execução pública não se dá em decorrência do ato praticado pelo indivíduo que acessa o site, mas, sim, pelo ato do provedor que o mantém, disponibilizando a todos, isto é, ao público em geral, o acesso ao conteúdo musical. Ressalte-se, ainda, que o *streaming* interativo (art. 29, VII, da Lei nº 9.610/1998), modalidade em que a seleção da obra é realizada pelo usuário, está ligado ao denominado "direito de colocar à disposição ao público", situando-se no âmbito do direito de comunicação ao público, e não no campo do direito de distribuição, conclusão que está em harmonia com as diretrizes adotadas pela maioria dos países da União Europeia. Assim, quanto à questão, o ordenamento jurídico pátrio consagrou o reconhecimento de um amplo direito de comunicação ao público, no qual a simples disponibilização da obra já qualifica o seu uso como execução pública, abrangendo, portanto, a transmissão digital interativa (art. 29, VII, da Lei nº 9.610/1998) ou qualquer outra forma de transmissão imaterial. Por conseguinte, as transmissões via *streaming*, tanto na modalidade *webcasting* como na modalidade *simulcasting*, são tidas como execução pública de conteúdo, legitimando a arrecadação e a distribuição dos direitos autorais pelo ECAD. No que tange à compreensão de que o *simulcasting* como meio autônomo de uso de criação intelectual enseja nova cobrança do ECAD, destaque-se que a solução está prevista na própria Lei nº 9.610/1998, em seu art. 31, que estabelece que para cada utilização da obra literária, artística, científica ou de fonograma, uma nova autorização deverá ser concedida pelos titulares dos direitos. Tendo como ponto de partida o dispositivo supracitado, fica evidenciado que toda nova forma de utilização de obras intelectuais – na hipótese, o *simulcasting*, transmissão simultânea via internet – gera novo licenciamento e, consequentemente, novo pagamento de direitos autorais. Cabe salientar que o critério utilizado pelo legislador para determinar a autorização de uso pelo titular do direito autoral está relacionado com a modalidade de utilização e não com o conteúdo em si considerado. Assim, no caso do *simulcasting*, a despeito de o conteúdo transmitido ser o mesmo, os canais de transmissão são distintos e, portanto, independentes entre si, tornando exigível novo consentimento para utilização, caracterizando, desse modo, novo fato gerador de cobrança de direitos autorais pelo ECAD. Nesses termos, conclui-se que: i) é devida a cobrança de direitos autorais decorrentes de execução musical via internet de programação de rádio nas modalidades *webcasting* e *simulcasting* (tecnologia *streaming*), pois enquadram-se como atos de execução pública de obras musicais aptos a ensejar pagamento ao ECAD, e ii) a transmissão de músicas mediante o emprego da tecnologia *streaming* na modalidade *simulcasting* constitui meio autônomo de uso de obra intelectual, caracterizando novo fato gerador de cobrança de direitos autorais pelo ECAD.

Informativo nº 0573

Período: 12 a 25 de novembro de 2015.

Corte Especial

DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. LEGITIMIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA PROPOR AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM DEFESA DE JURIDICAMENTE NECESSITADOS.

A Defensoria Pública tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa de interesses individuais homogêneos de consumidores idosos que tiveram plano de saúde reajustado em razão da mudança de faixa etária, ainda que os titulares não sejam carentes de recursos econômicos. A atuação primordial da Defensoria Pública, sem dúvida, é a assistência jurídica e a defesa dos necessitados econômicos. Entretanto, ela também exerce atividades de auxílio aos necessitados jurídicos, os quais não são, necessariamente, carentes de recursos econômicos. Isso ocorre, por exemplo, quando a Defensoria exerce as funções de curador especial (art. 9º, II, do CPC) e de defensor dativo (art. 265 do CPP). No caso, além do direito tutelado ser fundamental (direito à saúde), o grupo de consumidores potencialmente lesado é formado por idosos, cuja condição de vulnerabilidade já é reconhecida na própria Constituição Federal, a qual dispõe no art. 230 que: "A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida". Dessa forma, nos termos do assentado no julgamento do REsp 1.264.116-RS (Segunda Turma, DJe 13/4/2012), "A expressão 'necessitados' (art. 134, *caput*, da Constituição), que qualifica, orienta e enobrece a atuação da Defensoria Pública, deve ser entendida, no campo da Ação Civil Pública, em sentido amplo, de modo a incluir, ao lado dos estritamente carentes de recursos financeiros - os miseráveis e pobres -, os hipervulneráveis (isto é, os socialmente estigmatizados ou excluídos, as crianças, os idosos, as gerações futuras), enfim, todos aqueles que, como indivíduo ou classe, por conta de sua real debilidade perante abusos ou arbítrio dos detentores de poder econômico ou político, 'necessitem' da mão benevolente e solidarista do Estado para sua proteção, mesmo que contra o próprio Estado". **REsp 1.192.577-RS, Rel. Min. Laurita Vaz, julgado em 21/10/2015, DJe 13/11/2015.**

Saiba mais:

- **Jurisprudência em Teses:** Processo Coletivo II - Legitimidade.
- **Pesquisa Pronta:** Análise da legitimidade da Defensoria Pública para propositura de Ação Civil Pública.

7.4. Órgão Julgador

Você pode refinar a busca das notas do Informativo de Jurisprudência pelo Órgão Julgador que proferiu a decisão noticiada. Para tanto, basta que você preencha a caixa Órgão Julgador, tal como visto nos demais tipos de documento. Tendo em consideração que as informações divulgadas no periódico consistem exclusivamente nos acórdãos selecionados pela SJR, dada a importância e repercussão no meio jurídico, esse refinamento pode ser interessante para o aprofundamento do estudo.

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

☐ Ativar explicações
☐ Mostrar lista resumida
☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☒ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:
Número:
Ministro(a):

Selecione...

Data: a Julgamento

Órgão Julgador:

Terceira Turma

Ementa/Indexação:
Legislação:

Norma

 ?
Número
ART PAR INC
Notas:

Selecione...

☐ Acórdãos ☐ Súmulas ☐ Decisões Monocráticas ☒ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Pesquisar

Limpar

Informativo nº 0596

Publicação: 1º de março de 2017.

TERCEIRA TURMA

Processo	REsp 1.532.154-SC, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, por unanimidade, julgado em 18/10/2016, DJe 3/2/2017.
Ramo do Direito	DIREITO EMPRESARIAL
Tema	Pedido de falência instruído com título executivo extrajudicial de valor superior a 40 (quarenta) salários-mínimos. Índícios de insolvência patrimonial do devedor. Desnecessidade.

Destaque

Independentemente de indícios ou provas de insuficiência patrimonial, é possível a decretação da quebra do devedor que não paga, sem relevante razão de direito, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência.

Informações do Inteiro Teor

A questão trazida nos autos restringe-se a decidir se a impontualidade do devedor seria requisito suficiente para o processamento do pedido de falência. Inicialmente, é certo que o STJ possui julgados no sentido de que o mencionado pleito de quebra não pode servir como substituto de uma ação de cobrança, de modo que não é o inadimplemento de qualquer dívida que justifica o processamento do pedido. A preocupação que norteou esses julgados, firmados na perspectiva da disciplina antiga do Direito Falimentar, procedida pelo revogado Decreto-Lei n. 7.661/1945, em que havia espaço para a formulação de pedidos de falência como substitutivo da ação de cobrança, inclusive de valores ínfimos, foi superada com a edição da Lei n. 11.101/2005, que, em seu art. 94, I, para caracterização da impontualidade, passou a exigir que a dívida seja de valor superior a quarenta salários mínimos. Basta, assim, a impontualidade do devedor no pagamento de dívida de valor superior a quarenta salários mínimos, não sendo necessários indícios ou provas da sua situação de insolvência. Nessa linha, a Quarta Turma desta Corte Superior possui julgado específico no sentido de que não se considera abusivo o pedido de falência lastreado em título cujo valor supere o limite legal de 40 (quarenta salários mínimos). Portanto, o pedido de falência com fundamento na impontualidade do devedor não se confunde com as hipóteses de insolvência de modo que a apresentação de indícios da sua insuficiência patrimonial não é pressuposto para o seu deferimento.

Informativo nº 0595

Publicação: 15 de fevereiro de 2017.

TERCEIRA TURMA

Processo	REsp 1.629.994-RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, por unanimidade, julgado em 6/12/2016, DJe 15/12/2016.
Ramo do Direito	DIREITO CIVIL
Tema	Guarda compartilhada. Não decretação. Possibilidades.

Destaque

A guarda compartilhada somente deixará de ser aplicada quando houver inaptidão de um dos ascendentes para o exercício do poder familiar, fato que deverá ser declarado, prévia ou incidentalmente à ação de guarda, por meio de decisão judicial.

Informações do Inteiro Teor

Consiste a controvérsia em dizer se, à luz da atual redação do art. 1.584, II, § 2º, do Código Civil, é possível ao julgador indeferir pedido de guarda compartilhada sem a demonstração cabal de que um dos ex-cônjuges não está apto a exercer o poder familiar. Inicialmente, importa declinar que a questão relativa à imposição da guarda compartilhada, a partir do advento da nova redação do art. 1.584, II, § 2º, do CC, deixou de ser facultativa para ser regra impositiva. No que toca às possibilidades legais de não se fixar a guarda compartilhada, apenas duas condições podem impedir-lhe a aplicação obrigatória: a) a inexistência de interesse de um dos cônjuges; b) a incapacidade de um dos genitores de exercer o poder familiar. A primeira assertiva legal labora na linha do que é ululante, pois não se pode obrigar, sob vara, um genitor, a cuidar de sua prole. Contudo, do mesmo vício – obviedade – não padece a segunda condição, extraída, *contrario sensu*, do quanto disposto no art. 1.584, § 2º, do CC. O texto de lei, feito com a melhor técnica redacional, por trazer um elemento positivo: a condição necessária para a guarda compartilhada, aponta, em via contrária, para a circunstância que impedirá a imposição dessa mesma guarda compartilhada: a inaptidão para o exercício do poder familiar. E aqui reside uma outra inovação neste texto legal, de quilate comparável à própria imposição da guarda compartilhada, que consiste na evidenciação dos únicos mecanismos admitidos em lei para se afastar a imposição da guarda compartilhada: a suspensão ou a perda do poder familiar. A suspensão por gerar uma inaptidão temporária para o exercício do poder familiar (art. 1637 do CC); a perda por fixar o término do Poder Familiar. Ocorre, porém, que ambas as situações exigem, pela relevância do direito atingido, que haja uma prévia decretação judicial do fato, circunstância que, pela íntima correlação com a espécie, também deverá ser reproduzida nas tentativas de oposição à guarda compartilhada. É dizer, um ascendente só poderá perder ou ter suspenso o seu poder/dever consubstanciado no poder familiar por meio de uma decisão judicial e, só a partir dessa decisão, perderá a condição essencial para lutar pela guarda compartilhada da prole, pois deixará de ter aptidão para exercer o poder familiar. Essa interpretação, que se extrai do texto legal, embora não crie uma exceção objetiva à regra da peremptoriedade da guarda compartilhada, tem o mérito de secundar o comando principal, pois se passa a exigir, para a não aplicação da guarda compartilhada, um prévio ou incidental procedimento judicial declarando a suspensão ou perda do poder familiar, com decisão judicial no sentido da suspensão ou da perda.

Conclusão

Até agora vimos como utilizar a ferramenta de pesquisa para agilizar e otimizar o nosso trabalho. Todo o conhecimento acumulado até agora sobre a estrutura da base de dados, a forma de elaboração do argumento de pesquisa e a estrutura dos documentos nos permite ter consciência sobre como e onde procurar o que queremos. Tal como o geólogo, já estamos bem mais próximos do rubi, não é mesmo?

Mas o curso ainda não acabou. Falta ainda a última parte da nossa caminhada. A Secretaria de Jurisprudência do STJ produz uma grande quantidade de informações que já estão prontas para serem consultadas. Isso mesmo! A SJR deixa alguns rubis lapidados prontos para serem coletados. Isso será visto no Módulo 5. Até lá!

Jurisprudência do STJ ao seu Alcance

Módulo 5 - Produtos da Secretaria de Jurisprudência - SJR



Superior Tribunal de Justiça
2018

Índice

8. Jurisprudência em Teses	6
8.1. Formas de Consulta	8
9. Informativo de Jurisprudência	10
9.1. Formas de Consulta	11
10. Legislação Aplicada	15
10.1. Formas de Consulta	17
11. Pesquisa Pronta	18
11.1. Formas de Consulta	20
12. Repetitivos Organizados por Assunto	21
12.1. Formas de Consulta	22
13. Página de Repetitivos e IAC	23
13.1. Menu lateral	25
13.2. Informações básicas sobre a ferramenta	28
13.3. Repetitivos	30
13.4. Recursos Representativos de Controvérsia	35
(Controvérsias)	

13.5. Incidentes de Assunção de Competência (IACs)	38
13.6. Pedido de Suspensão em Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva (SIRDs) (IACs)	43
14. Súmulas Anotadas	46
14.1. Formas de Consulta	48
15. Tesauro Jurídico	49
15.1. Formas de Consulta	52
Conclusão do Curso	54

Módulo 5 - Produtos da Secretaria de Jurisprudência - SJR

Olá, pessoal! Já percorremos longo caminho durante o nosso curso:

Entendemos como é formada a base de jurisprudência do STJ;

- Fomos apresentados ao espelho do acórdão;
- Soubemos como é a página de pesquisa de jurisprudência;
- Vimos sobre os operadores que nos auxiliam a resgatar os documentos que buscamos;
- Aprendemos a pesquisar pelos campos do espelho do acórdão e também a buscar nas Súmulas, Decisões Monocráticas e Informativo de Jurisprudência.

Ufa!! Quanta coisa! Você se lembra do conto “O Rubi”? O cientista munido de todo o conhecimento pode encontrar a pedra preciosa tão cobiçada pelos demais que procuravam o rubi. Veja um trecho do conto:

“Esse senhor é um geólogo; a ele, pois, correspondia achar o rubi, em virtude de seus conhecimentos. De posse desses conhecimentos, foi fácil para ele seguir o curso dos veios até achar a pedra cobiçada”.

Agora, estamos chegando à reta final do curso e, assim como o geólogo, estamos aptos a encontrar o nosso rubi! Neste último módulo, você conhecerá os outros produtos da Secretaria de Jurisprudência e a Página de Repetitivos e IAC (mantida pelo Nugep). Esses produtos

apresentam formas diferentes de se encontrar a jurisprudência do STJ. O objetivo é capacitá-lo a utilizar os serviços oferecidos pela SJR.

- ◆ a Jurisprudência em Teses;
- ◆ o Informativo de Jurisprudência;
- ◆ a Legislação Aplicada;
- ◆ a Pesquisa Pronta;
- ◆ o Repetitivos Organizados por Assunto;
- ◆ as Súmulas Anotadas;
- ◆ o Vocabulário Jurídico (Tesauro);
- ◆ as Pesquisas via e-mail.

Todos esses produtos são acessíveis por intermédio dos *links* localizados no menu à esquerda da página de jurisprudência do STJ.

Você está em: Início > Jurisprudência > Pesquisa > Jurisprudência do STJ

Jurisprudência do STJ

Pesquisa Livre:

Operadores: e ou adj não prox mesmo com \$

Pesquisa por campos específicos:

Número:

Ministro(a): +

Data: a Julgamento: +

Órgão Julgador: +

Ementa/Indexação:

Legislação: ?

Número:

ART: PAR: INC: +

Notas:

☒ Acórdãos ☒ Súmulas ☒ Decisões Monocráticas ☒ Informativos de Jurisprudência ☐ Todas

Para informações detalhadas sobre os processos afetados ao rito dos repetitivos, acesse o item "Recursos Repetitivos" ou [clique aqui](#).

Vamos, então, conhecer esses produtos e como consultá-los?

8. Jurisprudência em Teses

O Jurisprudência em Teses é um periódico lançado quinzenalmente pela SJR, em alternância com a publicação do Informativo de Jurisprudência. Ele é elaborado a partir da extração de teses sobre determinado assunto, e identificadas na base de dados do STJ.

Cada caderno traz uma série de teses acompanhadas de acórdãos que sustentam o entendimento extraído.



Edição n. 47 Brasília, 09 de dezembro de 2015

As teses aqui resumidas foram elaboradas pela Secretaria de Jurisprudência, mediante exaustiva pesquisa na base de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não consistindo em repositórios oficiais da jurisprudência deste Tribunal.

CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO - FURTO

1) Consuma-se o crime de furto com a posse de fato da *res furtiva*, ainda que por breve espaço de tempo e seguida de perseguição ao agente, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada. (Tese Julgada sob o rito do art. 543-C do CPC - TEMA 934)

Precedentes: [REsp 1524450/RJ](#), Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/10/2015, DJe 29/10/2015 (tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC); [HC 314642/SP](#), Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 06/08/2015, DJe

Vale destacar que as teses foram pesquisadas pela SJR até determinada data. No rodapé do periódico, você a encontrará destacada.

9) Os créditos resultantes de honorários advocatícios têm natureza alimentar e equiparam-se aos trabalhistas para efeito de habilitação em falência e recuperação judicial.

Acórdãos

[REsp 1351256/PR](#), Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, Julgado em 17/12/2014, DJE 19/12/2014

[REsp 1152218/RS](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, Julgado em 07/05/2014, DJE 09/10/2014

[EDcl no AgRg no REsp 1204096/MG](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, Julgado em 10/06/2014, DJE 18/06/2014

[REsp 1377764/MS](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, Julgado em 20/08/2013, DJE 29/08/2013

Decisões Monocráticas

[REsp 1299339/PR](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, Rel. p/ Acórdão Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, Julgado em 26/05/2015, Publicado em 28/05/2015

[AREsp 330992/MS](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Rel. p/ Acórdão Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, QUINTA TURMA, Julgado em 31/03/2015, Publicado em 10/04/2015

[REsp 457288/SP](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, QUINTA TURMA, Julgado em 11/03/2015, Publicado em 16/03/2015

[REsp 1269663/SP](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Rel. p/ Acórdão Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEXTA TURMA, Julgado em 01/09/2014, Publicado em 08/09/2014

[AREsp 461216/RS](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO BUZZI, SEXTA TURMA, Julgado em 24/06/2014, Publicado em 01/08/2014

[REsp 1167023/RS](#), Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, Rel. p/ Acórdão Ministro MASSAMI UYEDA, QUINTA TURMA, Julgado em 28/06/2012, Publicado em 03/08/2012

Saiba mais:

- [Recursos Repetitivos](#)

Veja também os periódicos (atualizados até a data de publicação):

- [Informativo de Jurisprudência n. 0540](#), publicado em 28 de maio de 2014.

Também é importante ressaltar que os precedentes citados nas teses (letras azuis) formam *links* para o Espelho do Acórdão citado.

Para atualização do produto, você deverá consultar a versão .html disponível na página da internet. Nessa versão, quando clicamos sobre a tese descrita, o aplicativo realiza uma pesquisa na base de dados sobre o tema e traz os documentos mais recentes sobre o assunto.

8.1. Formas de Consulta

A página do produto permite a consulta de diversas formas.

Na primeira delas, você poderá visualizar pelo número de edição no formato .html . Essa modalidade permite o acesso aos *links* entre o Jurisprudência em Teses e os demais produtos da SJR.

Explicarei detalhadamente a você!

Caso exista algum conteúdo divulgado nos demais produtos da SJR relacionados à tese, você poderá acessá-lo diretamente pelo Jurisprudência em Teses. Veja a imagem:

7) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do CP nos casos de crime de furto qualificado, se estiverem presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa e a qualificadora for de ordem objetiva. (Súmula 511/STJ) (Tese julgada sob o rito do Art. 543-C)

Acórdãos

HC 313252/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, Julgado em 22/09/2015, DJE 30/09/2015
HC 210800/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Julgado em 04/08/2015, DJE 20/08/2015
AgRg no AREsp 642737/PE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, Julgado em 30/06/2015, DJE 04/08/2015
EDcl no HC 182754/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, Julgado em 12/05/2015, DJE 20/05/2015
HC 306450/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Julgado em 04/12/2014, DJE 17/12/2014
AgRg no REsp 1391674/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Julgado em 05/08/2014, DJE 19/08/2014
HC 132422/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Julgado em 18/06/2014, DJE 04/08/2014
AgRg no AREsp 487460/MG, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), Julgado em 18/06/2014, DJE 04/08/2014

Decisões Monocráticas

REsp 1531062/SP, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), Julgado em 14/10/2015, Publicado em 21/10/2015

REsp 1543684/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, Julgado em 08/10/2015, Publicado em 19/10/2015

Saiba mais:

- Súmula Anotada n. 511

Veja também os periódicos (atualizados até a data de publicação):

- Informativo de Jurisprudência n. 0554, publicado em 25 de fevereiro de 2015.

A segunda forma de consulta é ainda pelo número de edição no formato PDF. Nessa hipótese, você terá acesso ao texto das teses e dos precedentes a ela relacionados, sem os *links* para os demais produtos da SJR.

Jurisprudência em Teses

Publicação periódica que apresenta um conjunto de teses sobre determinada matéria, com os precedentes mais recentes do Tribunal sobre a questão, selecionados até a data especificada. Além disso, ao clicar no texto da tese, obtém-se o resultado de pesquisa feita pela Secretaria de Jurisprudência em tempo real. São disponibilizados também *links* para o acesso a outros produtos relacionados às teses estudadas.

Consultar edição	Pesquisar por Ramo do Direito
<p>Selecione a edição: EDIÇÃO N. 38: IMPROBIDADE ADMINISTRATIV ▼</p> <p><input type="radio"/> HTML <input checked="" type="radio"/> PDF</p> <p>Visualizar Limpar</p>	<p>Selecione o ramo do direito: Selecione... ▼</p> <p>Visualizar Limpar</p>
<h3>Pesquisa Livre</h3> <p>Critério de pesquisa: <input type="text"/></p> <p>Ramo do direito: Selecione... ▼</p> <p>Pesquisar Limpar</p>	

A terceira forma é a consulta pelo ramo do direito. Assim, você terá acesso a todas as edições do Jurisprudência em Teses do ramo do direito selecionado.

Na quarta maneira, você poderá realizar pesquisa livre ao conteúdo desse produto. Assim, você realizará pesquisa a todas as teses já publicadas.

Veja o vídeo para entender como tudo isso funciona:



9. Informativo de Jurisprudência

O Informativo de Jurisprudência é um periódico quinzenal, com divulgação em alternância com o Jurisprudência em Teses.

Diferentemente do que ocorre com o Jurisprudência em Teses, o Informativo de Jurisprudência não é temático e não tem a pretensão de exaurir o conteúdo sobre determinado tema na base de dados do STJ. Ao contrário, ele busca destacar os acórdãos de maior relevância entre aqueles publicados recentemente pelo tribunal.

9.1. Formas de Consulta

O Informativo de Jurisprudência pode ser consultado de diversas formas por você!

A primeira delas é a abertura da edição desejada em formato .html. Nesse formato, é possível não apenas ler do texto do periódico, mas também ter contato com os *links* dos demais produtos da SJR que tenham divulgado alguma informação relacionada ao assunto noticiado.

Pesquisas
Jurisprudência do STJ
Jurisprudência do TFR
Jurisprudência em Teses
Informativo de Jurisprudência
Legislação Aplicada
Pesquisa Pronta
Repetitivos Organizados por Assunto
Súmulas Anotadas
Vocabulário Jurídico (Tesouro)
Publicações
Súmulas
Íntegra de Acórdãos
Pesquisas via e-mail
Saiba Mais
Acesso Interno

Informativo de Jurisprudência

Publicação periódica que divulga teses firmadas pelo STJ, selecionadas pela novidade no âmbito do Tribunal e pela relevância jurídica. Além disso, são disponibilizados *links* para o acesso a outros produtos relacionados às teses publicadas. [Clique aqui para acessar o cronograma de publicação do Informativo de Jurisprudência do STJ.](#)
Desde 2013, as teses também são organizadas por ramos do Direito, em arquivo PDF atualizado a cada nova edição.

Pesquisa por Edição
Edição
Nº 0597 Publicação 15 de março de 2017.
Formato:
☒ HTML
☐ RTF
☐ PDF

Visualizar

Pesquisa Livre
Termos:

Opções:
☒ E
☐ OU
☐ ADJ

Pesquisar

Limpar

Organizado por Ramo de Direito

2017

2016

2015

<

>

Organizado por Data
Formato:
☒ PDF
☐ RTF

2016

2015

2014

<

>

Clique aqui para ser notificado por e-mail quando novas informações forem publicadas nesta página.

RECURSOS REPETITIVOS

Processo	REsp 1.426.210-RS, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Seção, por unanimidade, julgado em 23/11/2016, DJe 09/12/2016.
Ramo do Direito	DIREITO ADMINISTRATIVO
Tema	Piso salarial nacional para os professores da educação básica. Vencimento básico. Reflexo sobre gratificações e demais vantagens. Incidência sobre toda a carreira. Tema 911.

Destaque

A Lei n. 11.738/2008, em seu art. 2º, § 1º, ordena que o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica deve corresponder ao piso salarial profissional nacional, sendo vedada a fixação do vencimento básico em valor inferior, não havendo determinação de incidência automática em toda a carreira e reflexo imediato sobre as demais vantagens e gratificações, o que somente ocorrerá se estas determinações estiverem previstas nas legislações locais.


Informações do Inteiro Teor

Discutiu-se se os artigos 2º, § 1º, e 6º, da Lei nº 11.738/2008 autorizam a automática repercussão do piso salarial profissional nacional quanto aos profissionais do magistério público da educação básica sobre as classes e níveis mais elevados da carreira, bem assim sobre as vantagens temporais, adicionais e gratificações, sem a edição de lei estadual a respeito, inclusive para os professores que já auferem vencimentos básicos superiores ao piso. Com efeito, há razão ao se sustentar que a Lei em comento – como regra geral – não teria permitido a automática repercussão do piso nacional sobre as classes e níveis mais elevados da carreira do magistério e tampouco o reflexo imediato sobre as vantagens temporais, adicionais e gratificações. Com efeito, partindo-se do entendimento (intangível para o STJ) já estabelecido pelo STF – de que o piso corresponde ao vencimento básico inicial –, pode-se afirmar que a Lei n. 11.738/2008 se limitou a estabelecer o piso salarial: valor mínimo a ser pago pela prestação do serviço de magistério, abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica. Assim, não há que se falar em reajuste geral para toda a carreira do magistério, não havendo nenhuma determinação de incidência escalonada com aplicação dos mesmos índices utilizados para a classe inicial da carreira. Nesse contexto, apenas aqueles profissionais que, a partir de 27/4/2011 (consoante o entendimento do STF), percebessem valores inferiores ao piso legalmente fixado seriam beneficiados com as disposições legais, não havendo qualquer repercussão para os demais professores que, naquela data, já auferiam vencimentos básicos superiores ao estabelecido na lei em comento. Da mesma forma, não há que se falar em reflexo imediato sobre as vantagens temporais, adicionais e gratificações. Essa, portanto, é a premissa geral a ser utilizada na interpretação em questão: a Lei n. 11.738/2008, em seu art. 2º, § 1º, apenas determinou que o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica deve corresponder ao piso salarial profissional nacional, sendo vedada a fixação do vencimento básico (entendimento do STF) em valor inferior, não havendo qualquer determinação de reescalamento de toda a carreira e reflexo imediato sobre as demais vantagens e gratificações. Faz-se mister destacar, entretanto, que os temas não se exaurem com o estabelecimento dessa premissa geral. Explica-se. Uma vez determinado pela Lei n. 11.738/2008 que os entes federados devem fixar o vencimento básico das carreiras no mesmo valor do piso salarial profissional, se em determinada lei estadual, que institui o plano de carreira do magistério naquele estado, houver a previsão de que as classes da carreira serão remuneradas com base no vencimento básico, a adoção do piso nacional refletirá em toda a carreira. O mesmo ocorre com as demais vantagens e gratificações. Se na lei local existir a previsão de que a vantagem possui como base de cálculo o vencimento inicial, não haverá como se chegar a outro entendimento, senão o de que a referida vantagem sofrerá necessariamente alteração com a adoção do piso salarial nacional.

Saiba mais:

- Recursos repetitivos: piso salarial dos profissionais do magistério público da educação básica - Tema 911.

Outra opção de consulta é pela edição, mas em formato .pdf, diagramada pela SJR para impressão. Nesse formato, não há indicação dos *links* para os demais produtos da SJR.



STJ
SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Informativo de
Jurisprudência

Número 599

Brasília, 11 de abril de 2017

Este periódico, elaborado pela Secretaria de Jurisprudência do STJ, destaca teses jurisprudenciais firmadas pelos órgãos julgadores do Tribunal em acórdãos já incluídos na Base de Jurisprudência do STJ, não consistindo em repositório oficial de jurisprudência.

RECURSOS REPETITIVOS

PROCESSO	REsp 1.388.972-SC, Rel. Min. Marco Buzzi, Segunda Seção, por unanimidade, julgado em 8/2/2017, DJe 13/3/2017. (Tema 953)
RAMO DO DIREITO	DIREITO CIVIL E BANCÁRIO
TEMA	Contrato de mútuo. Revisão de contrato. Juros Capitalizados. Cobrança. Expressa pactuação. Possibilidade. Recurso repetitivo.

DESTAQUE

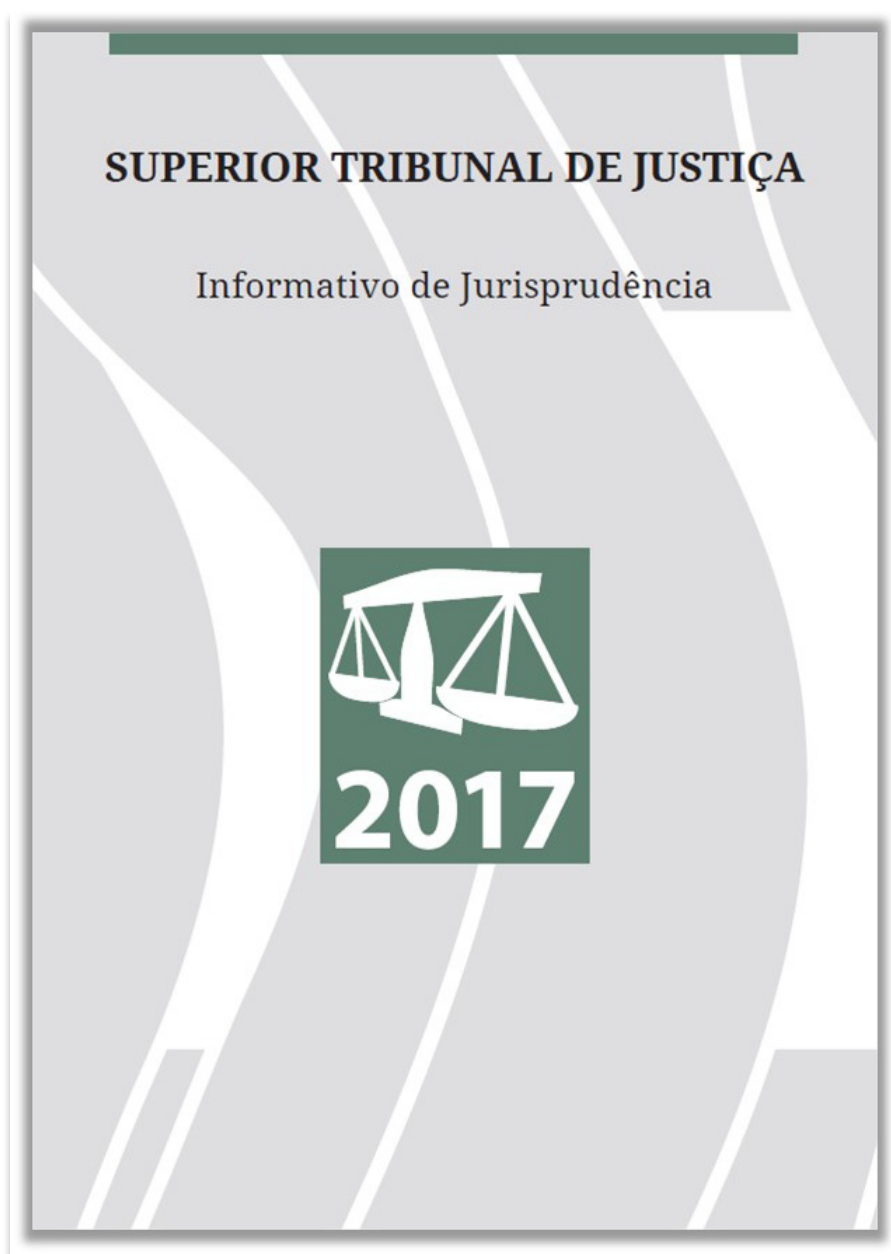
A cobrança de juros capitalizados nos contratos de mútuo é permitida quando houver expressa pactuação.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

Um dos pontos sobre os quais há controvérsia é a legalidade da capitalização mensal e anual de juros. É inegável que a capitalização, seja em periodicidade anual ou ainda com incidência inferior à anual – cuja necessidade de pactuação, aliás, é firme na jurisprudência desta Casa –, não pode ser cobrada sem que tenham as partes contratantes, de forma prévia e tomando por base os princípios basilares dos contratos em geral, assim acordado, pois a ninguém será dado negar o caráter essencial da vontade como elemento do negócio jurídico, ainda que nos contratos de adesão, uma vez que a ciência prévia dos encargos estipulados decorre da aplicação dos princípios afetos ao dirigismo contratual. De fato, sendo pacífico o entendimento de que a capitalização inferior à anual depende de pactuação, outra não pode ser a conclusão em relação àquela em periodicidade anual, sob pena de ser a única modalidade (periodicidade) do encargo a incidir de maneira automática no sistema financeiro, embora inexistente qualquer determinação legal nesse sentido, pois o artigo 591 do Código Civil apenas permite a capitalização anual e não determina a sua aplicação automaticamente. Impende ressaltar que, a despeito da incidência do diploma consumerista aos contratos entabulados com instituições financeiras e a previsão na Lei n. 8.078/90, artigo 47, de que as cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor, o próprio Código Civil de 2002 preleciona no artigo 423 do Código Civil que "quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente". Por estas razões, em não havendo expressa pactuação do encargo, a sua cobrança é obstada, principalmente porque pela simples leitura dos preceitos legais incidentes à espécie, notadamente o art. 4º do Decreto 22.626/1933 e o art. 591 do Código Civil de 2002, é irrefutável que os dispositivos aludem a que os contratantes permitem/assentem/autorizam/consentem/concordam com o cômputo anual

A terceira forma é a consulta por edição com o texto no formato em .rtf. Essa é a forma mais antiga de disponibilização do periódico.

Além das 3 formas de visualização por edição, o Informativo de Jurisprudência pode ser consultado em caderno consolidado por ramos do direito. Esse material, que é elaborado desde 2013, tem por objetivo disponibilizar as notícias de determinado ano de maneira sistematizada.



Outra opção, que está disponível até 2016, é a consulta consolidada por ano de publicação. Essa opção traz todos os textos publicados no Informativo de Jurisprudência organizados apenas por edição de publicação. Trata-se de consulta a todas as edições de um determinado ano de forma concentrada, mas sem nenhum trabalho agregado a essa separação.

Veja o vídeo para entender como tudo isso funciona:



A última forma de consulta é justamente pela pesquisa livre, na qual você pode consultar o banco de dados pelo assunto desejado.

10. Legislação Aplicada

A Legislação Aplicada é o produto que disponibiliza para você uma série de argumentos de pesquisa exaustivos, isto é, uma série de argumentos de pesquisa que encontrarão todos os acórdãos sobre a aplicação de determinado dispositivo legal.

[INSTITUCIONAL](#)
[PROCESSOS](#)
[JURISPRUDÊNCIA](#)
[COMUNICAÇÃO](#)
[LEIS E NORMAS](#)
[TRANSPARÊNCIA](#)

Você está em: Início > Jurisprudência > Legislação Aplicada

Legislação Aplicada

É o resultado, em tempo real, de pesquisa feita pela Secretaria de Jurisprudência sobre **dispositivos legais selecionados**. São disponibilizados também links para o acesso a dispositivos estudados.

Pesquisar por Legislação
Decreto-lei 2.848/1940 (Código Penal)
Decreto-lei 4.657/1942 (LINDB)
Lei 1.060/1950 (Assistência judiciária aos necessitados)
Lei 4.717/1965 (Ação Popular)
Lei 5.172/1966 (CTN)
Lei 7.347/1985 (Ação Civil Pública)
Lei 8.009/1990 (Impenhorabilidade do bem de família)
Lei 8.069/1990 (ECA)
Lei 8.078/1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor)
Lei 8.429/1992 (Lei de improbidade administrativa)
Lei 9.494/1997 (Tutela antecipada contra a Fazenda Pública)
Lei 9.656/1998 (Lei dos planos privados de assistência à saúde)

Por se tratar de um argumento de pesquisa, e não de seleção de documentos representativos, tal como um código comentado, o produto atualiza-se automaticamente a cada nova publicação de acórdãos no DJe. Isso garante a você informação sempre atualizada sobre o dispositivo pesquisado.

Veja o vídeo para entender como tudo isso funciona:



10.1. Formas de Consulta

Você poderá consultar a Legislação Aplicada pela escolha do diploma legal em que o dispositivo desejado se encontra. Aberta a legislação pertinente, em cada texto de dispositivo, há um *link* com um argumento de pesquisa sobre sua aplicação. Ao clicar nesse *link*, você tem acesso a todos os acórdãos do STJ que tratem da interpretação e da aplicação da norma.

Nos dois casos, você também poderá ter acesso a *links* dos demais produtos da SJR que tenham informações referentes ao dispositivo legal pesquisado.

Legislação Aplicada

Q Documento 1 de 1

Critério de pesquisa:

Legislação: Decreto-lei 2.848/1940 (Código Penal) ▼

Artigo: 33

Pesquisar Limpar

Decreto-lei 2.848/1940 (Código Penal)

Código Penal

▶ Clique sobre os dispositivos legais para acessar a pesquisa atualizada.

SEÇÃO I

DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

Reclusão e detenção

Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 1º - Considera-se: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

a) regime fechado a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média;

11. Pesquisa Pronta

A Pesquisa Pronta oferece a você *links* formados a partir de critérios de pesquisa previamente elaborados sobre diversos temas jurídicos. Ao clicar nos *links*, você tem acesso a acórdãos do STJ sobre o tema de interesse.

Tal como na Legislação Aplicada, o que disponibilizamos são argumentos de pesquisa e não uma coletânea estática de julgados representativos do assunto pesquisado.

Dessa forma, o resgate dos documentos se dará em tempo real, ou seja, a pesquisa se atualiza automaticamente a cada nova publicação de acórdãos no DJe. Isso lhe garante um resultado sempre atual.

Para facilitar o acesso, a Pesquisa Pronta traz os temas pesquisados organizados por ramo do Direito, matéria e assunto.

Chamamos atenção, também, para a organização de temas em destaque: “Casos Notórios”, “Assuntos Recentes” e “Temas de Recursos Repetitivos”.

Acessando os temas classificados como “Casos Notórios”, você conhecerá a posição adotada pelo STJ sobre temas de grande repercussão jurídica e social.

Os temas catalogados como “Assuntos Recentes” são aqueles referentes às pesquisas recém-disponibilizadas. Por esse *link*, fica fácil você acompanhar a atualização do nosso produto.

Classificamos como “Temas de Recursos Repetitivos” pesquisas de jurisprudência sobre algumas teses firmadas pelo Tribunal em julgamentos realizados sob o rito dos processos representativos da controvérsia (Arts. 1.036 a 1.041 do Novo CPC).

Importante ressaltar que a Pesquisa Pronta é TEMÁTICA. Isso quer dizer que o resultado é o universo de acórdãos do Tribunal sobre o tema da pesquisa. Não há um direcionamento para determinado entendimento do STJ. O usuário deverá identificar, entre os precedentes resgatados, aqueles que lhe interessam.

Veja imagem da página inicial da Pesquisa Pronta:

Você está em: Início > Jurisprudência > Pesquisa > Pesquisa Pronta

Pesquisa Pronta

É o resultado, em tempo real, de pesquisa feita pela Secretaria de Jurisprudência sobre determinados **temas jurídicos**, organizados por ramos do Direito e assuntos de maior destaque. São disponibilizados também links para o acesso a outros produtos relacionados aos temas pesquisados.

Pesquisar por Ramo do Direito

- DIREITO ADMINISTRATIVO
- DIREITO AMBIENTAL
- DIREITO CIVIL
- DIREITO CONSTITUCIONAL
- DIREITO DO CONSUMIDOR
- DIREITO EMPRESARIAL
- DIREITO PENAL
- DIREITO PREVIDENCIÁRIO
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL
- DIREITO PROCESSUAL PENAL
- DIREITO TRIBUTÁRIO

Destaques

- ASSUNTOS RECENTES
- CASOS NOTÓRIOS
- TESES DE RECURSOS REPETITIVOS

Pesquisa Livre

Critério de pesquisa:

Ramo do direito/destaque:

11.1. Formas de Consulta

Ao consultar as pesquisas prontas, você poderá clicar na classificação de seu interesse (ramos do Direito, Casos Notórios, Assuntos Recentes ou Teses de Recursos Repetitivos) para ter acesso às pesquisas.

Identificado o assunto que deseja pesquisar, basta um clique, e você terá ao seu alcance, de forma rápida e atualizada, todos os acórdãos do STJ sobre o tema pesquisado.

Muito bom, não?!

Mas não é só isso. Na página da Pesquisa Pronta, na caixa “critério de pesquisa”, você poderá inserir um argumento e verificar se há pesquisas sobre o assunto de interesse.

A nossa página ainda lhe dará a possibilidade de, na caixa “ramo do direito/destaque”, definir um ramo do direito ou uma categoria especial.

Você também poderá combinar argumentos nas duas caixas de busca (critério de pesquisa e ramo do direito/destaque) para melhor filtrar a pesquisa.

Vamos ver como isso funciona?

Caso algum dos temas trabalhados no Pesquisa Pronta tenha relação com algum(s) dos demais produtos desenvolvidos pela Secretaria, você poderá acessá-lo(s) por meio de um *link* colocado

Veja o vídeo para entender como tudo isso funciona:



12.1. Formas de Consulta

A consulta ao produto é feita acessando a respectiva página no site do STJ.

Após escolher um ramo do direito, você terá acesso a todos os temas referentes àquele ramo que tiveram julgamento submetido ao rito dos Recursos Repetitivos. Basta clicar no tema do seu interesse para visualizar a ementa e, em alguns documentos, também as Informações Adicionais do acórdão do julgamento do recurso afetado. Para facilitar a visualização do documento, o número do processo faz *link* para o espelho do acórdão.

Ao final, há um *link* pelo qual você poderá acessar os acórdãos posteriores ao Repetitivo que tratam do mesmo tema.

Além disso, você também poderá ter acesso a *links* dos demais produtos da SJR que tenham informações referentes ao recurso repetitivo em questão.

Pesquisa
Informativo de Jurisprudência
Jurisprudência em Teses
Legislação Aplicada
Recursos Repetitivos
Pesquisa de temas repetitivos
Repetitivos organizados por assunto
Repositórios
Acórdãos e Decisões
Súmulas

Repetitivos Organizados por Assunto

São os acórdãos dos Recursos Especiais julgados no STJ sob o rito dos arts. 1036 a 1041 do CPC, organizados por ramos do Direito, assuntos e temas específicos. Além disso, são disponibilizados links para pesquisa, em tempo real, dos acórdãos posteriores aos julgados repetitivos e para o acesso a outros produtos relacionados a esses acórdãos.

Pesquisar por Ramo do Direito

- DIREITO ADMINISTRATIVO
- DIREITO AMBIENTAL
- DIREITO CIVIL
- DIREITO DO CONSUMIDOR
- DIREITO EMPRESARIAL
- DIREITO PENAL
- DIREITO PREVIDENCIÁRIO
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL
- DIREITO PROCESSUAL PENAL

Repetitivos Organizados por Assunto

Q ⏪ ⏩ Página 1 de 2 ⏪ ⏩ 20 documentos encontrados

Critério de pesquisa:

Ramo do direito: DIREITO ADMINISTRATIVO ▼

Índice Remissivo

Índice atualizado em 10/02/2017 com a publicação do último recurso repetitivo julgado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

ÁGUA E ESGOTO

LEGALIDADE DA COBRANÇA DA TARIFA DE ESGOTO. (Tema: 565)

Saiba mais:

- [Acórdãos posteriores ao Repetitivo](#)

ILEGALIDADE DA COBRANÇA DE TARIFA MÍNIMA DE ÁGUA MULTIPLICADA PELO NÚMERO DE UNIDADES AUTÔNOMAS DO CONDOMÍNIO, QUANDO EXISTENTE ÚNICO HIDRÔMETRO NO LOCAL. (Tema: 414)

Saiba mais:

- [Acórdãos posteriores ao Repetitivo](#)

Perceba quantas formas de acesso são disponibilizadas para facilitar o resgate do tema julgado em repetitivo. Muito bom, não é?!

Para o acesso aos recursos afetados, mas ainda pendentes de julgamento, ou àqueles cuja afetação foi cancelada, consulte a página mantida pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - Nugep. Vou explicar as funcionalidades dessa página a seguir.

Veja o vídeo para entender como tudo isso funciona:



13. Página de Repetitivos e IAC

Acabamos de ver como podemos utilizar a página dos Repetitivos Organizados por Assunto. Como foi dito, naquela página estão todos os acórdãos de recursos submetidos ao rito dos repetitivos que já foram publicados.

E se você quiser acompanhar a tramitação de precedentes qualificados no STJ, tem como? Sim, pela página de Repetitivos e IAC, mantida pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – Nugep.

Você está em: Início > Processos > Repetitivos e IAC > Saiba mais > Acesso ao sistema

Repetitivos e IAC

☒ Repetitivos
 ☐ Controvérsias
 ☐ IACs
 ☐ SIRDs
 ☐ Todos

Pesquisa Livre:

☒ Pesquisar sinônimos
 ☒ Pesquisar plurais
 Operador padrão: ☐ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:

Número: a
 Data: a Seleccione...
 Processo: Seleccione...
 Ministro(a): Seleccione...
 Órgão Julgador: Seleccione...
 Tribunal de Origem: Seleccione...
 Ramo do Direito: Seleccione...
 Ordenação: Nº do tema/controvérsia Crescente
 Situação:

- ☒ Afetado
- ☒ Afetado - Possível Revisão de Tese
- ☒ Em Julgamento
- ☒ Mérito Julgado
- ☒ Acórdão Publicado
- ☒ Sobrestado
- ☒ Mérito Julgado - RE Pendente
- ☒ Sem Processo Vinculado
- ☒ Cancelado
- ☒ Revisado
- ☒ Trânsito em Julgado
- ☒ Marcar/Desmarcar Todas

Essa página oferece informações sobre todo processamento de Recursos Repetitivos, Recursos Representativos da Controvérsia, Incidentes de Assunção de Competência, além de pedidos de Suspensão em Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas. Quanta informação, não é mesmo? Fique tranquilo, explicarei ponto a ponto como essas consultas funcionam e quais informações estão disponíveis.

Antes disso, que tal conhecer os recursos dessa página?

13.1 Menu lateral

No menu lateral da página dos Repetitivos e IAC encontra-se explicações importantes sobre alguns precedentes qualificados do STJ.

Acesso ao sistema	
Sobre Recursos Repetitivos	1
Sobre Controvérsias	2
Sobre Incidentes de Assunção de Competência	3
Sobre Suspensão em IRDR	4
Comissão de Ministros	5
Nugep	6
Leis e normas	7
Fórum Virtual	8
Processos suspensos	9
Jurisprudência do STJ	10
Jurisprudência sobre repetitivos	11
Grupos de Representativos	12
Ajuda	13

1 Sobre Recursos Repetitivos

Breves esclarecimentos sobre essa técnica de julgamento, como informações conceituais e competências dentro do STJ, por exemplo.

2 Sobre Controvérsias

Explicação sobre esse conjunto de recursos especiais recebidos pelo Superior Tribunal de Justiça indicados pelo tribunal de justiça ou pelo tribunal regional federal como representativo da controvérsia - RRC.

3 Sobre Incidentes de Assunção de Competência

Esclarecimentos sobre o que são esses incidentes, com dados referentes a competência e previsão legal.

4 Sobre Suspensão em IRDR

Breves informações sobre previsão legal e hipótese de cabimento desse pedido de extensão dos efeitos da suspensão de processos em todo o território nacional.

5 Comissão de Ministros

Explicação sobre Comissão Temporária Gestora de Precedentes criada pela Portaria STJ n. 475/2016. Essa portaria designou um membro de cada Seção do STJ para compor a Comissão, cujas atribuições centralizaram o acompanhamento e desenvolvimento de metodologia para solução de demandas repetitivas e divulgação dos temas, além do exercício competências jurisdicionais especificadas.

6 Nugep

Breve descrição das atribuições dessa unidade. Nesse menu também é possível ver quais servidores estão responsáveis pelo Núcleo.

7 Leis e Normas

Indicação das normas reguladoras do Nugep e dos procedimentos referentes aos precedentes qualificados no STJ.

8 Fórum Virtual

Explicação sobre o Fórum Virtual de Precedentes, destinado à comunicação do STJ com os demais tribunais. Nessa opção há endereço de e-mail para solicitação de inscrição no fórum.

9 Processos suspensos

Levantamento do número de processos suspensos por tribunal de origem, segundo dados oferecidos pelos próprios órgãos. É uma importante informação para acompanhamento do reflexo que a decisão de Recursos Repetitivos pode ter em todo o Brasil.

10 Jurisprudência do STJ

Link direto para a ferramenta de pesquisa de Jurisprudência do Tribunal.

11 Jurisprudência sobre repetitivos

Possibilidade de consulta de Pesquisas Prontas sobre temas de repetitivos. A explicação sobre as Pesquisas Prontas será apresentada mais adiante.

12 Grupos de Representativos

Listagem de processos do STJ selecionados como representativos de controvérsia e que estão submetidos à apreciação do STF. São processos em que se identificou multiplicidade de recursos extraordinários com fundamento em idêntica questão de direito.

13 Ajuda

Breve explicação sobre todas as funcionalidades da página de pesquisa de Repetitivos e IAC.

13.2. Informações básicas sobre a ferramenta

A ferramenta de pesquisa oferecida nessa página foi baseada naquela que é mantida pela SJR e já foi estudada. Assim, a pesquisa textual, com utilização de operadores lógicos e de proximidade, funciona na caixa Pesquisa Livre observando as mesmas regras até aqui estudadas.

Pesquisa Livre:

e

ou

adj

não

prox

mesmo

com

\$

☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☐ e ☐ adj

Assim como acontece na página de pesquisa de Jurisprudência do STJ, a ferramenta pode pesquisar por sinônimos (com a utilização do Tesouro) e por plurais. É possível selecionar qual o operador padrão deverá ser utilizado: E ou ADJ.

Recursos Repetitivos

Pesquisa Livre:

☐ e ☐ ou ☐ adj ☐ não ☐ prox ☐ mesmo ☐ com ☐ \$

☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☐ e ☐ adj

Quanto às bases disponíveis, você pode consultar por Repetitivos, Controvérsias, IACs e SIRDRs.

Repetitivos e IAC

☒ Repetitivos ☐ Controvérsias ☐ IACs ☐ SIRDRs ☐ Todos

Pesquisa Livre:

☐ e ☐ ou ☐ adj ☐ não ☐ prox ☐ mesmo ☐ com ☐ \$

☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
Operador padrão: ☐ e ☐ adj

Um detalhe interessante dessa página é a variação de possibilidade de pesquisa por campos específicos, já que a ferramenta se ajusta às bases selecionadas para a pesquisa. Vamos ver como isso funciona?

Para facilitar a apresentação de todas essas possibilidades, vamos focar na estrutura do documento de cada base de pesquisa e nas opções de pesquisa por campos, ok?

13.3. Repetitivos

O documento padrão que é consultado quando é feita uma pesquisa de Recursos Repetitivos tem a seguinte composição:

Tema	313	Situação do Tema	Acórdão Publicado			Ramo do Direito	DIREITO TRIBUTÁRIO			Assuntos	<input type="checkbox"/>
Questão submetida a julgamento		Discute-se: a) "possibilidade de exclusão, da base de cálculo do PIS e da COFINS, dos valores que, computados como receitas, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, nos termos do art. 3º, § 2º, inciso III, da Lei 9.718/98"; (Decisão publicada no DJe de 11/11/2009 - Rel. Min. Luiz Fux); b)"a própria legalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS" (Decisão publicada no DJe de 03/05/2016 - Rel. Min. Napoleão Nunes Maia - expansão da questão submetida a julgamento).									
Tese Firmada		i) O artigo 3º, § 2º, III, da Lei n.º 9718/98 não teve eficácia jurídica, de modo que integram o faturamento e também o conceito maior de receita bruta, base de cálculo das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS, os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica; ii) O valor do ICMS, destacado na nota, devido e recolhido pela empresa compõe seu faturamento, submetendo-se à tributação pelas contribuições ao PIS/PASEP e COFINS, sendo integrante também do conceito maior de receita bruta, base de cálculo das referidas exações.									
Anotações Nugep		Decisão de afetação publicada no DJe de 03/05/2016 que expandiu a questão submetida a julgamento e determinou "a suspensão, nos Tribunais de Segunda Instância, dos recursos nos quais a controvérsia esteja estabelecida".									
Informações Complementares		VER TEMA 634/STJ Súmula 94/STJ ADC 18									
Repercussão Geral		Tema 69/STF - Inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.									
Referência Sumular		Súmula 68/STJ									
Processo		Tribunal de Origem	RRC	Órgão Julgador	Relator	Data de Afetação	Julgado em	Acórdão Publicado em	Embargos de Declaração	Trânsito em Julgado	
REsp 1144469/PR Push		TRF4	Não	1ª Seção	NAPOLÉÃO NUNES MAIA FILHO	11/11/2009 03/05/2016	10/08/2016	02/12/2016	-	-	

Última atualização: 17/01/2017

Processos Suspensos: 185

Para chegar a esses documentos, as opções de pesquisa por campos para essa base são as seguintes (veja em seguida a explicação para cada campo ou nome):

Repetitivos e IAC

☒ Repetitivos ☐ Controvérsias ☐ IACs ☐ SIRDs ☐ Todos

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
 Operador padrão: ☐ e ☐ adj

Pesquisa por campos específicos:

1 Número: a

2 Data: a

3 Processo:

4 Ministro(a):

5 Órgão Julgador:

6 Tribunal de Origem:

7 Ramo do Direito:

8 Ordenação:

9 Situação: ☒ Afetado
☒ Afetado - Possível Revisão de Tese
☒ Em Julgamento
☒ Mérito Julgado
☒ Acórdão Publicado
☒ Sobrestado
☒ Mérito Julgado - RE Pendente
☒ Sem Processo Vinculado
☒ Cancelado
☒ Revisado
☒ Trânsito em Julgado
☒ Marcar/Desmarcar Todas

Esta pesquisa recupera informações inseridas pelo Nugep nesta página e as presentes na base de dados da Secretaria de Jurisprudência do STJ

1 NÚMERO

É possível pesquisar pelo número do tema – número sequencial que identifica internamente a tese firmada. Para consultar um tema específico, basta informar o número no campo a esquerda. Para pesquisar por intervalo de número de temas, indique os números em ambos os campos. O preenchimento apenas do segundo campo gera resultado do tema n. 1 até o número informado.

2 DATA

Pesquisa-se de acordo com as datas de **afetação, julgamento, publicação, trânsito em julgado** ou **última atualização**. O campo da esquerda informa data inicial e o da direita data final.


3 PROCESSO

Consulta por classe e número do Recurso Repetitivo. A pesquisa pode ser feita por uma das caixas ou por ambas. Assim, é possível realizar a pesquisa por temas considerando-se apenas a classe processual ou o número de classe do Recurso Repetitivo.

4 MINISTRO

Pesquisa pelo nome do Ministro Relator. Esse filtro também busca o nome do Relator para o Acórdão.

5 ÓRGÃO JULGADOR

Pesquisa pelo órgão julgador. Caso seja do interesse pesquisar por mais de um órgão julgador simultaneamente, basta clicar no botão  localizado à direita dessa caixa.

6 TRIBUNAL DE ORIGEM

Filtra o resultado pelo Tribunal de origem do recurso.

7 RAMO DO DIREITO

Pode-se filtrar o resultado da pesquisa pelo ramo do direito tratado.

8 ORDENAÇÃO

O usuário pode definir qual a regra de ordenação será utilizada na exibição dos documentos resgatados na pesquisa. As opções são: **número do tema/controvérsia**, **última atualização** e **quantitativo de suspensos**.

9 SITUAÇÃO

Um importante filtro para a pesquisa nos Recursos Repetitivos diz respeito à situação dos temas. São diversas as hipóteses:

Tema afetado

Essa é a primeira situação registrada quando um processo é submetido ao rito dos Recursos Repetitivos e surge um tema novo. Essa situação persiste até o início do julgamento do precedente.

Tema em julgamento

Essa situação é registrada quando já iniciado o julgamento do tema, mas ainda não finalizado, especialmente nos casos de pedidos de vista.

Tema com mérito julgado

Essa situação é informada assim que for encerrado o julgamento do tema no órgão colegiado, mas sem o acórdão publicado.

Tema com acórdão publicado

Quando o acórdão do precedente é publicado, essa situação é informada.

Tema sobrestado

Essa situação ocorre quando o tema já decidido, com acórdão publicado ou não, mesmo com trânsito em julgado, dependa de decisão de outro tema submetido ao rito dos Recursos Repetitivos ou teve a Repercussão Geral reconhecida no STF em recurso ainda não julgado.

Tema com recurso extraordinário pendente

Como o próprio nome diz, essa situação indica temas já decididos pelo STJ cujos acórdãos foram impugnados por Recursos Extraordinários.

Tema sem processo vinculado

Essa situação ocorre quando todos os processos afetados ao tema são desafetados sem o cancelamento do tema.

Tema cancelado

A situação de cancelado indica que o tema não será apreciado para efeitos dos Recursos Repetitivos. Isso geralmente acontece quando há decisão em outro precedente qualificado, prejudicando ou resolvendo o tema descrito.

Tema revisado

Essa situação é registrada caso já exista orientação do STJ sobre o tema, mas houve mudança de jurisprudência quanto ao tema. Isso pode acontecer dentro do próprio STJ ou em julgamentos do STF.

Tema com trânsito em julgado

Quando o acórdão que decidiu o tema transita em julgado é informada essa situação.

13.4. Recursos Representativos de Controvérsia (Controvérsias)

A base de Controvérsias é formada pelos grupos de Recursos Representativos da Controvérsia – RRC, que são indicados pelos tribunais de justiça ou tribunais regionais federais. O documento que trata desses grupos tem a seguinte estrutura:

Controvérsia	2	Situação da Controvérsia	Controvérsia Pendente		Ramo do Direito	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	Assuntos	<input type="checkbox"/>
Título	Intervenção da Caixa Econômica Federal e consequente deslocamento da competência para a Justiça Federal em ações relativas ao Sistema Financeiro da Habitação.							
Descrição	Definir se a Lei n. 13.000/2014, que assegurou a intervenção da CEF como representante judicial do FCVS, é suficiente para atrair a competência da Justiça Federal nos feitos em que se discute cobertura securitária, no âmbito do Sistema Financeiro da habitação - SFH, quando se tratar de apólice pública.							
Anotações Nugep	Temas Repetitivos correlatos n. 50/STJ e n. 51/STJ (julgados pela Segunda Seção antes da edição da Lei n. 13.000/2014). Nos termos do despacho do Ministro Presidente da Comissão Gestora de Precedentes a "Lei n. 13.000, de 18 de junho de 2014, editada após o julgamento dos referidos temas repetitivos, regulamentou os casos em que a CEF intervirá nas ações judiciais que representem risco ou impacto jurídico ou econômico ao FCVS e fez surgir possível nova controvérsia repetitiva relacionada ao tema.							
Informações Complementares	IRDR 0804575-80.2016.4.05.0000/TRF5 IRDR 5052192-11.2016.4.04.0000/TRF4							
Processo	Tribunal de Origem		IRDR	Relator		Termo Inicial		
REsp 1636154/PR Push	TRF4		Não	MARCO AURÉLIO BELLIZZE		07/02/2017		
REsp 1640269/RS Push	TRF4		Não	MARCO AURÉLIO BELLIZZE		07/02/2017		
REsp 1639487/SC Push	TRF4		Não	MARCO AURÉLIO BELLIZZE		07/02/2017		
REsp 1639480/PR Push	TRF4		Não	MARCO AURÉLIO BELLIZZE		07/02/2017		

Última atualização: 10/04/2017
Data de criação: 03/03/2017

Processos Suspensos: 360

A pesquisa nessa base permite o uso dos seguintes filtros (veja em seguida a explicação para cada campo ou nome):

Repetitivos e IAC

☐ Repetitivos
 ☒ Controvérsias
 ☐ IACs
 ☐ SIRDs

Pesquisa Livre:

☒ Pesquisar sinônimos
 ☒ Pesquisar plurais
 Operador padrão: ☐ e ☐ adj

e ou adj não prox mesmo com \$

Pesquisa por campos específicos:

1
 Número:

a

2
 Data:

a

Selecione... ▼

3
 Processo:

Selecione... ▼

4
 Ministro(a):

Selecione... ▼

5
 Tribunal de Origem:

Selecione... ▼

6
 Ramo do Direito:

Selecione... ▼

7
 Ordenação:

Nº do tema/controvérsia ▼

Crescente ▼

8
 Situação:

☒ Controvérsia Pendente
 ☒ Controvérsia Vinculada a Tema
 ☒ Controvérsia Cancelada
 ☒ Marcar/Desmarcar Todas

Pesquisar

Limpar

1 NÚMERO

É possível pesquisar pelo número da controvérsia – número sequencial que identifica internamente a controvérsia remetida ao STJ. Para consultar uma controvérsia específica, basta informar o número no campo a esquerda. Para pesquisar por intervalo de número de controvérsias, indique os números em ambos os campos. O preenchimento apenas do segundo campo gera resultado da controvérsia n. 1 até o número informado.

2 DATA

Pesquisa-se considerando-se a data da **criação da controvérsia**. O campo da esquerda informa data inicial e o da direita data final.

3 PROCESSO

Consulta por classe e número do Recurso Representativo da Controvérsia. A pesquisa pode ser feita por uma das caixas ou por ambas. Assim, é possível realizar a pesquisa por temas considerando-se apenas a classe processual ou o número de classe do RRC.

4 MINISTRO

Pesquisa pelo nome do Ministro Relator. Esse filtro também busca o nome do Relator para o Acórdão.

5 TRIBUNAL DE ORIGEM

Filtra o resultado pelo Tribunal de origem do Recurso Representativo da Controvérsia.

6 RAMO DO DIREITO

Pode-se filtrar o resultado da pesquisa pelo ramo do direito tratado.

7 ORDENAÇÃO

O usuário pode definir qual a regra de ordenação será utilizada na exibição dos documentos resgatados na pesquisa. As opções são: **número do tema/controvérsia**, **última atualização** e **quantitativo de suspensos**.

8 SITUAÇÃO

Um importante filtro para a pesquisa nessa base diz respeito à situação dos RRCs. São diversas as hipóteses:

Controvérsia Pendente

Lista todas as controvérsias indicadas pelos tribunais de origem e que ainda estão pendentes de análise pelo STJ.

Controvérsia Vinculada a Tema

Lista as controvérsias que já estão vinculadas a um tema de Recurso Repetitivo. Uma vez admitida a controvérsia, ela fica vinculada a um tema e o acompanhamento do processamento é feito pela base dos Repetitivos.

Controvérsia Cancelada

Lista as controvérsias que não foram admitidas pelo STJ.

13.5. Incidentes de Assunção de Competência (IACs)

A pesquisa feita nessa base permite o acompanhamento de todos os Incidentes de Assunção de Competência – IAC do STJ. Os documentos que trazem as informações desses incidentes têm a seguinte estrutura:

Tema/IAC	1	Situação	Admitido	Ramo do Direito	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO		Assuntos	<input type="checkbox"/>
Questão submetida a julgamento	1.1. Cabimento de prescrição intercorrente e eventual imprescindibilidade de intimação prévia do credor; 1.2. Necessidade de oportunidade para o autor dar andamento ao processo paralisado por prazo superior àquele previsto para a prescrição da pretensão veiculada na demanda.							
Processo	Tribunal de Origem	Órgão Julgador	Relator	Admissão	Julgado em	Acórdão Publicado em	Embargos de Declaração	Trânsito em Julgado
REsp 1604412/SC Push	TJSC	2ª Seção	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	13/02/2017	-	-	-	-
Última atualização: 14/03/2017								

A pesquisa na base de IACs permite a utilização dos seguintes filtros (veja em seguida a explicação para cada campo ou nome):

Você está em: Início > Processos > Repetitivos e IAC > Saiba mais > Acesso ao sistema

Repetitivos e IAC

☐ Repetitivos
 ☐ Controvérsias
 ☒ IACs
 ☐ SIRDRs
 ☐ T...

Pesquisa Livre:

☒ Pesquisar sinônimos
☒ Pesquisar plurais
 Operador padrão: ☐ e ☐ adj

e ou adj não prox mesmo com \$

Pesquisa por campos específicos:

- Número: a
- Data: a Seleccione... ▼
- Processo: Seleccione... ▼
- Ministro(a): Seleccione... ▼
- Órgão Julgador: Seleccione... ▼ +
- Tribunal de Origem: Seleccione... ▼
- Ramo do Direito: Seleccione... ▼
- Ordenação: N° do tema/controvérsia ▼ Crescente ▼
- Situação:
 - ☒ Admitido
 - ☒ Admitido - possível revisão de tese
 - ☒ Recusado
 - ☒ Mérito Julgado
 - ☒ Mérito Julgado - RE Pendente
 - ☒ Acórdão Publicado
 - ☒ Sobrestado
 - ☒ Revisado
 - ☒ Trânsito em Julgado
 - ☒ Marcar/Desmarcar Todas

1 NÚMERO

É possível pesquisar pelo número do IAC – número sequencial que identifica o incidente na lista de acompanhamento nessa página. Vale destacar que a proposta de IAC não implica alteração da classe do processo em que foi proposto.

2 DATA

Pesquisa-se de acordo com as datas de **admissão**, **julgamento**, **publicação**, **trânsito em julgado** ou **última atualização**. O campo da esquerda informa data inicial e o da direita data final.


3 PROCESSO

Consulta por classe e número do recurso no qual foi proposto o IAC. A pesquisa pode ser feita por uma das caixas ou por ambas.

4 MINISTRO

Pesquisa pelo nome do Ministro Relator. Esse filtro também busca o nome do Relator para o Acórdão.

5 ÓRGÃO JULGADOR

Pesquisa pelo órgão julgador. Caso seja do interesse pesquisar por mais de um órgão julgador simultaneamente, basta clicar no botão  localizado à direita dessa caixa.

6 TRIBUNAL DE ORIGEM

Filtra o resultado pelo Tribunal de origem do recurso em que foi proposto o IAC.

7 RAMO DO DIREITO

Pode-se filtrar o resultado da pesquisa pelo ramo do direito tratado.

8 ORDENAÇÃO

O usuário pode definir qual a regra de ordenação será utilizada na exibição dos documentos resgatados na pesquisa. As opções são: **número do tema/controvérsia**, **última atualização** e **quantitativo de suspensos**.

9 SITUAÇÃO

Assim como nas consultas às demais bases dessa página, é possível a pesquisa considerando-se a situação do IAC, que podem ser as seguintes:

Admitido

Esse é o primeiro registro do IAC após admissão pelo Órgão Julgador.

Admitido – possível revisão de tese

Essa situação indica que há possibilidade de revisão de tema já tratado em IAC. Essa marcação é registrada no IAC novo, enquanto o IAC que pode ser revisado fica com a situação em que estiver (trânsito em julgado, por exemplo).

Recusado

Situação registrada quando o IAC é recusado pelo Órgão Julgador.

Mérito Julgado

Essa situação é registrada após o julgamento pelo colegiado.

Mérito Julgado – RE Pendente

Registra-se essa situação quando houver interposição de Recurso Extraordinários da decisão no IAC.

Acórdão Publicado

Como o próprio nome indica, é a situação registrada quando o acórdão do IAC for publicado.

Sobrestado

Essa situação ocorre quando o IAC já decidido, com acórdão publicado ou não, mesmo com trânsito em julgado, dependa de decisão de outro tema de precedente qualificado do STJ ou teve a Repercussão Geral reconhecida no STF em recurso ainda não julgado.

Revisado

Essa situação é registrada caso já exista orientação do STJ sobre o tema, mas houve mudança de jurisprudência quanto ao tema. Isso pode acontecer dentro do próprio STJ ou em julgamentos do STF.

Trânsito em Julgado

Quando o acórdão que decidiu o IAC transita em julgado é informada essa situação.

13.6. Pedido de Suspensão em Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva (SIRDs) (IACs)

A última base pesquisável na página de Repetitivos e IAC é a de pedidos de Suspensão em Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva – SIRD. Os documentos relativos a esses pedidos têm a seguinte estrutura:

Tema/SIRDR	1	Situação	Em tramitação	Ramo do Direito	DIREITO CIVIL	Assuntos	<input type="checkbox"/>
Questão Objeto da SIRDR	1. Possibilidade de inversão da cláusula penal moratória em desfavor da construtora, na hipótese de atraso na entrega do imóvel; 2. Possibilidade de acumular indenização por lucros e cláusula penal, em caso de inadimplemento da construtora.						
Anotações Nugep	IRDR 2/TJDFT (2016.00.2.020348-4)						
Processo	Tribunal de Origem			Relator		Decisão	
SIRDR 1/DF Push	TJDF			PRESIDENTE DA COMISSÃO GESTORA DE PRECEDENTES		-	
Última atualização: 22/03/2017							

A consulta pelo SIRD pode ser feita considerando-se diversos filtros (veja em seguida a explicação para cada campo ou nome):

Você está em: Início > Processos > Repetitivos e IAC > Saiba mais > Acesso ao sistema

Repetitivos e IAC

- Acesso ao sistema
- Sobre Recursos Repetitivos
- Sobre Controvérsias
- Sobre Incidentes de Assunção de Competência
- Sobre Suspensão em IRDR
- Comissão de Ministros
- Nugap
- Leis e normas
- Fórum Virtual
- Processos suspensos
- Jurisprudência do STJ
- Jurisprudência sobre repetitivos
- Grupos de Representativos
- Ajuda

☐ Repetitivos
☐ Controvérsias
☒ IACs
☒ SIRD

Pesquisa Livre:

e ou adj não prox mesmo com \$

Pesquisa por campos específicos:

- 1 Número: a
- 2 Data: a Seleccione... ▼
- 3 Processo: Seleccione... ▼
- 4 Órgão Julgador: Seleccione... ▼ +
- 5 Tribunal de Origem: Seleccione... ▼
- 6 Ramo do Direito: Seleccione... ▼
- 7 Ordenação: Nº do tema/controvérsia ▼ Crescente ▼
- 8 Situação:

☒ Em tramitação
☒ Suspensão deferida
☒ Suspensão indeferida
☒ Vinculada a Tema Repetitivo
☒ Vinculada a Tema IAC
☒ Finalizada Determinação de Suspensão
☒ Marcar/Desmarcar Todas

Pesquisar
Limpar

1 NÚMERO

É possível pesquisar pelo número de classe do SIRDR.

2 DATA

Pesquisa-se de acordo com as datas de **suspensão deferida** ou **suspensão indeferida**. O campo da esquerda informa data inicial e o da direita data final para o período da consulta.

3 PROCESSO

Pesquisa pelo classe e número de classe do SIRDR.

4 ÓRGÃO JULGADOR

Para SIRDR sempre será a Corte Especial. A decisão que é tomada pelo Presidente da Comissão Gestora de Precedentes é feita por delegação do órgão julgador.

5 TRIBUNAL DE ORIGEM

Filtra o resultado pelo Tribunal de origem do SIRDR.

6 RAMO DO DIREITO

Pode-se filtrar o resultado da pesquisa pelo ramo do direito tratado.

7 ORDENAÇÃO

O usuário pode definir qual a regra de ordenação será utilizada na exibição dos documentos resgatados na pesquisa. As opções são: **número do tema/controvérsia**, **última atualização** e **quantitativo de suspensos**.

8 SITUAÇÃO

Assim como nas consultas às demais bases dessa página, é possível a pesquisa considerando-se a situação do SIRDR, que podem ser as seguintes:

Em tramitação

Essa é a situação registrada desde a apresentação do pedido de SIRDR

até a decisão pelo Presidente da Comissão Gestora de Precedentes.

Suspensão deferida

Situação registrada caso a suspensão seja deferida.

Suspensão indeferida

Situação registrada caso a suspensão seja indeferida.

Vinculada a Tema Repetitivo

Caso o pedido de SIRDR esteja vinculado a um tema Repetitivo, a peculiaridade fica registrada.

Vinculada a Tema IAC

Caso o pedido de SIRDR esteja vinculado a um tema de IAC, a peculiaridade fica registrada.

Finalizada Determinação de Suspensão

Uma vez encerrado o prazo de suspensão dos pedidos de SIRDR, essa situação fica registrada.

14. Súmulas Anotadas

Trata-se de um produto da SJR que disponibiliza aos usuários o acesso aos enunciados da súmula do STJ, anotados por excertos dos julgados que deram origem ao verbete sumular.

Trata-se de um produto da SJR que disponibiliza aos usuários o acesso aos enunciados da súmula do STJ, anotados por excertos dos julgados que deram origem ao verbete sumular.

Você está em: Início > Jurisprudência > Súmulas > Súmulas Anotadas

Súmulas Anotadas

São os enunciados das Súmulas do STJ anotados por excertos dos julgados que lhes deram origem. Além disso, são disponíveis links para pesquisa, em tempo real, dos acórdãos posteriores ao enunciado sumular e para o acesso a outros produtos relacionados aos assuntos sumulados.

Pesquisar por Ramo do Direito

- DIREITO ADMINISTRATIVO
- DIREITO CIVIL
- DIREITO CONSTITUCIONAL
- DIREITO DE TRÂNSITO
- DIREITO DO CONSUMIDOR
- DIREITO DO TRABALHO
- DIREITO EMPRESARIAL
- DIREITO PENAL
- DIREITO PREVIDENCIÁRIO
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL
- DIREITO PROCESSUAL PENAL
- DIREITO TRIBUTÁRIO

Listagem de Súmulas

- ORDEM CRESCENTE
- ORDEM DECRESCENTE

Pesquisa Livre

Pesquisa livre:

Número da Súmula:

Pesquisar

Acessando esse produto, você poderá também consultar a aplicação atualizada de determinado verbete com a visualização dos acórdãos do Tribunal fundamentados no enunciado sumular do seu interesse.

14.1. Formas de Consulta

A consulta poderá ser feita pela página de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Veja o vídeo para entender como tudo isso funciona:

Ao clicar em determinado Ramo do Direito, você terá acesso a todos os enunciados referentes àquele Ramo, organizados por matérias específicas.



A página ainda oferece a possibilidade de consulta à Súmula, considerando as ordens crescente ou decrescente do número de ordem de cada enunciado.

Você poderá também refinar a sua pesquisa por determinado termo ou expressão. Para isso, basta digitar na caixa “Pesquisa Livre” o argumento de pesquisa desejado.

Também é possível a busca pelo número de ordem do verbete. Basta digitá-lo na caixa “Número da Súmula” na página de pesquisa.

O texto sumular representa o *link* para a visualização dos excertos dos precedentes originários.

Ao final desses excertos, há um *link* (Acórdãos posteriores à Súmula) pelo qual você poderá acessar os espelhos dos acórdãos que refletem a aplicação atual do verbete sumular.

Além disso, você também poderá ter acesso a *links* dos demais produtos da SJR que tenham informações referentes ao enunciado

sumular pesquisado.

15. Tesouro Jurídico

Segundo o dicionário Aurélio, Tesouro é um “vocabulário controlado e dinâmico de descritores relacionados semântica e genericamente, que cobre de forma extensiva um ramo específico de conhecimento”.

Assim, em se tratando de “Tesouro Jurídico”, estamos falando de um vocabulário controlado de termos jurídicos, ou seja, termos próprios do conhecimento jurídico.

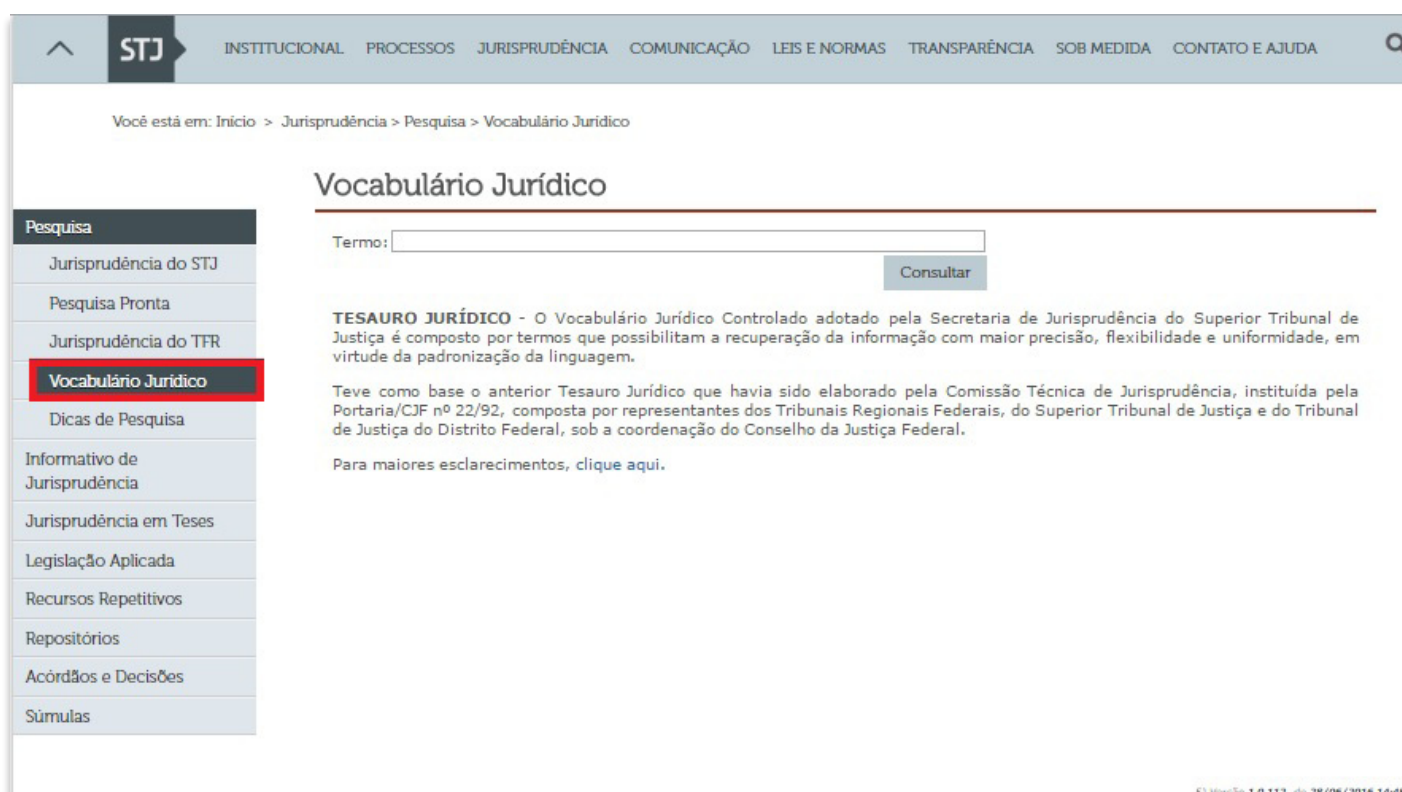
A SJR do Superior Tribunal de Justiça, ao elaborar e gerenciar o seu Tesouro Jurídico, objetivou disponibilizar aos usuários um instrumento adequado para:

- maximizar o uso da informação jurisprudencial, atingindo níveis crescentes de acessibilidade para usuários internos, ministros, servidores, outros órgãos do Poder Judiciário, advogados e público em geral;
- atingir maior uniformidade e flexibilidade no tratamento da informação;
- facilitar o intercâmbio da informação entre sistemas e bases de dados, possibilitando uma integração mais abrangente.

O tesouro é uma importante ferramenta no tratamento da informação realizado pela Secretaria de Jurisprudência, porque permite a

padronização da linguagem. O objetivo é proporcionar ao usuário uma maior precisão na busca da informação.

Veja página inicial:



Os termos que compõem o nosso vocabulário jurídico controlado podem ser:

- **DESCRITORES:** são termos simples ou compostos (substantivos ou frases substantivadas) autorizados pelo Tesouro para representarem conceitos e proporcionar recuperação de informação, optando-se por utilizar a terminologia usualmente empregada pelos ministros, selecionada dos acórdãos incluídos na base de dados da jurisprudência do STJ;
- **NÃO-DESCRITORES:** são termos que, embora representem

os mesmos conceitos que os descritores, não são autorizados para uso no tratamento da informação, servindo apenas para indicar sinonímia, no intuito de facilitar a recuperação da informação, em especial na página de Pesquisa de Jurisprudência, em que há a opção de se realizar a pesquisa por sinônimos. Esses termos são representados pela indicação de termo correspondente, por meio da anotação “USE”;

- **MODIFICADORES:** São termos autorizados pelo Tesauro e utilizados para modificar ou complementar o descritor principal.

Os termos são organizados em ordem alfabética, acompanhados de suas relações e códigos das categorias nas quais estão inseridos.

O Tesauro contém aproximadamente 12.500 termos. Mas não para por aí! Conforme requer a dinâmica do Direito, ele é atualizado constantemente.

O Tesauro Jurídico encontra-se organizado em categorias e subcategorias, utilizando-se, para essa estruturação, as subdivisões dos textos legais pertinentes. Essas categorias foram codificadas, utilizando-se caracteres alfanuméricos.

Na página inicial do Vocabulário Jurídico, há um *link*, ao final da última frase do texto de apresentação (clique aqui), pelo qual o usuário terá acesso a maiores esclarecimentos sobre os critérios adotados para a padronização dos termos incluídos no Tesauro.

15.1. Formas de Consulta

A consulta ao Tesauro é muito simples e direta. Basta digitar, na caixa “Termo” da página inicial, o termo ou expressão jurídica desejada.

Veja exemplo:

Imagine que você queira pesquisar sinônimos e termos relacionados a “princípio da insignificância”. Para isso, basta digitar o termo desejado na caixa “termo”. Vide imagem:

Você está em: Início > Jurisprudência > Pesquisa > Vocabulário Jurídico

Vocabulário Jurídico

Termo:

TESAURO JURÍDICO - O Vocabulário Jurídico Controlado adotado pela Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é composto por termos que possibilitam a recuperação da informação com maior precisão, flexibilidade e uniformidade, em virtude da padronização da linguagem.

Teve como base o anterior Tesauro Jurídico que havia sido elaborado pela Comissão Técnica de Jurisprudência, instituída pela Portaria/CJF nº 22/92, composta por representantes dos Tribunais Regionais Federais, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, sob a coordenação do Conselho da Justiça Federal.

Para maiores esclarecimentos, [clique aqui](#).

5) Versão 1.0.112 de 28/06/2016 14:45:21

Você obterá o seguinte resultado:

Vocabulário Jurídico

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

NOTA	É UM INSTRUMENTO DE INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA, POR INTERMÉDIO DO QUAL ALCANÇA A PROPOSIÇÃO POLÍTICO-CRIMINAL DA NECESSIDADE DE DESCRIMINALIZAÇÃO DE CONDUTAS QUE, EMBORA FORMALMENTE TÍPICAS, NÃO ATINGEM DE FORMA RELEVANTE OS BENS JURÍDICOS PROTEGIDOS PELO DIREITO PENAL.
UP	PRINCÍPIO DA BAGATELA
TG1	PRINCÍPIO
TR	ATIPICIDADE MATERIAL
TR	COISA DE PEQUENO VALOR
TR	CRIME DE BAGATELA
TR	CRIME FAMÉLICO
TR	DESVALOR
TR	FURTO FAMÉLICO
TR	INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA
TR	INFRAÇÃO PENAL DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO
TR	LESIVIDADE MÍNIMA
TR	PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL
TR	PRINCÍPIO DA FRAGMENTARIEDADE
TR	PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA
TR	PRINCÍPIO DA IRRELEVÂNCIA PENAL DO FATO
TR	PRINCÍPIO DA NECESSIDADE
TR	PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE
TR	REITERAÇÃO CRIMINOSA
TR	ROUBO FAMÉLICO
TR	VALOR DA CONDUTA
TR	VALOR IRRISÓRIO
CAT	DP/DPB, DP/DPC, DP/DP02, DP/DP03

Termo:

[Consultar](#)

Conclusão do Curso

Caro participante, ao longo dessas últimas semanas compartilhamos importantes conhecimentos sobre a pesquisa de jurisprudência no STJ. Estudamos a formação da base de dados, a elaboração de critérios de pesquisa textual livre ou orientada por campos, bem como todos os conteúdos prontos para consulta.

Ufa! Foi muita coisa, mas chegamos até aqui.

Tal como o geólogo, no texto “O Rubi”, você já tem as informações necessárias para trabalhar de forma eficiente nessa montanha de informação que é a base de jurisprudência do STJ. Com a aplicação do que aprendeu, esperamos que sempre encontre de forma rápida e segura as informações que buscar. Esse é o verdadeiro rubi que cabe a você.

Que seja bem sucedido em suas pesquisas!

